

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: um estudo de caso no município de  
Gonçalves-MG**

**RICARDO ANTONIO GOMES BARBOSA**

**Itajubá, Agosto de 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

**RICARDO ANTONIO GOMES BARBOSA**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: um estudo de caso no município de  
Gonçalves-MG**

**Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade como  
parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre  
em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.**

**Área de Concentração: Desenvolvimento, Tecnologias  
e Sociedade**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin.**

**Itajubá, Agosto de 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

**RICARDO ANTONIO GOMES BARBOSA**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: um estudo de caso no município de  
Gonçalves-MG**

Dissertação aprovada por banca examinadora em 29 de Agosto de 2014, conferindo ao autor o título de **Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**.

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin (Orientador)

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello

Prof. Dr. Márcio Lopes Pimenta

**Itajubá**

**2014**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mauá –  
Bibliotecária Margareth Ribeiro- CRB\_6/1700

G633t

Barbosa, Ricardo Antonio Gomes

Turismo e desenvolvimento local: um estudo de caso no município de Gonçalves-MG / Ricardo Antonio Gomes Barbosa. -- Itajubá, (MG) : [s.n.], 2014.

154 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá.

1. Desenvolvimento local. 2. Arranjo produtivo local. 3. Turismo. I. Pasin, Luiz Eugênio Veneziani, orient. II. Universidade Federal de Itajubá. III. Título.

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”. Milton Santos

## RESUMO

Muitos municípios brasileiros não têm autonomia financeira, dependendo exclusivamente de recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios. Isso influi diretamente em sua capacidade de investir em educação, saúde e melhoria da infraestrutura. Dessa forma, não conseguem desenvolver alternativas para dinamizar a própria economia, e de contribuir para a melhoria de vida de seus habitantes, diminuindo assim o êxodo de sua população jovem. Na procura de alternativas alguns municípios têm buscado o incremento do turismo como estratégia de geração de emprego e renda. O presente trabalho tem como objetivo investigar a expansão da atividade turística e seus impactos na geração de emprego e renda, através de um estudo de caso no município de Gonçalves-MG. O problema se insere na discussão sobre desenvolvimento local, planejamento turístico e Arranjos Produtivos Locais de Turismo, com foco no incremento do setor de hospitalidade e do turismo como vetor de desenvolvimento local. A prioridade do estudo está concentrada em três fatores considerados como indicadores de desenvolvimento local: geração de emprego e renda para a população local; melhoria da infraestrutura do município; e participação dos atores locais no controle do processo de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação do turismo. O processo metodológico utilizado foi de caráter analítico-descritivo, adotando-se uma combinação de análise de dados estatísticos e procedimentos qualitativos de coleta de dados. A partir dos dados coletados pôde ser constatado que a atividade turística teve papel fundamental na geração de emprego e renda, e no crescimento da economia do município, configurando um Arranjo Produtivo Local de Turismo em Desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Local; Arranjos Produtivos Locais; Turismo.

## ABSTRACT

Many municipalities do not have financial autonomy, depending solely on funds from the Municipal Participation Fund. This directly influences their ability to invest in education, health and infrastructure improvement. Thus, fail to develop alternatives to stimulate their own economies and contribute to improving the lives of its inhabitants, thus reducing the exodus of its young population. In looking for alternatives several cities has sought an increase in tourism to employment generation and income strategy. The present study aims to investigate the expansion of tourism and its impact on employment and income generation, through the case study of the municipality of Gonçalves-MG. The problem falls into the discussion of local development, tour planning and Local Productive Arrangement of Tourism, trying to think of the issue of the increase of the hospitality and tourism industry as a vector of local development. The priority of the study is concentrated on three factors considered as indicators of local development: generation of employment and income for the local population; improving the infrastructure of the municipality; and participation of local actors in control of the planning, management, monitoring and evaluation process of tourism. The methodological process used was of analytical-descriptive, by adopting a combination of analysis of statistical data and qualitative data collection procedures. From the collected data could be found that tourism had a predominant role in generating employment and income, and the growth of the city's economy configuring a Local Productive Arrangement of Tourism Development.

**Keywords:** Local Development; Local Productive Arrangement; Tourism.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Municípios compreendidos na área da APA Fernão Dias.....	75
Figura 2 - Gráfico de Crescimento Populacional do município de Gonçalves .....	77
Figura 3 - Gráfico de Crescimento Populacional zonas urbana/rural de Gonçalves .....	77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Longevidade, Mortalidade e Condições de Moradia em Gonçalves.....	84
Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade em Gonçalves .....	85
Tabela 3 - Ocupação da população de 18 anos ou mais em Gonçalves.....	86
Tabela 4 - Receita Líquida per capita municipal entre 2000 e 2011 .....	87
Tabela 5 - Produto Interno Bruto municipal entre 2000 e 2010.....	88
Tabela 6 - Participação dos setores econômicos no valor adicionado total.....	88
Tabela 7 - Principais produtos agrícolas do Município.....	109

## LISTA DE ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjos Produtivos Locais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FECITUR	Federação dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FJP	Fundação João Pinheiro
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade do Poder de Compra
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSF	Programa de Saúde Familiar
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 OBJETIVOS.....</b>	<b>15</b>
<b>2 MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 TIPOLOGIA DO ESTUDO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 UNIVERSO DA PESQUISA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 FONTES DE DADOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA .....</b>	<b>18</b>
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>21</b>
3.1.1 Crescimento Econômico e Desenvolvimento .....	21
3.1.2 Desenvolvimento Local, Capitais Intangíveis e a Configuração de Arranjos Produtivos Locais.....	34
<b>3.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>57</b>
3.2.1 Crescimento Econômico e Atividade Turística.....	58
3.2.2 Turismo e Desenvolvimento Local .....	62
3.2.3 Arranjos Produtivos Locais de Turismo .....	68
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>74</b>
<b>4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GONÇALVES .....</b>	<b>74</b>
4.1.1 Características Históricas e Geográficas do Município .....	74
4.1.2 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Município.....	80
4.1.3 Atividade Econômica no Município de Gonçalves .....	85
<b>4.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE     GONÇALVES .....</b>	<b>89</b>
4.2.1 O Crescimento da Estrutura Turística de Gonçalves .....	89
4.2.2 O Turismo como Vetor de Desenvolvimento Local em Gonçalves .....	98
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Num país de dimensões continentais como o Brasil, com enorme diversidade de biomas ecológicos, paisagens e manifestações, a ideia de se trabalhar o fenômeno turístico de modo a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país tem se constituído em fonte de reflexão tanto para as autoridades públicas quanto para a Academia. Atividade econômica de importância fundamental para muitas localidades, o turismo pode ser definido como: “o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento” (ANDRADE, 1995, p.38).

Mas o turismo não pode ser interpretado apenas como atividade econômica. Está também carregado de signos, representações, resistência e de valores sociais. Da mesma forma que pode representar crescimento e desenvolvimento para muitas localidades, pode ocasionar consequências negativas como a destruição da natureza, das comunidades locais e das tradições (PORTUGUEZ; SEABRA; QUEIRÓZ, 2012, p.7).

O conceito de desenvolvimento foi entendido durante muito tempo como sinônimo de crescimento econômico, mensurado por meio do crescimento do Produto Interno Bruto. A condição de superação do subdesenvolvimento passava necessariamente pelo crescimento do volume da economia, principalmente através da estratégia de industrialização (MANTEGA, 1998). No Brasil, nos anos 1970, esta estratégia, que conseguiu produzir o chamado milagre econômico brasileiro não logrou êxito na condução do país ao patamar dos países mais desenvolvidos do mundo. O crescimento da economia nacional, elevada à condição de uma das mais poderosas do mundo, não alterou, mas ao contrário, aprofundou o quadro vigente de alta concentração de renda e baixos indicadores sociais (SOUZA, 2002, p.18).

Dessa forma, é possível que a implantação de novas atividades econômicas numa região possa elevar os seus níveis de: produção, de renda, de emprego e da base tributável a um ritmo mais intenso do que o crescimento de sua população, sem que, entretanto, isso se configure como um processo de desenvolvimento. Assim, não é suficiente a mera identificação e aproveitamento de oportunidades de negócios, uma vez que a implantação e a

operação destes investimentos podem resultar em processos socialmente excludentes para a população local e gerar apenas um ciclo restrito de crescimento econômico (HADDAD, 2009).

Atualmente, a forma de se conceituar o desenvolvimento tem sofrido alterações, em grande parte resultante dos desequilíbrios ambientais do planeta, e dos inúmeros exemplos de situações onde o crescimento econômico não resultou em alteração de quadros de profundas desigualdades econômicas e de exclusão social. Como afirmado por Coriolano (2012, p.63) “hoje, há consenso mundial da diferença entre crescimento e desenvolvimento, embora se possa admitir alguma relação entre eles”. O desenvolvimento tem sido discutido em uma perspectiva multidimensional, levando em consideração levando em consideração fatores como educação, liberdade, meio ambiente e saúde, entre outros (SEN, 2001; SACHS, 2008). Nessa perspectiva, desenvolvimento “deve designar um processo de superação dos problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima” (SOUZA, 2002, p.18). Ou seja, é preciso pensar a questão do desenvolvimento utilizando outras lógicas, que não apenas as da produtividade e da competitividade; já que para atingir o desenvolvimento numa perspectiva que supere o estritamente econômico “faz-se necessário que o lugar passe por um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição social, considerando os princípios de equidade, as necessidades das pessoas, com justiça social ou direitos humanos “(CORIOLANO, 2012, p.63).

Nesse sentido, têm surgido experiências de resistência e/ou contra-hegemônicas caracterizadas por uma forma completamente diferente de produção de espaços econômicos, nas quais predominam os princípios da igualdade, solidariedade e respeito à natureza, pensando o desenvolvimento por uma ótica qualitativa, mais que quantitativa (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010). Essa forma de pensar o desenvolvimento de forma endógena utilizando a vocação e as potencialidades locais, de uma forma participativa, é característica do chamado desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socioestruturais. Nessa forma de desenvolvimento, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território de forma que os beneficie, decidindo a maneira como cada um pode contribuir com inovações. São os moradores locais os principais agentes do processo de desenvolvimento e responsáveis pela qualidade dos relacionamentos

interpessoais, interinstitucionais, de forma a aproveitar a sinergia gerada em benefício da coletividade (CORIOLANO, 2012).

A proposta de um desenvolvimento local que possa ter como vetor o turismo está dessa forma diretamente ligada à equalização de cinco objetivos: preservação e conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas; desenvolvimento participativo e qualidade de vida (SOUZA, 2002).

O desenvolvimento da atividade turística depende de uma série de fatores e condicionantes, recursos e capacidades que são específicas de cada local e da comunidade que o habita. Portanto, são os agentes locais que melhor conhecem as particularidades da região onde vivem e que podem, quando devidamente capacitados, encontrar soluções viáveis e que atendam aos interesses de suas comunidades (BRASIL, 2002).

O turismo enquanto fenômeno social e econômico provoca impactos de diferentes magnitudes na sociedade. A amplitude desses impactos costuma ser mensurada em áreas nas quais o turismo tem influência, como na economia, no meio ambiente, e nos aspectos socioculturais de uma comunidade. Mas é necessário também entender que a influência da atividade turística numa determinada localidade implica na compreensão de como os moradores reconhecem sua condição de sujeitos de todo o processo; de forma a perceber que a passividade ou a pró-atividade destes mesmos moradores nas ações, decisões e no planejamento do turismo local determinarão, em algum momento, o grau de desenvolvimento e organização do destino turístico (SÁ, 2011).

Para compreender o grau de desenvolvimento e organização do setor turístico de uma localidade, e como se processam as relações entre empresários, poder público e comunidade local; é importante recorrer ao conceito de Arranjo Produtivo Local. Um Arranjo Produtivo Local é um conceito associado à presença em uma localidade de um conjunto significativo de empresas de um mesmo setor produtivo que interagem de forma cooperativa com o objetivo de desenvolver e operacionalizar um plano coletivo com fins econômicos e sociais, gerando vantagens competitivas para as empresas envolvidas e externalidades positivas para a sociedade (BRASIL, 2006b).

No setor turístico, dada à intensa interdependência entre as empresas, o setor público e a comunidade no processo de prestação de serviços ao turista, faz-se necessário o estabelecimento de uma rede de relações cooperativas e uma estratégia comum, visto que a

satisfação do turista depende do bom funcionamento de todos os setores, como ilustrado pelo exemplo utilizado por Porter:

No turismo, por exemplo, a qualidade da experiência do visitante depende não só do apelo da principal atração (como praias ou localidades históricas), mas também do conforto e do serviço dos hotéis, restaurantes, lojas de souvenir, aeroporto, outros meios de transporte, e assim por diante. [...] as partes do aglomerado em geral, efetivamente dependem entre si. O mau desempenho de uma delas compromete o êxito das demais (PORTER, 1999, p. 230).

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro aborda a introdução e seus questionamentos preliminares; no segundo capítulo é apresentada a metodologia proposta para a realização da pesquisa; no terceiro capítulo é desenvolvida a revisão de literatura, discutindo o conceito de desenvolvimento local e enfocando as possibilidades e desafios do turismo como indutor dessa forma de desenvolvimento; no quarto capítulo são apresentados os resultados e a discussão do o estudo de caso; por fim no último capítulo são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## **1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Segundo estudo publicado pelo Ministério do Turismo sobre Arranjos Produtivos Locais no Setor de Turismo, a discussão sobre esta temática no setor é recente, com pequeno número de estudos de caso sobre localidades turísticas aplicando este tipo de abordagem (BRASIL, 2006b). Por essa razão a realização de estudos de caso relacionados a essa forma de abordagem passa a ser relevante.

Pensar a questão da expansão da atividade turística para além do crescimento econômico, buscando refletir sobre as possibilidades e os desafios que as mudanças geralmente representam para as populações afetadas, é tarefa importante para o planejamento e gestão do turismo pelas administrações municipais. Como salientado por Rodrigues (2002, p.10) “refletir sobre o desenvolvimento com base local é negar-se a endossar a política e a economia que originam e reforçam assimetrias, que redistribuem muito a poucos e pouco a muitos, gerando e produzindo pobreza e exclusão social”.

Nesse sentido, faz-se necessária a realização de estudos e pesquisas que possam servir como elementos analíticos para a o planejamento, a gestão, e a avaliação dos processos de implantação e crescimento da atividade turística, em bases democráticas e participativas, por parte das comunidades e dos poderes públicos municipais.

As razões acima justificam a opção deste trabalho pela forma de estudo de caso, tendo como objeto o município de Gonçalves, no sul do estado de Minas Gerais. O município de Gonçalves, situado na Serra da Mantiqueira, no sul do estado de Minas Gerais, pode ser considerado como um exemplo da relevância que a atividade turística tem representado para o crescimento da economia. Desde o ano de 2002 tem ocorrido no município um expressivo crescimento da atividade turística, com o número de pousadas existentes no município passando de 6 pousadas existentes no ano de 1999 para 32 pousadas em 2012 (Prefeitura Municipal de Gonçalves, 2013b).

O problema central da pesquisa é a investigação sobre como se deu essa expansão da atividade turística e se o resultado desse processo pode ser apresentado como desenvolvimento ou apenas como crescimento econômico. O problema se insere na discussão sobre desenvolvimento local, planejamento turístico e Arranjos Produtivos Locais de Turismo, tentando pensar a questão do incremento do setor de hospitalidade e do turismo como vetor de desenvolvimento local.

No que concerne ao entendimento do significado do turismo para o desenvolvimento local, um aspecto fundamental é saber: quem ganha (ou tende a ganhar) e quem perde (ou pode perder) com o processo de expansão do turismo? Dessa forma, é importante identificar os diferentes grupos de interesse, manifestos ou latentes, e entender seus objetivos e estratégias (SOUZA, 2002). A participação local não pode ser confundida com ações meramente informativas por parte dos gestores do processo; ao contrário, ela se fundamenta no protagonismo dos atores sociais na implementação do planejamento e na gestão, impedindo a monopolização das atividades por uns poucos (BRASIL, 2006b).

Portanto, é de fundamental importância discutir modelos de desenvolvimento para o turismo, como uma alternativa à perspectiva excludente e pautada no capital que vem gerando impactos negativos de diversas ordens nas comunidades receptoras, principalmente nas

populações de baixa renda, concentradas em espaços afetados por grande fluxo turístico (SOUZA, 2002).

A prioridade do estudo está concentrada em três fatores considerados como indicadores de desenvolvimento local: geração de emprego e renda para a população local; melhoria da infraestrutura do município; e participação dos atores locais no controle do processo de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação do turismo.

## **1.2 OBJETIVOS**

O objetivo geral do trabalho é investigar o papel do turismo como vetor de desenvolvimento local no município de Gonçalves, Minas Gerais.

Este trabalho tem como objetivos específicos:

- Caracterizar o processo de crescimento econômico da cidade de Gonçalves através da expansão do turismo, mediante a organização e análise de dados estatísticos referentes ao município no período considerado;

- Examinar como ocorreu o processo de expansão do turismo no município: se induzida por alguma forma planejamento; ou resultante de ações isoladas e assistemáticas tanto do poder público, como de empresários;

- Investigar se a geração de emprego e renda produzidos pela expansão do turismo no período considerado ocorreu de forma endógena, com os postos de trabalho sendo ocupados por pessoas do município;

- Analisar a capacidade de envolvimento, articulação e cooperação dos atores locais na organização e desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local de Turismo.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

### **2.1 TIPOLOGIA DO ESTUDO**

Em função do objetivo geral do trabalho estar relacionado à investigação da atividade turística como vetor de desenvolvimento local no município de Gonçalves, Minas Gerais; optou-se pelo estudo de caso como método de pesquisa apropriado para a tarefa, de forma de revelar a processualidade dos fatos pertinentes à concretização do objetivo proposto.

O estudo de caso se caracteriza por ter como objeto de estudo uma unidade a qual se analisa intensamente e por um período de tempo determinado. Esta categoria de pesquisa permite a realização de investigações em profundidade, de um indivíduo, grupo, instituição ou unidade social e como vantagem de se conduzir uma pesquisa com este método está à possibilidade de incrementar o entendimento sobre os eventos reais e contemporâneos (GIL, 1996).

Um estudo de caso, mesmo contingencial, permite descrever ou explorar verticalmente casos isolados ou múltiplos, a partir de situações concretas encontradas no funcionamento particular das organizações. Possibilita revelar, a partir de uma dada realidade, sua dinâmica e sua lógica interna, permitindo entender globalmente um fenômeno a partir da análise de uma situação particular específica e de seus desdobramentos, em comparação com modelos previamente definidos. (DENCKER, 2007).

O trabalho apresenta caráter analítico-descritivo, adotando-se uma combinação de análise de dados estatísticos e procedimentos qualitativos de coleta de dados. Na pesquisa, a coleta de dados foi baseada em análise documental e pesquisa de campo (entrevistas). A abordagem adotada procura discutir a compatibilidade entre expansão do turismo e desenvolvimento local a partir do modelo teórico do desenvolvimento local e da Tipologia de Arranjo Produtivo Local de Turismo, adotada pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2006b). O estudo será desenvolvido nas áreas rural e urbana do município de Gonçalves no estado de Minas Gerais.

## 2.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Localizado na região Sul do estado de Minas Gerais, nos contrafortes da Serra da Mantiqueira, o município de Gonçalves tem se destacado no cenário turístico pelas belezas naturais e pelo clima subtropical de altitude, com florestas de araucárias e vários picos e cachoeiras. Gonçalves pertence à microrregião de Pouso Alegre, composta por 21 municípios e caracterizada geologicamente pelo relevo ondulado e montanhoso. Com uma área de 189,7 km<sup>2</sup>, o município está a 220 km da cidade de São Paulo, a 512 km de Belo Horizonte e a 385 km do Rio de Janeiro. A principal via de acesso é pela rodovia MG-173, com o trevo de acesso distando 7 km da cidade de Paraisópolis-MG (Prefeitura Municipal de Gonçalves, 2012).

As temperaturas médias anuais são de 21,3°C, com variação de 18 a 32 graus no verão, e possibilidade de temperaturas negativas no inverno. O índice médio de pluviosidade anual é de 1200 mm. Gonçalves faz parte da Bacia do Rio Grande, cujos rios principais são: Capivari e Ribeirão Campestre. A área do município se encontra toda dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) Fernão Dias, criada em 1997 numa ação conjunta entre os estados de Minas Gerais e São Paulo; com este estado criando a APA Sapucaí-Mirim no lado paulista da Mantiqueira (Kurebayashi, 2002).

A economia local baseia-se no turismo e na agricultura, destacando-se a produção de milho, banana e batata; além da pecuária extensiva. Mais recentemente, a agricultura orgânica e biodinâmica começou a ganhar espaço, se tornando um ponto de produção e distribuição para o Vale do Paraíba, em São Paulo. Pousadas e restaurantes localizados na zona rural, configuram um novo polo de atração turística. Pessoas interessadas em qualidade de vida e bem-estar, principalmente da cidade de São Paulo, passaram a procurar a cidade, primeiro em função do turismo, depois em função de habitação e abertura de negócios (Prefeitura Municipal de Gonçalves, 2012). A diversidade de expressões culturais encontradas em Gonçalves se materializa em formas de escultura, móveis artesanais, tapetes e diversas peças de decoração, utilizando materiais como madeira, palha, argila, tecido, linha e principalmente fibra de bananeira.

Gonçalves faz divisa com os municípios de Paraisópolis, Sapucaí-Mirim, Camanducaia e Córrego do Bom Jesus em Minas Gerais; e com São Bento do Sapucaí, no

estado de São Paulo. A população total é de 4.220 habitantes, dos quais 3.056 vivem na zona rural do município. O histórico do crescimento populacional do município foi negativo até a década de 1990, passando a positivo somente a partir da década de 2000 (IBGE, 2012).

O período escolhido para a investigação está compreendido entre os anos de 2000, ano de criação da Diretoria de Turismo, da Associação Pró-Turismo de Gonçalves e do Conselho Municipal de Turismo, e o ano de 2012, ponto de corte relativo a dados estatísticos e documentos.

### **2.3 FONTES DE DADOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA**

Os procedimentos de coleta de dados foram divididos em duas partes: na primeira foi realizado um levantamento dos dados estatísticos disponíveis sobre o município de Gonçalves, bem como uma pesquisa sobre as fontes documentais existentes sobre a atividade turística no município. A segunda parte foi dedicada aos procedimentos qualitativos de coleta de dados com a realização de 21 entrevistas com moradores do município.

Para o procedimento de levantamento dos dados estatísticos foram utilizadas as bases de dados que compõe o chamado “Índice Mineiro de Responsabilidade Social” (que contém dados estatísticos de cada município mineiro, dispostos ano a ano, relativos a setores como saúde, educação, habitação, renda e emprego, entre outros, com a determinação do IRMS para cada setor) da Fundação João Pinheiro - FJP; a base de dados intitulada “Mapa da Desigualdade e da Pobreza” e o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; a plataforma “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”, iniciativa conjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, da Fundação João Pinheiro e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; a base de dados da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, intitulada “Dados do Turismo Mineiro”, especialmente as partes relativas aos dados econômicos sobre o Turismo Formal em Minas Gerais e à Pesquisa de Demanda Turística (detalhada por região de estado e por associação de circuito turístico); o banco de dados do Departamento Municipal de Turismo de Gonçalves e da Associação dos Circuitos Turísticos Serras Verdes do Sul de Minas. O procedimento de análise documental baseou-se inicialmente em um processo de coleta de documentos oficiais tais como: leis,

normas, decretos, manuais, relatórios, inventários da oferta turística, dossiês de habilitação municipal; atas de reunião do Conselho de Turismo, e o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Gonçalves.

O objetivo da pesquisa qualitativa foi entender o processo de expansão turística do município a partir do discurso dos atores envolvidos, buscando reconstruir o processo através das percepções subjetivas. Foram realizadas 21 entrevistas, sendo 07 com gestores públicos, 07 com moradores da comunidade e 07 entrevistas com representantes do empresariado local. Os entrevistados do poder público foram ocupantes de cargos públicos no período abrangido pela pesquisa: prefeitos municipais; diretores de turismo e membros do Conselho Municipal de Turismo. As entrevistas com os moradores da comunidade foram realizadas preferencialmente com pessoas que estiveram envolvidas com o exercício da liderança nas associações de bairro no período considerado, pois são tidas como ponto de referência nas comunidades, catalisando interesses e aspirações dos moradores do bairro. No que diz respeito à classe empresarial as entrevistas realizadas buscaram atender ao critério de representatividade dos diversos subsetores vinculados direta ou indiretamente à atividade turística; de forma que foram entrevistados empresários dos setores de: hospedagem; serviços de alimentação; artesanato; comércio; serviços; agricultura e construção civil. As entrevistas de tipo semi-estruturadas foram conduzidas com base na técnica da conversação, definida como um processo que objetiva conduzir a pessoa entrevistada a campos significativos de sua experiência pessoal. Nas conversações, procura-se através dos trechos de informação que vão surgindo, proceder à construção de indicadores hipotéticos que possam paulatinamente revelar informações úteis à construção do modelo teórico (REY, 2005). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Informado em duas vias (apêndice C).

Nas entrevistas procurou-se verificar: a forma como ocorreu o processo de expansão do turismo e sua evolução nos últimos dez anos; os aspectos relacionados ao planejamento e gestão do turismo no município; à percepção sobre aspectos positivos e negativos da atividade; e a estrutura da cadeia produtiva do turismo. A partir dos indicadores obtidos nos trechos de informação foi possível identificar as percepções dos atores em relação à forma como eles perceberam as mudanças; quais os impactos considerados positivos; papel das lideranças locais e a importância do turismo para o desenvolvimento do município.

A análise das entrevistas foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, da forma como proposta por Bardin (2011); e que consiste em três etapas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento e interpretação dos resultados obtidos.

Bardin (2011) descreve a primeira etapa como a fase de organização, com a utilização de procedimentos como: leitura flutuante; formulação de hipóteses e objetivos; elaboração de indicadores e edição do material, visando facilitar o trabalho de análise. Na segunda etapa os dados são codificados, decompostos e enumerados a partir da escolha de unidades de registro. Na última etapa se faz a análise categorial, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns.

A categorização “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.147). A O critério de categorização utilizado no trabalho foi temático, construindo as categorias conforme os temas que emergem da transcrição das entrevistas. A classificação das unidades de registro nas categorias foi efetuada em função das características comuns apresentadas, permitindo seu agrupamento.

Os procedimentos de coleta descritos foram utilizados para a consecução de todos os objetivos propostos; embora para a concretização do objetivo específico: “Analisar a capacidade de envolvimento, articulação e cooperação dos atores locais na organização e desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local de Turismo Arranjo”; também tenha sido necessária a aplicação do modelo de Tipologia de Arranjo Produtivo Local de Turismo, disponibilizado em documento oficial do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006b).

### **3 REVISÃO DE LITERATURA**

#### **3.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A primeira parte da revisão de literatura intitulada “O Conceito de Desenvolvimento Local”, busca definir os principais conceitos para a análise e estabelecimento de interfaces de abordagem da realidade a ser estudada no caso em questão. O capítulo está estruturado em duas seções: Crescimento Econômico e Desenvolvimento; e Desenvolvimento Endógeno e Arranjos Produtivos Locais.

##### **3.1.1 Crescimento Econômico e Desenvolvimento**

A palavra desenvolvimento é um vocábulo abrangente, podendo se referir a processos que afetam tanto ao indivíduo como à sociedade, abrangendo diferentes campos, como o: religioso (desenvolvimento espiritual), o biofísico (desenvolvimento corporal); o psicossocial (desenvolvimento humano), o socioeconômico (desenvolvimento socioeconômico); entre outros. O dicionário Larousse Cultural (1992, p.338) define desenvolvimento como: “1. Ato ou efeito de desenvolver 2. Crescimento; crescimento global de um país, região, etc. 3. Parte argumentativa de um discurso”.

Quando considerado em relação às sociedades humanas, o conceito revela-se ainda mais polissêmico do que pode se depreender da definição obtida no dicionário, podendo assumir variados significados, dependendo da época histórica, da corrente de pensamento, dos critérios adotados, etc. Porém, é possível encontrar um denominador comum no fato de que parte das definições remete à ideia de um processo de transformação ocorrido dentro de um período de tempo determinado e que pode ser medido através de parâmetros ou indicadores determinados (DALLABRIDA; ZIMERMANN, 2009).

Para Moraes (2004) a palavra desenvolvimento, mais do que um conceito, seria reveladora de um campo de disputa:

Disputa pelo seu próprio significado: o que é? O que implica, supõe ou propicia? Disputa pelo modo de construir sua identificação: como pode ser traçado seu perfil e medidas suas dimensões? Disputa pelos sujeitos/substâncias de quem ele pode ser atributo ou qualidade. Disputa pela “unidade de análise”: o quê/quem se desenvolve? Quem disso se beneficia? Disputa, enfim, pelas conclusões normativas: deve e/ou pode ele ser provocado ou acelerado? Como? (MORAES, 2004, p. 5).

Embora seja hoje tema de discussão importante, tanto na mídia, como no mundo acadêmico, o tema do desenvolvimento socioeconômico é relativamente recente, podendo ser datado a partir do segundo pós-guerra (KUGELMAS, 2007). Com o fim da segunda guerra mundial, o equilíbrio de forças entre as potências mundiais sofreu profundas mudanças, com a emergência de duas potências antagônicas representando dois diferentes sistemas econômicos: os Estados Unidos representando o sistema capitalista e a União Soviética à frente do chamado Mundo Comunista. Nesse período, que se tornou conhecido como “Guerra Fria” a questão do subdesenvolvimento ganhou relevância maior, num contexto de descolonização e independência de vários países na Ásia, África e Américas, pois havia o receio das potências ocidentais de que áreas do chamado terceiro mundo pudessem se mostrar receptivas à influência do comunismo (tal como aconteceria no caso cubano), o que levou a criação de uma série de organismos de desenvolvimento, tais como a Aliança para o Progresso nas Américas e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (SILVA, 2005).

Foi nesse ambiente de reconfiguração política e econômica social do pós-guerra que o mundo capitalista voltou a sua atenção para a questão das estratégias de desenvolvimento e para a criação de instrumentos de intervenção visando elevar a produção e a produtividade dos países do então chamado terceiro mundo, expressão cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (KUGELMAS, 2007).

### 3.1.1.1 Teoria do Desenvolvimento Econômico

Para pensar a questão do desenvolvimento dos países do terceiro mundo, alguns economistas elaboraram no período após a Segunda Guerra Mundial uma teoria do desenvolvimento objetivando entender a dinâmica do capitalismo e as principais condicionantes do crescimento econômico. De caráter evolucionista, explicava que os países se encontravam em fases diferentes de desenvolvimento e maturidade econômica. Assim a questão fundamental era o tempo de evolução das economias; e o dispositivo motor, a industrialização. Como principais economistas desta linha podem ser citados: Rostow, Singer,

Rosenstein-Rodan, Nurkse, Myrdal, Lewis, Colin Clark e Albert Hirschman (MANTEGA, 1998). Para os pensadores da Teoria do desenvolvimento:

o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do *take off*, para usar o jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento autossustentado (MARINI, 1992, p. 72).

Crocker (1991) cita o livro “Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista” de W.W.Rostow, como a publicação mais influente da teoria do desenvolvimento nas décadas de 50 e 60. Para Rostow os países passam por um processo de evolução econômica de cinco etapas: produção de subsistência; transição, a partir do surgimento de uma incipiente atividade empreendedora gerada a partir do crescimento da renda, poupança e investimento; arrancada, a partir do incremento da industrialização e a migração dos trabalhadores da agricultura para o setor industrial; marcha para a maturidade, com a diversificação da economia em uma série de áreas produtivas; e finalmente, a era do consumo de massa e do atingimento da condição de economia desenvolvida (ROSTOW, 1961). Gunder Frank, um dos principais economistas da Teoria da Dependência contesta este modelo de etapas:

E por isso é que se acredita geralmente que o desenvolvimento ocorre numa sucessão de etapas capitalistas e que os atuais países subdesenvolvidos estariam ainda em uma etapa que é algumas vezes descrita como uma etapa original da história e pela qual os países atualmente desenvolvidos teriam passado há muito tempo. Basta, porém, uma pequena familiarização com a história para saber que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto importante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Os países atualmente desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido não desenvolvidos. (GUNDER FRANK, 1980, p.26)

Segundo Crocker (1991, p. 464) a teoria do desenvolvimento poderia ser resumida em quatro postulados principais: não existe oposição de interesses entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assim como não existe tal oposição entre grupos sociais dentro dos países; não existe conexão estrutural entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou seja, não é o desenvolvimento de alguns países a causa do subdesenvolvimento de outros; o que é moderno é bom, simbolizando o desenvolvimento, o tradicional simboliza o atraso; e por último a noção de que o desenvolvimento se daria a partir da emulação do exemplo dos países desenvolvidos do Ocidente.

Nesse contexto desenvolvimento aparece como sinônimo de crescimento econômico e industrialização, pois é preciso substituir as importações por produtos nacionais, gerar empregos e reduzir as desigualdades regionais. O principal indicador de desenvolvimento é o PIB per capita, que mede a divisão de toda a riqueza nacional produzida pelo número de habitantes, conforme apresentado por Kindleberger (1976, p.15): “na falta de mensurações perfeitas do desenvolvimento econômico, os seus estágios são estimados pelo nível de renda, e as taxas de desenvolvimento, pelo crescimento da renda” apresentadas em base per capita para se aproximarem “de medidas de eficiência e bem-estar” (KINDLEBERGER, 1976, p.15).

Para os países não desenvolvidos o grande desafio era o da industrialização e modernização, na tentativa de emular as condições de desenvolvimento dos países do chamado Primeiro Mundo. Dessa forma valorizava-se o que era moderno e tecnológico, depreciando-se formas de produção tradicionais, tidas como arcaicas e atrasadas (CROCKER, 1991).

Havia um forte componente ideológico nessa concepção, que transferia para os países não desenvolvidos a “culpa” pelo seu próprio atraso, ocultando qualquer vinculação com os processos de colonialismo ou com a relação de desigualdade nas relações de mercado entre os países, conforme demonstrado por Coriolano (2012, p.62):

Desenvolvimento foi um conceito construído pelos países dominantes que desejavam “explicar as desigualdades” entre os países sem entrar no mérito da questão, apenas responsabilizando-os por sua situação desvantajosa em relação aos países centrais do capitalismo. Isto é, foi um conceito associado à ideologia de que as nações pobres poderiam superar tais problemas, caso caminhassem conforme as regras estabelecidas pelos países dominantes. Essa ideia permeia as políticas nacionais de quase todos os países, desde a Segunda Guerra Mundial, mesmo entre aqueles que iniciaram processo de descolonização.

Assim como o Brasil, muitos países do terceiro mundo adotaram essas teorias na orientação de suas políticas públicas, na crença de que o crescimento eliminaria todas as mazelas e problemas do desenvolvimento (MANTEGA, 1998). Nesse período, o conceito de modernidade passa a estar associado à idéia de desenvolvimento na maioria dos países latino-americanos – daí o termo “desenvolvimentismo”, usado para designar a política econômica do Estado visando desenvolvimento autônomo (MENDES, 2007). Mas como observa Haddad (2009, p.122), as experiências de expansão de diversas economias não revelaram “a existência

de nenhuma correlação geral e sistemática entre o processo de crescimento econômico e a distribuição de renda e riqueza gerada neste processo”.

No caso brasileiro, o chamado milagre econômico da década de 70, não resolveu as questões oriundas da profunda desigualdade social do país, com as consequentes mazelas geradas pelo processo de exclusão. Como apontam Becker e Egler (2003, p.169):

a economia brasileira alcançou a posição de oitavo PIB, seu parque industrial atingiu elevado grau de complexidade e diversificação, a agricultura apresentou indicadores flagrantes de tecnificação e uma extensa rede de serviços interligou a quase totalidade do território nacional. No entanto, o Brasil inaugurava a modernidade da pobreza. Não a pobreza primitiva, mas aquela iluminada pelos aparelhos de televisão, que se espalhavam nas centenas de milhares de casas, casebres e favelas.

Muitos autores reconhecem o crescimento econômico como condição necessária, embora não o suficiente para gerar automaticamente desenvolvimento, o qual pressupõe necessariamente formas de inclusão social, como afirmado por Haddad (2009, p.125):

Além de empregos de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, é preciso que os brasileiros, todos os brasileiros, desfrutem de uma vida longa e saudável, adquiram conhecimentos técnicos e culturais, tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. Não pode haver desenvolvimento enquanto houver iniquidades sociais crônicas no nosso País e em suas regiões.

### 3.1.1.2 Teoria da Dependência

Em oposição a Teoria do Desenvolvimento, a chamada Teoria da Dependência surge no final dos anos 60 para repensar o modelo desenvolvimentista da CEPAL e oferecer uma alternativa de interpretação da dinâmica social da América Latina. Mantega (1997) aponta o livro “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, como o texto mais influente dessa corrente de idéias, que além dos dois autores citados tem como principais expoentes: Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank.

Em termos teóricos, a Teoria da Dependência objetivava entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que

a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (MANTEGA, 1997). Nesta teoria, desenvolvimento e subdesenvolvimento apareciam como posições funcionais dentro de um sistema econômico mundial, e não como etapas ao longo de uma escala de evolução das nações. Assim, o desenvolvimento dos países situados na periferia do capitalismo está limitado pelo desenvolvimento dos países centrais (desenvolvidos), e por sua inserção no capitalismo mundial; e não pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos (BAPTISTA FILHO, 2009).

Baptista Filho (2009, p.22) observa que na relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos:

a caracterização dos países em "atrasados" decorre da relação do capitalismo mundial de dependência entre países "centrais" e países "periféricos". Portanto, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência e não pela modernização e industrialização da economia, o que pode implicar inclusive a ruptura com o próprio capitalismo.

Crocker (1991) estabelecendo uma comparação entre os postulados da Teoria do Desenvolvimento e da Teoria da Dependência, afirma que os chamados teóricos da dependência consideram que: ao contrário do que diz a Teoria do Desenvolvimento, há vencedores e perdedores no processo, pois os interesses são opostos e irreconciliáveis, não só entre os países, mas dentre os diferentes grupos sociais dos países em desenvolvimento; existe uma conexão entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, os países de "centro" se desenvolveram às custas dos países da periferia subdesenvolvida; o que é moderno não é necessariamente bom, assim como o tradicional não pode ser descartado; e que o processo de desenvolvimento não passa necessariamente por uma emulação ou importação do modelo adotado pelos países desenvolvidos.

A Teoria da Dependência começa a perder prestígio a partir do final da década de 70, muito em função de não ultrapassar o estágio do diagnóstico e da crítica, como apontado por Mantega (1997, p.46):

A Teoria da Dependência não continha, pelo menos explicitamente, um novo projeto político que desse uma resposta ao projeto dos militares e, ao mesmo tempo, fosse uma alternativa ao nacional-desenvolvimentismo, com seu projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Sob esse aspecto, há uma espécie de fatalismo no dependentismo, que, por um lado, rejeita a revolução socialista dos neomarxistas

e, por outro lado, aceita com uma certa passividade o desenvolvimentismo dependente associado.

Utilizando raciocínio análogo a da Teoria da Dependência, Arrighi (1998) procura desvendar as razões dos níveis heterogêneos de riqueza e desenvolvimento das nações, a partir da perspectiva de existência de um sistema econômico mundial, ao qual todas as nações se encontram integradas, concebendo a origem das desigualdades entre as nações como causada pela apropriação desigual dos benefícios da divisão mundial do trabalho.

Essa apropriação desigual gera um sistema de estratificação de nações dividido em três camadas principais, assim organizadas:

Os Estados posicionados no agrupamento superior se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho e, nesse sentido, constituem o núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento inferior colhem os benefícios que, no máximo, cobrem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho e constituem a periferia da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento intermediário (Estados semiperiféricos) se apropriam dos benefícios que excedem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho, mas menos do que é necessário para manter o padrão de riqueza estabelecido pelos estados do núcleo orgânico (ARRIGHI, 1998, p.215).

A posição dos Estados dentro dessas três camadas é definida não apenas em termos quantitativos de apropriação de riqueza, mas qualitativamente também, no sentido de capacidades relacionadas a se apropriarem dos benefícios da divisão internacional do trabalho, gerando processos complementares de exploração e exclusão que levam os Estados periféricos e semiperiféricos a buscar, continuamente, a reentrada na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados do núcleo orgânico (ARRIGHI, 1998).

Em seu livro a “Ilusão do desenvolvimento” Arrighi (1998) utiliza dos índices do Produto Nacional Bruto - PNB per capita dos Estados (principal indicador de desenvolvimento para a Teoria do Desenvolvimento) comparados no período histórico que vai de 1938 a 1983, comprovando a inexistência de mobilidade ascendente e descendente na hierarquia de Estados, salvo raríssimas exceções (das quais a mais notória é o Japão), que fortalecem a ilusão de outros de que a mobilidade está ao alcance de todos.

O fato dos estados semiperiféricos não alcançarem os padrões de riqueza do grupo orgânico, não quer dizer que grupos ou classes sociais dentro desses Estados não gozem de riquezas e privilégios comparáveis aos dos cidadãos mais afortunados das nações do grupo orgânico, assim como de outros viverem em situações de miséria extrema semelhante ao de Estados situados na periferia (ARRIGHI, 1998). No início da década de 1970 no Brasil, o economista Edmar Bacha inventou o termo Belíndia para explicitar a coexistência dessas contradições na sociedade brasileira, que a seu entender continha no mesmo espaço uma Bélgica rica e uma Índia miserável; desde então, “Belíndia virou metáfora para as desigualdades do Brasil, sem que se defina muito bem se é uma repartição geográfica ou uma diferenciação entre pessoas. Virou sinônimo da nossa desigualdade extrema” (CASTRO; CABROL, 1998, p. 39).

Passando do âmbito econômico para o âmbito político, Arrighi (1998, p.232) afirma que o resultado dessa equação é de que “a democracia parlamentar nunca se sentiu em casa na semiperiferia”, pois se tornou muito difícil conciliar os interesses de um proletariado crescente (gerado pela periferização das atividades industriais) e as exigências internas de preservar as desigualdades de classe e externas de desempenhar papéis subordinados nos processos internacionais de acumulação de capital.

Segundo Kugelmas (2007, p.9) “conceber o desenvolvimento como bandeira política implica, imediatamente, em dizer que crescimento econômico e desenvolvimento econômico não são sinônimos”. Essa diferenciação insere um dos principais dilemas experimentados tanto pela teoria do desenvolvimento, como por sua contrária Teoria da Dependência. A ideia de desenvolvimento econômico supõe transformações estruturais e traz “implícito, um programa social e político; crescimento econômico em si não abarca essas questões” (KUGELMAS, p.9).

A não concretização das promessas do desenvolvimentismo e a falta de alternativas da Teoria da Dependência geraram um eclipse do tema a partir do final da década de 1970, sinalizando:

uma mudança política e ideológica muito forte, marcada seja pelo aparecimento de abordagens “pós-desenvolvimentistas”, “pós-modernas”, que negam radicalmente a questão do desenvolvimento e o condenam como uma falácia destrutiva, seja, sobretudo, pela grande reviravolta trazida pelo regresso do liberalismo como pensamento hegemônico no campo econômico e na esfera da política econômica. Associado (KUGELMAS, 2007, p.9).

As consequências desastrosas da industrialização a qualquer preço, como imperativo da modernização; a mecanização da agricultura e a introdução em larga escala do uso de pesticidas, no rastro da chamada Revolução Verde, levaram a uma série de consequências ambientais alarmantes; e como reação, ao surgimento de uma cultura ambiental. Desastres químicos como o de Seveso, na Itália em 1976, e o de Bophal, na Índia em 1984; acidentes nucleares como o de Three Miles Island, nos Estados Unidos em 1979, e o de Chernobyl, na antiga União Soviética em 1986, atingiram milhares de pessoas, com prejuízos incalculáveis (STADLER; MAIOLI, 2011).

O acirramento das desigualdades econômicas e social entre os países desenvolvidos e o restante das nações, exposto pela globalização, denotando a falta de atendimento de necessidades básicas e as privações por que passa a maior parte da população mundial, afetando direta ou indiretamente a todos habitantes do planeta, alterou de forma significativa “o eixo das teorias do desenvolvimento, do crescimento econômico, para a preocupação em sanar os males causados pela busca irracional deste” (MARTINS, 2014, p.15).

### 3.1.1.3 Desenvolvimento Multidimensional

A ideia de um crescimento econômico que possa reproduzir os passos da revolução industrial nos Estados Unidos e da Europa Ocidental, é atualmente, inviável do ponto de vista ecológico. “Hoje, é impossível pensar numa nova teoria do desenvolvimento, adequada para o momento histórico atual, que não tenha, como parâmetro central, a questão do meio-ambiente” (KUGELMAS, 2007, p.10).

É necessário ultrapassar a perspectiva meramente econômica, expressiva nos indicadores, mas muitas vezes sem correspondência com a vida real das comunidades devido à lógica concentradora do mercado. O desenvolvimento deve ser planejado dentro de uma perspectiva mais ampla de modo a valorizar:

o crescimento com efetiva distribuição de renda, com superação significativa dos problemas sociais sem comprometimento ambiental, o que só pode ocorrer com profundas mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma dada sociedade (SILVA, 2003, p.09).

Nesse sentido é interessante observar a obra de Amartya Sen. Em seu livro “O Desenvolvimento como Liberdade”, Sen afirma que as teorias tradicionais de desenvolvimento não têm sido bem sucedidas ao identificar os fatores que poderiam levar os países subdesenvolvidos ao desenvolvimento, exatamente por confundir crescimento econômico como fim do desenvolvimento, quando na verdade é apenas um meio de se atingir os verdadeiros objetivos do desenvolvimento (SEN, 2001).

Sen (2001) concebe o desenvolvimento como um processo de ampliação das capacidades que cada pessoa possui. O que torna essa realização das capacidades individuais possíveis é a expansão das liberdades, removendo as restrições que retiram das pessoas a possibilidade de fazer escolhas e aproveitar oportunidades. A pobreza, não viria da falta de rendas, mas da privação das capacidades básicas.

O autor concebe a idéia de cinco liberdades substantivas, chamadas de “instrumentais”, fundamentais para a inserção dos indivíduos em sociedade e para a realização das “capacidades”. Essas cinco liberdades seriam: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora (SEN, 2001).

A incapacidade de proporcionar ao indivíduo os meios de satisfazer suas necessidades através de sua inserção no mercado seria não apenas uma das mais perversas privações, no sentido de condenar o indivíduo a um processo de miséria e exclusão, mas também uma amostra da ineficiência do Estado e dos mecanismos de mercado em proporcionar trabalho aos indivíduos, como afirmado:

Restrições arbitrárias aos mecanismos de mercado podem levar a uma redução de liberdade devido aos efeitos conseqüências da ausência de mercados. Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações (SEN, 2001, p. 42-23).

Para além das oportunidades econômicas é fundamental a existência de mecanismos democráticos de maneira a permitir os debates públicos e abertos que permitem a existência das liberdades políticas. Essa por sua vez, além de complementar à liberdade econômica, é condição importante para a concretização das oportunidades sociais e para a garantia de proteção ao indivíduo (SEN, 2001).

As idéias e propostas de Amartya Sen foram utilizadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, na criação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (juntamente com o economista paquistanês Mahbub ul Haq) no âmbito do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, como indicador básico do Relatório de Desenvolvimento Humano. A criação do IDH desloca os parâmetros do desenvolvimento de indicadores puramente econômicos como renda, PIB e emprego, para outros parâmetros que contemplem também indicadores sociais como saúde e educação (MINAYO, 2000).

O IDH é composto por três indicadores usados como critério de avaliação: a longevidade, que representa as condições de saúde de uma população e é expresso pelo índice de expectativa de vida ao nascer; a educação, medida por uma combinação entre a taxa de alfabetização de adultos e as taxas de matrícula dos níveis fundamental, médio e superior; e a renda, baseada no PIB per capita ajustada ao custo de vida local, numa metodologia conhecida como Paridade do Poder de Compra – PPC (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Através de do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, a ONU publica anualmente o Relatório de Desenvolvimento Humano, que analisa e faz um balanço, com base no IDH, a respeito do desenvolvimento dos países. No Brasil, os índices são divulgados anualmente através da plataforma “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”, permitindo a consulta aos índices nacionais, dos diferentes estados componentes da União, e dos municípios. Os 5.565 municípios brasileiros são avaliados com base no chamado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, permitindo o acesso a mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (PNUD Brasil, 2014).

Discutindo as idéias de Sen, Sachs (2008) acredita em avanços conceituais relativos à idéia de desenvolvimento, representados pela incorporação de uma série de novas abordagens temáticas: econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e pela discussão acerca da sustentabilidade do processo.

Após a queda do muro de Berlim e o fim da “Guerra Fria”, a acentuação no ritmo do processo de globalização econômica trouxe novos desafios, principalmente aos chamados países em desenvolvimento, inseridos em uma posição subordinada e assimétrica em relação ao mercado internacional.

A globalização corresponde a um processo crescente de mudanças que estabelecem interações e conexões mundiais em relação a informações, valores, finanças e principalmente dos mercados, ocasionando uma série de impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Nesse processo, decisões tomadas a milhares de quilômetros de distância afetam processos locais como demonstrado por Giddens (1991, p.69):

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo à milhas de distância e vice-versa.

Nos últimos 20 anos, como resultado desse processo, as economias nacionais foram orientadas a se abrir ao comércio internacional, com uma forte pressão sobre os países do terceiro mundo para que reduzissem barreiras protecionistas, eliminassem subsídios, privatizassem as empresas estatais e implantassem medidas de austeridade fiscal e monetária, independente das consequências sociais que isso pudesse produzir. O objetivo era tornar as economias mais eficientes e competitivas (BORON, 2003). No que ficou conhecido como política Neoliberal tratava-se de reduzir o tamanho do estado, diminuindo ao máximo o chamado “*Welfare State*”, mesmo nos lugares onde nunca houve a presença protetora do Estado. Segundo Sader (1999, p.126) essa forma de Estado pode ser caracterizada como “mini-max: máximo para o capita, mínimo para o trabalho”.

Ao privatizar a saúde, a educação, a previdência; o Estado se afasta de qualquer processo de desenvolvimento, passando a agir apenas em seu papel de facilitador econômico dos processos privados de acumulação de riqueza. Como afirma Boron (2003, p.34) se consideramos “que a educação, a saúde, são bens e não direitos, a conclusão inexorável é que os bens se compram e vendem no mercado e que isso nada tem a ver com democracia”. O cidadão deixa de ser considerado como tal, e passa a ser visto na perspectiva do consumidor.

O processo é revelado como inexorável, existindo em função e consequência da globalização, que dessa forma deixa de aparecer apenas na perspectiva econômica, para se mostrar como uma espécie de nova racionalidade (WANDERLEY, 1997). Na construção de políticas de desenvolvimento, faz-se necessário questionar essa inexorabilidade, como afirma Furtado (1996, p.32):

A globalização não pode ser vista como um imperativo histórico resultante de exigências inescapáveis do avanço tecnológico. Ela traduz decisões políticas tomadas em função de interesses de grupos e países que ocupam posições dominantes na esfera internacional.

Dessa forma, a globalização deve ser analisada de forma dialética, e não aceita dogmaticamente como único caminho possível. Como afirma De Paula (2008, p.45) a globalização também “suscita reações e resistências. Na mesma medida em que surge uma economia global, ressurgem uma tendência de afirmação do local, como uma resposta à exclusão ou como uma tentativa de integração não subordinada”. O modelo hegemônico não tem sido capaz de incluir uma ampla gama de setores da população, marginalizados estruturais do próprio modelo. Faz-se necessário avaliar a questão por outros parâmetros como afirma Santos (2000, p.14):

estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

Esse é o contexto de emergência da discussão sobre desenvolvimento local, entendido no texto como um processo que “implica alterar as condições que possibilitaram a concentração de conhecimento, do poder e da riqueza, gerando como consequência, pobreza e exclusão social” (DE PAULA, 2008, p.48). Atuando por meio de uma lógica diversa “o lugar aparece com toda a sua força, porque é nos fragmentos que se assenta o global” (RODRIGUES, 2002, p.58).

Como pôde ser observado; a partir do fim da segunda guerra mundial a discussão sobre desenvolvimento, deixou ser apenas debate acadêmico ou semântico em torno de um conceito teórico, para se tornar um campo de disputa modulado por fatores econômicos, políticos e ideológicos; num período marcado pela emergência da Guerra Fria, pelo Neoliberalismo a partir da década de 1980, pela desintegração dos países do bloco soviético nos anos 90, e pela intensificação do processo de globalização econômica e cultural.

### **3.1.2 Desenvolvimento Local, Capitais Intangíveis e a Configuração de Arranjos Produtivos Locais**

#### 3.1.2.1 O Conceito de Desenvolvimento Local

A problemática referente ao desenvolvimento das localidades costuma ser caracterizada pela utilização de uma multiplicidade de termos. Além de Desenvolvimento Local, são utilizados os termos Desenvolvimento Territorial; Desenvolvimento Endógeno; Desenvolvimento Local Sustentável; Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável; e até mesmo o termo Desenvolvimento Regional, embora este último conceito tenha outras conotações (FRANÇA; GARIBE FILHO, 2010). Boisier (2002) utiliza os adjetivos “*demasiados y redundantes*” para qualificar a profusão terminológica da área.

Mas Boisier (2002) esclarece conceitualmente parte do problema ao diferenciar os termos desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional, desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno.

O conceito de desenvolvimento territorial se refere à escala geográfica do processo e não ao seu conteúdo. Já o termo desenvolvimento regional diria respeito a um processo de mudança estrutural localizado em um âmbito territorial específico, no caso a região; sendo uma definição mais completa no sentido de que abarca três dimensões: a espacial; a social, em função da comunidade que nela habita; e a individual (BOISIER, 2002).

O conceito de desenvolvimento local, por outro lado, é visto pelo autor como o mais utilizado, “*si se tratase de um concurso de popularidad, el concepto de ‘desarrollo local’ ganaria el primer lugar em las preferências*” (BOISIER, 2002, p.157). É um conceito que se refere a uma modalidade de desenvolvimento que pode tomar forma em territórios de tamanhos indeterminados, podendo se referir a uma área, um bairro, uma cidade ou uma região. Ocorre também como forma de para expressar contraposição ou resposta ao global (BOISIER, 2002).

Boisier (2002) explica melhor o conceito de desenvolvimento local ao diferenciá-lo do regional utilizando a questão das escalas territorial e funcional. Embora não haja nenhuma regra matemática que diferencie a aplicação dos termos na escala territorial, o autor acha que se deve usar o bom senso na aplicação dos termos, ao se tratar de uma cidade ou de uma

região do país. Já no tocante à escala funcional, o autor afirma que a geração de empregos, por exemplo, pode ser considerada função da escala local, enquanto ao abordar-se o desenvolvimento da ciência e tecnologia, seria mais apropriado usar o termo desenvolvimento regional. Outro aspecto importante diz respeito à importância dos atores individuais e corporativos; enquanto no caso local as relações interpessoais, os contatos diretos, as tradições familiares são da maior importância; no aspecto regional as relações tendem a ser mais impessoais e mediadas por instituições (BOISIER, 2002).

*“Casi tan popular como la idea de desarrollo ‘local’ es ahora la idea de desarrollo ‘endógeno’. Y también es una idea casi tan confusa como el concepto anterior”* (BOISIER, 2002, p.162), assim principia Boisier sua avaliação acerca do significado do conceito de desenvolvimento endógeno, para posteriormente explicar que o desenvolvimento endógeno se produz como resultado da articulação entre os atores locais e as várias formas de capitais intangíveis, dentro de um projeto político coletivo de desenvolvimento do território em questão. Em relação ao desenvolvimento local, o autor afirma que todo desenvolvimento local é também endógeno, embora o termo possa ser usado para qualificar outras escalas, como por exemplo, a regional (BOISIER, 2002). Outro aspecto digno de menção na análise de Boisier sobre o conceito de desenvolvimento endógeno é a contraposição entre os termos: exógeno e endógeno. Num contexto de globalização e alta mobilidade do capital:

*el crecimiento territorial es más y más exógeno a medida que el recorte territorial es más y más pequeño debido a que la matriz de agentes que controlan los factores de crecimiento (acumulación de capital, acumulación de conocimiento, capital humano, política económica global, demanda externa) tiende a separarse más y más de la matriz social de agentes locales. Por el contrario, el desarrollo debe ser considerado como más y más endógeno, debido a su estrecha asociación con la cultura local y con los valores que ella incluye* (BOISIER, 2002, p.162).

Nas concepções da teoria do desenvolvimento, que considerava crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, na acepção de que o crescimento do PIB per capita necessariamente redundaria em desenvolvimento (ROSTOW, 1961); são as forças externas (exógenas) as desencadeadoras do processo de desenvolvimento, procedendo de centros de decisão que estão distantes do local e que avaliam as potencialidades e necessidades locais com base na lógica do investimento efetuado (OLIVEIRA; LIMA, 2003). Para Boisier (1993) crescimento econômico e desenvolvimento são conceitos diferentes, pois o crescimento econômico é um fenômeno meramente quantitativo, de ordem

macroeconômica, enquanto desenvolvimento está relacionado a mudanças de atitudes e de valores da comunidade local, não podendo dessa forma ser exógeno. “*El atributo de la endogeneidad es una condición indispensable, sine qua non del desarrollo, pero no necesariamente del crecimiento*” (BOISIER, 1993, p. 43).

Porém, Boisier (1993) acrescenta que o atributo da endogeneidade depende da existência ou do desenvolvimento de três condições necessárias:

*en primer lugar, la existencia de un tejido humano lo suficientemente dinámico que permita el surgimiento de diversas iniciativas. En segundo lugar, la afirmación de un tipo de vida y de una identidad social. Y en tercer lugar, la presencia de centros sociales donde se materialice de manera más o menos formal, pero concreta y operativa, por un lado un trabajo de armonización y cohesión entre las iniciativas y gestiones locales y, por otro, un trabajo similar de articulación del nivel local con otros niveles económicos y administrativos.* (BOISIER, 1993, p.43).

Isso não significa, porém, considerar o fator local como insulado ou dissociado de influências externas, e de considerar sua autonomia como emancipação completa de qualquer influência externa ou fator considerado exógeno. Boisier (1993) demonstra isto ao afirmar a necessidade de articulação do nível local com outros níveis econômicos, políticos e administrativos. Oliveira e Lima (2003) explicam que na perspectiva do desenvolvimento local, a ênfase se dirige aos fatores internos (endógenos) capazes de transformar os impulsos externos (exógenos) de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade.

Quando afirma que todo desenvolvimento local é também endógeno, Boisier (2002) está se referindo principalmente ao fato de que o impulso da formulação e execução do desenvolvimento deve ser originado das respectivas comunidades, ou seja, à orientação local da condução do processo de desenvolvimento; e não à possibilidade de presença ou de interferência de fatores exógenos. Isso também é demonstrado pela afirmação de Oliveira e Lima (2003, p.31):

Ao valorizar os fatores internos ou endógenos, as políticas econômicas partem de outro pressuposto, o de que o “outro” – no caso, as populações locais – precisa ser ouvido. O predomínio do “bom selvagem” sobre o “mau civilizado” dá espaço para novos diálogos e novas perspectivas de emancipação não apenas para alguns iluminados, mas para parcelas maiores da sociedade. O paradigma “desde baixo”, ao invés de negar espaços para a subjetividade dos moradores locais, tende a ampliá-los de maneira inelutável.

Para Boisier (1989) três forças interdependentes interagem reciprocamente no desenvolvimento local: a alocação de recursos (força econômica); as políticas macroeconômicas e setoriais (força política) e a ativação social (força social). As duas primeiras forças são predominantemente exógenas, enquanto a terceira força é completamente endógena e ligada à realização de três fatores: crescimento da capacidade de influir nas decisões relativas ao próprio processo de desenvolvimento, capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico e capacidade de provocar melhorias na qualidade de vida da população. Franco define qualidade de vida como resultante de um conjunto de fatores que vão desde os econômicos como trabalho e renda, mas também “a educação, a saúde e a segurança alimentar e nutricional, a mobilidade, o meio ambiente natural, o ambiente social, a segurança pública, o governo e a política em geral, a cultura, o lazer e o ócio” (1998, p.9).

Franco (1998) também aponta fatores exógenos e endógenos na produção do desenvolvimento local. Seriam fatores endógenos relevantes: a importância de formulação de políticas nacionais de combate ao desemprego, de desenvolvimento social, de financiamento de projetos; e políticas setoriais, que venham a incrementar a produtividade de determinadas áreas, como por exemplo, o turismo. Franco (1998) ressalta ainda a importância do papel desempenhado pelas universidades e centros tecnológicos no processo de geração e adaptação de técnicas voltadas para a produção e agregação de valor ao produto local; bem como, na capacitação de agentes de desenvolvimento, que possam atuar na formação e treinamento dos agentes locais, “a presença de agentes exógenos é, na maioria dos casos, necessária para desencadear processos de desenvolvimento local” (FRANCO, 1998, p.17).

Outro ponto enfatizado é o que se refere ao financiamento, que na concepção do autor exige a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados: “sem dinheiro não se pode fazer dinheiro, quer dizer, sem a injeção de recursos externos, não se pode desencadear processos de geração interna de novos recursos” (FRANCO, 1998, p.16). Porém, o autor não deixa de complementar a ideia agregando a necessidade da presença de fatores endógenos afirmando que o capital inicial para o desencadeamento do processo de desenvolvimento “também deve provir da mobilização de recursos internos, públicos e privados, nas formas de aportes financeiros, de pessoal e de infraestrutura” do governo local e do empresariado (FRANCO, 1998, p.16).

Franco (1998) reafirma que a endogenia reside não na total ausência de fatores e recursos exógenos, mas na verdade, na condução do processo do desenvolvimento por parte dos principais interessados, a comunidade local:

Não se trata de almejar a autonomia ou independência no plano econômico, que além de objetivos inalcançáveis, podem ser, de resto, indesejáveis, sob uma perspectiva global de desenvolvimento do país. Trata-se, para uma região ou localidade, de desenvolver uma capacidade de exercer a sua interdependência como sujeito, mantendo uma relação de troca, competitiva inclusive, com outras regiões e localidades, dispondo porém de condições mínimas de satisfação de suas necessidades mais imediatas. Nada justifica, por exemplo, que um pequeno município de base rural, localizado a mais de 200 quilômetros da capital, não produza os hortifrutigranjeiros de que necessita, tendo que importá-los das companhias estaduais de abastecimento, quando isso se revele francamente desvantajoso do ponto de vista econômico (FRANCO, 1998, p.15).

Buarque (1999) conceitua desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno de uma maneira análoga a proposta por Boisier e Franco, afirmando que: “Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (BUARQUE, 1999, p.9). Para este autor o termo desenvolvimento local pode ser aplicado a diferentes unidades territoriais, de uma comunidade até um município ou microrregião: “O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local, com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município” (BUARQUE, 1999, p.9).

O conceito de desenvolvimento local está fundamentado na lógica do potencial de desenvolvimento endógeno de localidades e territórios, advindo da posse de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, que podem ser estruturados para dinamizar a economia e promover benefícios à vida das populações (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

Este potencial de desenvolvimento endógeno se divide para Boisier (2004b) em quatro planos sociais interdependentes. O primeiro plano (político) diz respeito a capacidade do território de optar por um estilo próprio de desenvolvimento e para colocar em ação instrumentos políticos adequados a este fim; o segundo plano (econômico) diz respeito a capacidade de reinvestir uma parte crescente do excedente econômico gerado; o terceiro plano (científico e tecnológico) é relativo a capacidade de gerar inovação de produto, processo ou

mesmo de gestão; enquanto o último plano (cultural) diz respeito a existência de uma cultura produtora de uma identidade territorial local, potencializadora dos capitais intangíveis.

Essa forma de desenvolvimento pode ser entendida como uma forma de mudança estrutural de uma sociedade em um determinado espaço, “sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população” (DALLABRIDA; ZIMERMANN, 2009, p.25).

Pensar o desenvolvimento nessa perspectiva implica a superação de políticas que consideram o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; muitas vezes excludente, concentrador de riqueza e oriundo de fontes exógenas; para avançar em direção a outra perspectiva que articule “a dinamização do crescimento econômico com outros fatores tais como: o crescimento do capital humano, o crescimento do capital social, a conquista da boa governança e o uso sustentável do capital natural” (DE PAULA, 2008, p.48).

### 3.1.2.2 A Importância dos Capitais Intangíveis no Desenvolvimento Local

Embora a maior parte da literatura consultada faça menção principalmente a importância do capital humano e do capital social (além do capital econômico e do capital natural) nos processos de Desenvolvimento Local, alguns autores mencionam outras formas de capitais intangíveis. Haddad (2009) cita como importante, além da classificação proposta por Boisier, a que é adotada pelo Banco Mundial, composta de sete formas de capital divididas em: capital físico (financeiro, infraestrutura e recursos naturais) e capital social (cultural, humano, conhecimento e institucional).

Na taxonomia dos capitais intangíveis proposta por Boisier (1999) existem cinco tipos de capital: institucional, humano, cívico, social e sinérgico. O capital sinérgico consistiria na capacidade da comunidade de articular de forma democrática as diversas formas de capital, de forma a obter um resultado cujo produto final fosse maior do que a soma de todos os seus componentes; o que torna o capital sinérgico o catalisador de todo o processo. Para Boisier o desenvolvimento depende da capacidade da organização local de modelar o seu próprio futuro, num processo endógeno relacionado à presença, desenvolvimento e articulação dos capitais intangíveis.

A “Teoria do Capital Humano” foi incorporada na teoria econômica moderna por Jacob Mincer e popularizada por Schultz e Becker nas décadas de 1950 e 1960. A idéia fundamental da teoria é que o trabalho, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital: capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade. Essa qualidade é dada pela intensidade de treinamento científico-tecnológico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. A qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual do trabalhador – tornando-o mais produtivo – como é um fator decisivo para gerar riqueza, crescimento econômico do país e de equalização social (MOTTA, 2009).

Para esta ‘teoria’, nas palavras de Frigotto, “a educação potencializa trabalho e, enquanto tal constitui-se num investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico” (Frigotto, 1986, p. 136). Ao conferir qualidade ao trabalho, a educação também se constitui num mecanismo de redução da desigualdade econômica e social, pois propicia o aumento da produtividade da força de trabalho, resultando em melhores condições de vida para o indivíduo, para suas famílias e, naturalmente, no bem-estar geral da sociedade, sendo assim atribuído valor econômico e social à educação (MOTTA, 2009).

Silva (2004) afirma não haver outra maneira de crescimento econômico de forma sustentada, senão por meio da acumulação conjunta dos dois insumos de produção: capital físico, por meio de poupança e investimento, e capital humano, pela educação; em decorrência afirma que capital humano e investimento em educação não estão ligados apenas ao campo social, mas também ao campo econômico. Sem o acúmulo de capital humano, não existe crescimento econômico sustentado. A dinâmica que surge da interação entre poupança e educação tem por efeito a influência mútua entre a produtividade do capital humano e a do capital físico. Portanto, países e regiões que possuem um sistema educacional mais produtivo, gerando mais capital humano e mais qualificado, tendem a crescer mais rapidamente, no médio e longo prazo.

O capital humano diz respeito ao estoque de habilidades, conhecimentos e competências das populações. Quanto maior o estoque de capital humano, maiores são as possibilidades de êxito de projetos de desenvolvimento local. O capital humano pode ser acumulado a partir de investimentos voltados principalmente em educação e treinamento, mas também em outros fatores relacionados à qualidade de vida, como saúde, alimentação,

habitação, saneamento, transporte, segurança, lazer, etc. (BOISIER, 1999; HADDAD, 2009; DE PAULA, 2008).

De fundamental importância também é a presença do capital social na comunidade, entendido como a presença de níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social, o que permite aos membros de uma comunidade desenvolver processos cooperativos de formação de novos grupos e contribuiria decisivamente para a realização de ações em comum. Da mesma forma que ocorre com o capital humano, quanto maior o nível de organização social, maiores também as possibilidades de desenvolvimento (BOISIER, 1999; HADDAD, 2009; DE PAULA, 2008).

Juntamente com o capital humano, o conceito de capital social é enfatizado na maior parte dos estudos sobre desenvolvimento local. O conceito de capital social como utilizado na literatura sobre desenvolvimento local remete à obra de Robert Putnam sobre os governos regionais na Itália, na qual o autor avaliava o impacto da descentralização administrativa na redução da desigualdade entre as regiões norte e sul (PUTNAM, 2002).

Seu estudo mostrou como em função do processo de descentralização administrativa, a política italiana tornou-se menos polarizada ideologicamente e mais voltada para problemas práticos da população e que as instituições do governo tornaram-se mais próximas do povo. Porém, nas regiões menos desenvolvidas do Sul da Itália, esta estratégia não alterou a qualidade do governo, mantendo comportamentos observáveis no período da centralização, tais como: corrupção, burocracia, clientelismo, impasses políticos; o que não era observado nas regiões mais desenvolvidas do Norte da Itália. Essa diferença aparecia porque, historicamente, o norte estabeleceu uma relação mais horizontal com o governo, por apresentar uma forte tendência à organização e à formação de forças sociais – formação de associações. No sul houve o predomínio de uma relação vertical, de dependência do governo central (PUTNAM, 2002).

Essa organização das formas sociais em associações corresponde à definição de Putnam de capital social, que seria aquele componente do capital humano que permitiria aos membros de uma sociedade confiar uns nos outros e cooperar formando novos grupos e associações (PUTNAM, 2002).

Putnam (2000) concebe dois tipos diferenciados de capital social: o chamado capital social de ligação (*bonding social capital*) e o capital social de ponte (*bridging social capital*). O capital social de ligação diz respeito aos laços de amizade, culturais e sociais entre indivíduos que partilham características socioeconômicas e valores semelhantes. Este tipo de capital tende a reforçar as lealdades intragrupo, embora possa reforçar situações de exclusividade e afastamento de pessoas externas ao grupo. O capital social de ponte se refere às redes de relações entre grupos heterogêneos, criando laços de conectividade entre indivíduos e grupos sociais diversos.

Apesar de vários autores consultados trabalharem com a definição de capital social (BOISIER, 1999; FRANCO, 2004; HADDAD, 2009; DE PAULA, 2008), há uma convergência de idéias, expressa em pontos como a presença de: valores éticos; cultura política, sob a forma de consciência de cidadania; associativismo; cooperação voluntária; confiança entre as pessoas; e capacidade de formar laços horizontais e verticais de participação.

A teoria do capital social enfatiza como o fortalecimento dos vínculos comunitários e sociais, voluntários e com algum grau de permanência e organização podem favorecer o desenvolvimento (BOISIER, 1999).

O capital social permite que as pessoas exerçam o protagonismo comunitário, solucionem seus problemas, aproveitem as oportunidades, empreendam, participem, cooperem, formem redes de desenvolvimento comunitário, ou seja, que exerçam ações coletivas para o benefício mútuo, fatores que promovem melhoria das condições de vida e da convivência social. Dessa forma, o capital social tem a capacidade de gerar sinergias positivas em uma sociedade, permitindo a integração, a coesão social e favorecendo a redução de desigualdades (KRONEMBERGER, 2011). Como definido por Franco (2004, p.31): “capital social é uma idéia que tem a ver com o poder das pessoas para fazer, coletivamente, alguma coisa”.

Porém, alguns autores (DURSTON, 2000; PORTES, 2000; FREY, 2003) tem problematizado a questão do capital social, afirmando que o capital social não é um fim em si mesmo e que pode ser contraproducente ou mesmo danoso, “se não for conduzido de uma maneira a fomentar o bem comum” (FREY, 2003, p.186).

Para Frey (2003, p.181) é preciso considerar a ambivalência dos laços comunitários como forma de organização social, já que as relações de proximidade e compartilhamento de valores, que vão integrar os membros e possibilitar o surgimento de uma identidade coletiva, vão ao mesmo tempo servir como elemento de exclusão das pessoas de fora do grupo. Dessa forma, não é o capital social em si, o fator fundamental para a geração de sinergias positivas, mas a forma como ele se configura dentro das comunidades, se estimulando processos de emancipação individual e coletiva ou se reforçando por meio do conformismo situações de injustiça e desigualdade; se preservando a ordem e os privilégios existentes ou se lutando pela transformação social; se favorecendo a diversidade e a pluralidade de ideias, ou se fechado em concepções tradicionais. Segundo Frey (2003, p.179), mais curiosa ainda é a ideia de que organizações criminosas como o Comando Vermelho carioca ou o Primeiro Comando da Capital “que certamente contribuem para o aumento do grau de conectividade nas suas respectivas populações, isto é aumenta o capital social, contribuem para a formação de uma cultura cívica”.

Recorrendo a um exemplo de Amitai Etzioni, sobre a aliança entre as máfias siciliana, russa e israelense, Frey afirma que mesmo o capital social de ponte, “isto é o ‘bom capital’ pode gerar efeitos colaterais altamente negativos para o conjunto da sociedade”, ou seja, o capital social “não gera necessariamente liberdade, tolerância e igualdade” (FREY, 2003, p.180). O autor agrega ser insuficiente considerar apenas os laços existentes como fator de fortalecimento de comunidades, antes, é preciso elucidar as características e mecanismos de formação das culturas morais comunitárias (FREY, 2003, p.180). No contexto dos países em desenvolvimento a questão do capital social de ponte se torna ainda mais complexa, visto que “os processos políticos costumam ser mais repletos de conflitos, em função das fricções profundas existentes entre os grupos e classes sociais” (FREY, 2003, p.182). Especificamente no caso brasileiro, Frey (2003) ressalta o papel das estruturas políticas e instituições na construção da atividade associativa e do capital social:

sem canais de comunicação que proporcionem às organizações comunitárias condições favoráveis para se engajar nas questões públicas, o capital social dificilmente pode ser mobilizado em prol da promoção do bem comum (FREY, 2003, p.185).

Portes (2000) enumera quatro efeitos negativos do capital social: no primeiro caso, a existência de laços fortes de confiança e solidariedade que proporcionam benefícios e que atuam como motor da progressão econômica do grupo também representam o fator que permite barrar o ingresso a pessoas de fora do grupo. O autor exemplifica citando “o tradicional monopólio detido pelos comerciantes judeus sobre o comércio de diamantes em Nova Iorque e o domínio por parte de cubanos sobre numerosos sectores da economia de Miami “(PORTES, 2000, p.147). No segundo caso é o contrário do primeiro, já que neste, o fechamento do grupo impede o sucesso das iniciativas de seus membros.

O terceiro caso de efeito negativo do capital social diz respeito às exigências de conformidade necessariamente criadas pela pertinência à comunidade em grupos com fortes laços de solidariedade e valores comuns partilhados: “o nível de controlo social nestes contextos é forte e altamente restritivo quanto às liberdades individuais, razão pela qual os jovens e os indivíduos de espírito mais independente acabam sempre por partir (PORTES, 2000, p.148). No último caso, o fator catalisador da solidariedade é a situação social adversa do grupo, que gera uma cultura de oposição às tendências dominantes da sociedade. Os casos de sucesso individual neste contexto, acabam por ameaçar a coesão do grupo, já que esta se encontra fundada especificamente na impossibilidade de ocorrência deste, dada a situação de injustiça social sentida e reproduzida pelo grupo.

O autor conclui afirmando que o capital social, principalmente quando assume a forma de controle social acaba por produzir efeitos contrários aos que são propagados pela bibliografia em geral:

Se a solidariedade confinada e a confiança fornecem as fontes para a ascensão socioeconômica e para o desenvolvimento empresarial entre certos grupos, entre outros produzem o efeito exatamente oposto. A sociabilidade é uma faca de dois gumes [...] Famílias da Máfia, círculos de jogo e de prostituição, e gangs juvenis oferecem muitos exemplos de como o encastramento em estruturas sociais pode ser transformado em resultados socialmente indesejáveis. Este ponto é de particular importância na abordagem às versões mais recentes e mais laudatórias do capital social. (PORTES, 2000, p.149).

Durston (2000) concorda em parte com as críticas sobre os aspectos negativos do capital social. Para este autor, a simples existência do capital social não é garantia de sucesso econômico, assim como o sucesso econômico não é necessariamente o indicador da presença de capital social em determinada comunidade:

*El capital social es el conjunto de relaciones de confianza y cooperación, pero no necesariamente produce altos niveles de participación ni sociedades civiles altamente democráticas, ni necesariamente resulta en aumentos de la productividad y producto económico de empresas o economías. Muchas otras variables intervienen, y uno de los principales desafíos de la elaboración de una definición operativa de “capital social” es expresar el concepto de manera de que sea posible no sólo detectar si se encuentra o no, sino también determinar si la variable capital social há aportado o no al fortalecimiento de la sociedad civil democrática o al aumento de la productividad. (PORTES, 2000, p.149).*

Mas Durston (2000) discorda que a utilização do capital social favoreça também máfias e outros tipos de organizações criminosas. Para o autor, embora se utilizem de determinados recursos característicos do capital social, falta a estas organizações dois elementos fundamentais no conceito de capital social: reciprocidade e cooperação. Estas organizações, na verdade, se baseiam principalmente em táticas de medo, violência e intimidação para reforçar relações de dominação e exploração; *“incluso tienden a violar con frecuencia sus propias normas manifiestas, recurriendo habitualmente a la ley del más fuerte para resolver conflictos y para establecer un dominio basado en un ejercicio arbitrario del monopolio de la violencia”* (DURSTON, p.16)

Albagli e Maciel (2003, p. 10) acreditam que as “interações externas são essenciais para que comunidades adaptem-se bem a mudanças, tornando se mais resistentes a rupturas, e alcancem melhores resultados”, tornando possível diminuir os efeitos negativos do capital social; o que não acontece em comunidades fechadas, no qual o risco da perpetuação de preconceitos locais e valores etnocêntricos são maiores. Para as autoras:” a complementaridade entre redes internas e externas possibilita reduzir o conflito e a exclusão social” (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p.10). Nesse sentido a qualidade das interações e os resultados alcançados dependem de:

- a qualidade das redes internas e de seus laços com redes externas;
- o compartilhamento e o entendimento da história local;
- a facilidade de comunicação (lugares, regras, procedimentos e linguagem compartilhada);
- extensão na qual: normas, valores, atitudes e experiências (historicidade), bem como visões de futuro, são compartilhadas;
- níveis de confiança e comprometimento com a comunidade ou sociedade local (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p.11).

As autoras acreditam que o capital social se desenvolva na relação dinâmica entre o Estado e a sociedade, “em um esforço articulado ‘de cima para baixo’ e ‘de baixo para cima’”, sendo fundamental considerar o capital social como parte de um contexto envolvendo relações de dominação, emancipação e do poder, que ocasionam disputas, conflitos, diferenças e desigualdades (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p.24). Desse modo, é preciso entender também o capital social como “recurso e instrumento de intervenção de grupos sociais e regiões marginalizados no combate à exclusão social, na construção da cidadania e da democracia” (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p.24).

Outra forma de capital intangível da taxonomia de Boisier é o capital cívico, uma ideia que originada a partir do desdobramento do conceito de capital social formulado por Robert Putnam. Para Putnam, o problema da diferença de desenvolvimento econômico e social pode ser superado pondo no centro da questão a “cultura cívica”, pois sociedades com elevados graus de consciência cívica, de solidariedade e de confiança entre seus membros e instituições atingem níveis de bem-estar social superiores. “A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (PUTNAM, 2002, p.177). Isto é, as práticas políticas democráticas, a confiança nas instituições públicas, a preocupação pessoal com os negócios e assuntos públicos, a associatividade entre as esferas pública e privada conforma o chamado capital cívico (BOISIER, 1999).

A última forma de capital proposta por Boisier é o institucional, que diz respeito às instituições ou organizações públicas e privadas existentes localmente; o seu número, o clima de relações interinstitucionais (se de cooperação, competição, neutralidade ou conflito) e o seu grau de modernidade (BOISIER, 1999).

Para Boisier (1999) o capital sinérgico surge a partir da capacidade da comunidade local de articulação das diversas formas de capital. Alguns fatores podem limitar essa capacidade de articulação, como um baixo nível de capital social, resultante, por exemplo, de situações de desigualdade social acentuada. Regimes políticos não democráticos e falta de confiança nas instituições públicas também são exemplos de fatores que dificultam ou até mesmo impedem o processo de sinergia; que por outro lado pode ser ativado avaliando-se empiricamente a existência e os níveis de cada forma de capital e articulando-os através de um projeto político coletivo de desenvolvimento local (BOISIER, 1999).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local visam à expansão e a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento de novos negócios, principalmente articulados em micro e pequenas empresas, que detêm o maior índice de geração de empregos. O processo endógeno de desenvolvimento local significa ao mesmo tempo crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local, que ao fazer uso de seus recursos e de suas potencialidades, acaba por melhorar a qualidade de sua vida.

Na busca da realização desses objetivos, a proposta de desenvolvimento local pressupõe a utilização de variáveis importantes como: a incorporação de inovações tecnológicas ao processo produtivo, a qualificação dos recursos humanos locais e a adaptação institucional dos organismos públicos e privados. A articulação e integração de todos os atores locais é o que torna possível a realização do processo, que pode até ser originado por um mecanismo de indução externo (exógeno), mas só é realizável de modo endógeno, ou seja,

podemos até mobilizar e convencer as pessoas em torno de um projeto de desenvolvimento que foi concebido “de fora para dentro” e “de cima para baixo”. Todavia, para realizá-lo, vamos precisar da adesão e da participação das pessoas, quer dizer, elas vão precisar se apropriar desse projeto como se fosse “seu”, como se fosse um produto construído “de baixo para cima” e “de dentro para fora” (DE PAULA, 2008, p.47).

Na literatura sobre o tema é recorrente o papel fundamental exercido pelo protagonismo das pessoas que voluntariamente assumem a responsabilidade de construir um projeto que possa transformar o local onde vivem. Mas é necessário ressaltar que apenas voluntarismo e mobilização não são suficientes para a realização de projetos. Muitas iniciativas promissoras acabam fracassando por não conseguirem ultrapassar o estágio da mobilização, fazendo com que o resultado acabe sendo “um conjunto de cidadãos mobilizados como nunca e pobres como sempre” (FRANÇA e GARIBE FILHO, 2010, p.326).

Nesse sentido, o empoderamento e fortalecimento da comunidade são fundamentais, contemplando valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio-ambiente (ALBUQUERQUE E ZAPATA, 2010). Durston (2000) define empoderamento como “*un proceso selectivo consciente e intencionado que tiene como objetivo la igualación de oportunidades entre los actores sociales. El criterio central es de transformación de sectores sociales excluidos en actores, y de nivelación hacia*

*arriba de actores débiles.*” Isso requer a criação de canais de expressão política e a construção de esferas públicas não limitadas aos poderes públicos instituídos, aumentando as possibilidades de articulação entre Estado e sociedade civil, numa prática oposta as práticas neoliberais de terceirização ou privatização do Estado (SILVEIRA, 2010).

Esse processo também acarreta uma nova postura para a gestão pública local que deixa de ser apenas provedora de demandas básicas e passa a atuar também no sentido de promover o crescimento econômico; gerar emprego e renda para a população; além de atuar como agente principal de articulação e mobilização das redes de atores locais (ALBUQUERQUE E ZAPATA, 2010). Neste processo os gestores locais aprendem que:

compartilhar com a sociedade civil as tarefas de desenvolvimento social, incorporar as visões e as razões da sociedade nos assuntos antes reservados aos governos, significa aumentar a possibilidade e a capacidade de as populações influírem nas decisões públicas – empoderar as comunidades, distribuir e democratizar o poder (FRANCO, 2002, p. 55).

Mas não se trata de um processo simples, e sim de um aprendizado demorado de construção de relações de confiança e cooperação, metodologias e formas diferenciadas de ação. Na literatura é recorrente a crítica referente à lentidão do processo de tomada de decisões e as enormes dificuldades de produção de consenso entre os atores envolvidos. Contudo essas dificuldades não podem representar de forma alguma a retomada de processos que não valorizem a participação da sociedade. Pois como afirma Silveira (2010, p.49), “a superação de lógicas hierárquicas (quanto ao padrão de organização) e autocráticas (quanto ao modo de regulação de conflitos)” exige novos modelos normativos e de organização social, além de mudanças nos padrões de comportamento, e nos papéis sociais desempenhados pelos atores.

Não se trata, porém, de encontrar fórmulas de conciliação de interesses irreconciliáveis, nem de apresentar interesses ideológicos de grupos hegemônicos transmutados em interesses de toda a comunidade. É preciso reconhecer a composição heterogênea da sociedade, permitindo a expressão dos diversos grupos sociais que representam as diferentes clivagens (de gênero, de classe social, de etnia, etc.) que possam existir no seio da comunidade. O que deve existir é um processo eminentemente político (embora não necessariamente partidário) de negociação de conflitos, no qual os atores possam discutir abertamente seus interesses e propostas, objetivando a produção de consensos

parciais, num contexto de transformação no qual os ganhos e perdas sempre pareceram desiguais.

O desenvolvimento local passa pela radicalização e aprofundamento do processo democrático que deixa de estar vinculado apenas ao cumprimento de leis e à escolha eleitoral dos governantes. Por isso pode-se afirmar que a democracia não se refere apenas a “quantos participam das decisões (quem decide), mas também a respeito dos assuntos sobre os quais se decide (o que se decide), as ocasiões em que se decide (quando se decide) e as instâncias de poder (onde se decide)” (DE PAULA, 2008, p.48-49).

### 3.1.2.3 Estratégias de Desenvolvimento Local

Todo o processo de desenvolvimento local implica na elaboração de estratégias que tem como objetivos a construção de capital social, a formação do capital humano, o fomento às micro e pequenas empresas e o fortalecimento da governança local, através de metodologias que estimulem a cooperação e a construção de parcerias; possibilitando assim aos atores a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento. Para esse fim, a formação de pactos locais com a maior representatividade possível pode significar mais estabilidade no processo e menor permeabilidade frente à alternância do poder local (ALBUQUERQUE E ZAPATA, 2010).

O primeiro passo na concretização da estratégia é a mobilização da população local, que deve ser a mais ampla possível, abrangendo todos os setores e segmentos possíveis, tanto no sentido espacial, quanto no econômico e no cultural. Alguns autores mencionam a necessidade de constituição de fóruns ou conselhos locais de desenvolvimento, embora isso não seja um consenso (DE PAULA, 2008).

Depois que a comunidade se mobiliza e começa a discutir seus problemas, o passo seguinte reside na elaboração de um diagnóstico participativo local, processo através do qual o grupo aprende a identificar seus ativos; ou seja, as potencialidades, oportunidades e vantagens competitivas. O diagnóstico funciona como um retrato situacional, permitindo à comunidade conhecer melhor suas necessidades e potencialidade e se os ativos já existentes são capazes de promover um processo de desenvolvimento (DE PAULA, 2008).

Realizado o diagnóstico, a próxima etapa consiste na elaboração do plano de desenvolvimento local, que envolve a identificação das vocações ou eixos estruturantes do

desenvolvimento, e a formulação de ações e projetos que possam permitir à comunidade levar adiante sua estratégia de desenvolvimento local (SENAC, 2011). A formulação do plano inclui necessariamente a negociação de uma agenda local definindo quais serão as prioridades e qual o cronograma de implementação dessas ações e projetos.

A última etapa envolve a realização das atividades indicadas na agenda e seu necessário monitoramento e avaliação, dentro de uma concepção ativa e participativa de planejamento, o que exige necessariamente a criação de mecanismos de governança, termo que se refere às:

diversas formas pelas quais indivíduos e instituições (públicas e privadas) gerenciam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas. Diz respeito não só a instituições e regimes formais de coordenação e autoridade, mas também a sistemas informais (ALBAGLI, 2004, p. 58).

Para Amaral Filho as estratégias de desenvolvimento devem ter por objetivo munir um determinado local, ou região, de “fatores locais sistêmicos capazes de criar um pólo dinâmico de crescimento, com variados efeitos multiplicadores, os quais se auto-reforçam e se propagam de maneira cumulativa, transformando a região num atrator de fatores e de novas atividades econômicas” (2001, p.278). Para a obtenção desse efeito, o autor faz a recomendação de que o projeto a ser implantado deva ter caráter estruturante, envolvendo toda uma cadeia de atividades interligadas. Amaral Filho afirma que o turismo pode ser uma das opções de segmento que se aproximam do paradigma do desenvolvimento local endógeno, na medida em que consegue:

conjugam vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional: (i) forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e de médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (iii) indústria limpa; (iv) globalização da economia local por meio do fluxo de valores e de informações nacionais e estrangeiras. Por outro lado, esse tipo de atividade tem outra vantagem: a de possibilitar a transformação de “fatores dados” em “fatores dinâmicos”, diminuindo, em muito, os custos de criação e de implantação que envolvem qualquer projeto novo de desenvolvimento (AMARAL FILHO, 2001, p. 278).

Pode-se inferir que o processo de desenvolvimento local, justamente por ser participativo e descentralizado exige um tempo muito mais longo de planejamento e execução, antes que os resultados práticos comecem a aparecer. Frente ao baixo dinamismo

de economia local, à escassez de recursos e as imensas demandas advindas de uma realidade desfavorável, muitas comunidades acabam por optar pela via mais rápida da importação de modelos exógenos, buscando a todo preço atrair empresas de “fora”, às vezes contrariando totalmente a vocação do lugar. Para Boisier (1993) o termo vocação se refere ao potencial endógeno local representado por recursos econômicos, ambientais, artístico-culturais, turísticos e educacionais.

Mas, mesmo se tratando de um processo complexo e de longo prazo, existem razões suficientes para se pensar em fazê-lo como explicado em Silveira (2010, p.64):

A razão negativa consiste na crise do modelo de desenvolvimento ainda dominante, cujas características excludentes e concentradoras ligam-se fortemente a um padrão de fomento baseado na oferta centralizada. A razão afirmativa está no reconhecimento de que novos caminhos estão efetivamente abertos e as estratégias e os experimentos de desenvolvimento sob outros padrões estão de fato em curso, com todas as dificuldades e todos os entraves ainda existentes.

No Brasil, a partir da segunda metade da década de 90, muitos municípios de pequeno porte populacional, na busca por suprir demandas cada vez maiores, com recursos cada vez menores começaram a pensar no caminho do desenvolvimento local como alternativa, buscando substituir a lógica de repartição setorial de recursos e demanda de balcão, por uma lógica territorial de construção de projetos; procurando assim formas inovadoras e endógenas de resolver carências e desenvolver o município com base em suas próprias potencialidades e no protagonismo de seus habitantes (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003)

Além dos aspectos referentes à descentralização administrativa, a partir de meados da década de 1990, verificou-se no Brasil um grande impulso ao desenvolvimento local, vindo de diversas frentes. Ampliou-se o debate sobre o tema, criaram-se programas de apoio ao desenvolvimento local e, sobretudo, começaram a proliferar experiências concretas em diferentes localidades do país.

O conceito de desenvolvimento local altera o eixo das políticas nacionais de desenvolvimento, que deixa de estar centrado nas grandes e indiferenciadas políticas nacionais e passa a focar os planos locais, atendendo as especificidades diferenciadas de cada território, o que pressupõe o envolvimento das pessoas que nele vivem de forma ativa, de forma a gerar a indução de um processo endógeno de mudança.

Esse novo direcionamento pode ser o indutor de novas práticas políticas, conforme afirmado por Silveira (2010, p.64):

Ao basear-se nos ativos locais e em mecanismos inovadores de cultura política, planejamento e gestão, que combinam aprofundamento da democracia de base e articulação em rede (os dois elementos-chave da questão da governança), as experiências de desenvolvimento local indicam, ao mesmo tempo, novos referenciais para as políticas públicas e possibilidades práticas alternativas ao modelo de desenvolvimento até então dominante.

Vários ministérios começaram a investir no planejamento e efetivação de programas de desenvolvimento local, enfatizando o protagonismo dos agentes locais no planejamento, controle, gestão e avaliação do desenvolvimento. Existem programas desenvolvidos nesse sentido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Integração, pelo Ministério do Turismo e ainda esforços de ação interministerial no fomento a Arranjos Produtivos Locais (APLs). Além da ação governamental, outras estratégias e metodologias têm sido desenvolvidas por universidades, organizações da sociedade civil ou privadas, como a estratégia do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), desenvolvida pela Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED) e o trabalho de identificação e avaliação de Arranjos Produtivos Locais realizada no âmbito da RedeSist, rede de pesquisa interdisciplinar da qual fazem parte várias universidades brasileiras e que está sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SILVEIRA, 2010).

Dessa forma, o enfoque deixou de estar apenas no combate às desigualdades regionais e à solução de carências locais para avançar a uma nova maneira de tratar o problema focando a capacidade local de impulsionar o desenvolvimento. O novo enfoque pressupõe o abandono da lógica do subsídio e das subvenções pelo estímulo e investimento em ações e projetos empreendedores, como os de Arranjos Produtivos Locais (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

#### 3.1.2.4 A Configuração dos Arranjos Produtivos Locais

O Arranjo Produtivo Local (APL) é um método aplicado a contextos de organizações analisados sob a conceituação de rede para entender como e por que as aglomerações se desenvolvem. A metodologia do APL foi criada por um grupo de pesquisadores da

Universidade Federal do Rio de Janeiro, que constituem a RedeSist – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.

Na conceituação da RedeSist, Arranjos Produtivos Locais são definidos como sendo:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtores de bens e serviços finais, até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação dos recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p.27).

Numa definição análoga os mesmos autores conceituam Arranjos Produtivos Locais - APL como sendo aglomerados de empresas localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e que mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais. O conceito é amplo e abrange as noções de cluster, distrito industrial e outras, não se limitando a estes (CASSIOLATO E LASTRES, 2003). Nesta definição o conceito de cluster encontra-se dentro do conceito mais abrangente de Arranjo Produtivo Local. Outros autores fazem diferenciação entre as abordagens, definindo o cluster como uma forma de organização que prioriza os resultados econômicos; não necessariamente integrado a outras variáveis de desenvolvimento, como exemplificado em Casarotto Filho e Pires (2001, p.70):

Enquanto a abordagem de cluster busca melhorar sua competitividade, a abordagem do desenvolvimento local, ou da estruturação de um sistema econômico local, busca a qualidade de vida na região. A macro rede formada e os mecanismos de integração são fruto de um planejamento territorial mais abrangente que a simples análise da cadeia produtiva ou análise do cluster.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, define os Arranjos Produtivos Locais – APL, de uma forma muito próxima ao RedeSist:

Arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Um Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade principal.

Para isso é preciso considerar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas. (SEBRAE, 2003, p.12).

Os Arranjos Produtivos Locais - APL são os centros dinâmicos do desenvolvimento local, resultado final de um processo continuado que começa na mobilização dos territórios para o desenvolvimento, através da construção de redes de atores locais, passa pela constituição de redes de empresas, e prossegue elevando os níveis de adensamento empresarial, de especialização produtiva e de dinamismo econômico e social dos territórios (DE PAULA, 2008).

Amaral Filho (2001) também destaca esta interação entre os agentes, porém ressalva que essa interação só é possível na presença de três elementos: a construção da confiança; a criação de bases concretas capazes de permitir a montagem de redes de comunicação; e o fator proximidade entre as organizações.

O objetivo da metodologia dos APL é estudar o conjunto de empresas. As unidades de análise são os aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, buscando compreender o papel destes agentes nos processos de cooperação, competição e inovação. Como ressalta Tomazzoni (2009, p.71), “para ser competitiva, a empresa deve inovar continuamente. A capacidade de inovar só é possível se houver cooperação”. O autor salienta que o enraizamento da cooperação e da inovação só se torna possível através de um processo contínuo de aprendizagem por parte das organizações e atores envolvidos; assim sendo o APL estaria estruturado sobre três pilares: proximidade entre as organizações, aprendizado e inovação (TOMAZZONI, 2009).

Paiva (2005) faz distinção entre Aglomerado Produtivo Local, Arranjo Produtivo Local e Sistema Produtivo Local, hierarquizando os conceitos segundo graus de especialização, qualificação e gestão do processo. O Aglomerado Produtivo Local surge à medida que:

A especialização de um determinado “sítio” (que pode ser uma rua de um bairro, um bairro de uma cidade, uma cidade de uma região, ou uma região de um estado) em uma atividade particular é o que chamamos de aglomeração. Desde o início ela se torna um fator de atração de compradores e de fornecedores para aquela região (PAIVA, 2005, p.4).

Por outro lado, o Arranjo Produtivo Local é um círculo virtuoso sem fins preestabelecidos, pois á medida que a aglomeração cresce, atrai para o seu entorno produtores de insumos e de matérias primas para as empresas. A especialização das atividades, a qualificação dos trabalhadores e a oferta de serviços técnicos são fatores de dinamização e consolidação do APL (PAIVA, 2005). Nas palavras do próprio autor:

Na medida em que a aglomeração cresce, ela passa a atrair para o entorno os produtores das principais matérias-primas e insumos utilizados pelas empresas que a compõem. O que induz mais firmas compradoras a se instalarem perto dos fornecedores. E vice-versa, num círculo virtuoso sem fim pré-estabelecido. E onde tem muitas firmas instaladas, os melhores trabalhadores especializados vão procurar emprego. E se instalam escolas técnicas no entorno. E se instalam firmas de assistência técnica. E firmas especializadas em vendas dos produtos da região (inclusive para os distantes e difíceis mercados externos). O desenvolvimento deste conjunto de círculos concêntricos de firmas e agências de capacitação produtiva no entorno da aglomeração, a transforma. Na realidade, já não temos aqui uma mera aglomeração, mas um verdadeiro arranjo produtivo local (PAIVA, 2005, p.4).

O último degrau na rede hierárquica de complexidade da atividade ocorre no momento em que o Arranjo Produtivo Local cria estruturas de governança, neste momento se origina o chamado sistema produtivo Local (PAIVA, 2005)

Nesse sentido, o APL fundamenta-se essencialmente no conceito de territorialidade (TOMAZZONI, 2009).

Todo desenvolvimento é em última instância local, no sentido, de que é na vida real das pessoas que lá residem que se pode perceber as consequências dos planos e das políticas; e onde se tornam claros, e cruéis, os processos de pobreza, discriminação e exclusão social. Sendo assim, o território pode ser considerado a parte fundamental desse processo, na medida em que a desenvolvimento endógeno só pode acontecer na medida em que a comunidade se reconhece, percebendo a riqueza natural, social e cultural que possui e se dando conta de que pode transformar esses “ativos” em negócios e oportunidades, gerando melhoria na qualidade de vida de sua população.

O território é uma construção subjetiva, ou seja, depende da ação de uma comunidade que o construa. Essa construção subjetiva pode ser exógena (feita a partir de agentes externos) ou pode ser endógena (feita a partir dos agentes locais) (DE PAULA, 2008). Ou seja, trata-se de um processo de instituição territorial, no qual a população se constitui em sujeito ativo que desenha o território e constrói o local a partir do reconhecimento de suas identidades. O

aspecto fundamental na construção social do território reside no fato de que “o *ethos* da cooperação, associado a modos democráticos de regulação de conflitos, parece ser uma força mais decisiva que a obtenção das clássicas vantagens competitivas” (SILVEIRA, 2010, p.57).

O termo território vem do latim *territorium*, derivado do termo terra, e que significa pedaço de terra apropriado. Território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço (ALBAGLI, 2004).

O território é ao mesmo tempo, uma somatória de fatores, naturais, sociais, culturais em permanente interação constituindo-se por “laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais” (ABRAMOVAY apud BEDUSCHI FILHO e ABRAMOVAY, 2003, p.3).

Todo desenvolvimento acontece num determinado território, mas os territórios não são iguais. Portanto, para cada território é necessário um modelo próprio de desenvolvimento. Será sempre imprescindível considerar: as redes de atores locais; as dotações naturais; a infraestrutura existente; o capital humano; o capital social; a cultura empreendedora; a poupança local; a capacidade de atrair investimentos; as potencialidades, vocações e oportunidades; as vantagens comparativas e competitivas; dentre vários outros fatores (DE PAULA, 2008).

Mas o conceito de local ou de território não se deve ser confundido com o conceito de município, que tem um sentido mais restrito ao aspecto político-administrativo. Dessa forma, o conceito de local pode ser definido como qualquer porção territorial que se distingue a partir de determinados elementos de identidade. Tais elementos de identidade podem ser: físico-geográficos; étnicos; socioeconômicos; políticos, culturais, gastronômicos, etc. (DE PAULA, 2008).

A organização do território traduz os tipos de interação e de relação entre os diferentes atores locais e externos, e entre os diversos subespaços que o compõem, podendo caracterizar-se por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementaridade. O território é ao mesmo tempo suporte e produto da formação de identidades individuais e

coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial. Ao se formar uma identidade coletiva vinculada a um território define-se as relações com os outros, formando imagens dos amigos e inimigos, dos rivais e aliados. (ALBAGLI, 2004).

Essa identidade coletiva pode ser caracterizada como uma construção cultural proveniente das interações humanas, dentro de um espaço delimitado e de um contexto histórico definido, como nos ensina Milton Santos (2008, p.62):

à medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Por essa razão é preciso analisar os arranjos produtivos e as organizações sócio-produtivas agregadas em torno de determinado segmento econômico local; uma vez que não são mais as empresas isoladas ou os setores e os países que concorrem, e sim os territórios e as redes construídas em torno dos respectivos agrupamentos de empresas (ALBUQUERQUE E ZAPATA, 2010).

### **3.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Esta segunda parte da revisão de literatura procura discutir o desafio de compatibilizar a necessidade do crescimento econômico através do turismo com o desenvolvimento local. Parte-se do pressuposto de que crescimento econômico não necessariamente implica em um processo de desenvolvimento, devido à apropriação desigual do resultado econômico; e de que apenas um processo de planejamento participativo da implantação e da gestão da atividade turística pode dimensionar os impactos negativos e positivos do processo, bem como a carga de saturação da demanda, evitando assim a descaracterização da população local e a desfiguração do ambiente natural.

O tópico está estruturado em três seções: Crescimento Econômico e Atividade Turística; Turismo e Desenvolvimento Local; e Arranjos Produtivos Locais de Turismo.

### **3.2.1 Crescimento Econômico e Atividade Turística**

A difusão do turismo como alternativa de lazer nas sociedades contemporâneas fez surgir um setor de atividade econômica que cria e transforma paisagens naturais e culturais em produtos de exploração turística. “Ao oferecer de forma lúdica, um modo de repor as energias e aliviar o estresse do cotidiano, o turismo vem se destacando como fator de motivação para os deslocamentos humanos” (SOARES, 2011, p.17). Segundo Andrade (1995, p.38) o turismo pode ser definido como: “o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento”.

Em termos mais específicos, essa definição revela que a atividade turística deve ser analisada a partir de três parâmetros: o recurso turístico, o produto turístico e a oferta turística. O recurso turístico representa o conjunto de atrativos locais, compondo um patrimônio natural e cultural, reunindo meio ambiente, clima, beleza natural, paisagens, hospitalidade, gastronomia, herança histórica, manifestações culturais e a interação com as os habitantes locais. Mas apenas os recursos não perfazem um produto turístico. O recurso se transforma em produto quando se estrutura para o uso e desfrute turístico. Assim a criação de vias de acesso ao recurso turístico, o desenvolvimento de uma infraestrutura que propicie ao turista o uso do recurso, seja na forma de bens e serviços urbanos disponíveis no município, seja sob a forma de bens, equipamentos e serviços de hospitalidade disponíveis, tais como hotéis e pousadas, restaurantes e bares, receptivos, parques temáticos (CHIAS, 2007).

Porém o que converte o produto turístico em oferta turística, passível de ser desfrutada, é a sua promoção junto aos mercados emissores. De acordo com Chias (2007, p.26) “somente então, quando aparecem os turistas, é que são gerados recursos para o lugar e se consolida o destino, criando-se empregos. Conclusão: alcança-se um maior bem estar”. Muitos municípios brasileiros; notadamente os litorâneos; tem acreditado nessa alternativa estratégica como solução para equacionar e promover o desenvolvimento.

Assim, contratam-se especialistas e assessores, para realizar um inventário de recursos turísticos, e posteriormente, um plano de desenvolvimento turístico, para elaborar o produto à imagem e semelhança do que querem os mercados emissores. Posteriormente, empresas especializadas em marketing turístico elaboram o plano de marketing para divulgar e promover os destinos. Com a vinda dos turistas, o ciclo se completa e obtêm-se o esperado crescimento econômico. Como relatado por Batista (2003, p.1):

Esta nova indústria é capaz de oferecer um rápido crescimento econômico em termos de nível de emprego, distribuição mais justa de riqueza, melhoria de qualidade de vida e incremento de alguns setores industriais ligados à atividade turística.

Considerado sob o aspecto econômico, o turismo é uma das atividades econômicas que mais gera riquezas no mundo. Os geradores dessas riquezas são os turistas, que com seus gastos diretos geram um efeito multiplicador na economia, através de uma extensa cadeia produtiva, que inclui não só os estabelecimentos que lidam diretamente com o visitante, mas muitos outros, incluindo até mesmo esportes, alimentação, saúde, educação, vestuário, comunicação e agricultura (GOELDNER et al., 2002).

Rabahy (2003, p.66), demonstrando os efeitos multiplicadores dos gastos turísticos, assim os descreve:

Inicia-se com os gastos efetuados pelos visitantes, os quais geram salários e rendas para os diversos setores envolvidos, de natureza bem diversificada, como os hotéis, restaurantes, agências de viagens, empresas de transporte, localidades de recreação, comércio e uma série de outros ramos de produção de bens e serviços. Os gastos efetuados em um dado setor concorrem para a geração de renda em várias outras etapas precedentes, pela solicitação de bens primários, intermediários ou finais de outros setores produtivos.

Este autor, apontando dados do relatório FIPE: Multiplicadores de renda e emprego para o Brasil, cita o índice multiplicador de gastos como sendo da ordem de 2,85; ou seja, para cada unidade monetária gasta pelo visitante, haveria um acréscimo de 2,85 unidades monetárias, geradas por negócios indiretos. O mesmo relatório indica o índice de 5,5 em relação à geração de emprego, de forma que cada emprego no setor turístico tende a gerar 5,5 empregos nos outros setores indiretamente afetados (RABAHY, 2003).

Kotler e Rein (1995, p.211) corroboram a idéia acima, ao destacar a importância que o turismo tem para a divulgação dos produtos locais:

As estimativas dos gastos dos turistas e dos participantes de convenções com presentes, roupas e souvenirs estão na faixa de 15 a 20% dos gastos totais. A proporção com que esses produtos são feitos ou montados no local afeta seu impacto na economia de exportação do mesmo.

Mas o turismo não pode ser focado apenas por alguns aspectos positivos derivados do crescimento econômico da atividade; é necessário considerar também que o turismo “tem a capacidade de causar danos irreparáveis aos recursos naturais” (BATISTA, 2003, p.10). Nesse sentido, não se pode naturalizar a questão do desenvolvimento como consequência do crescimento econômico advindo da atividade turística, pois como lembra Gomes Silva (2006, p.32) o turismo “sendo uma atividade capitalista, não está em sua lógica resolver os problemas de distribuição de renda e emprego”. Essa lógica deve ser considerada ainda mais na análise do turismo no Brasil, onde o modelo de crescimento econômico, ao qual também se subordina a atividade turística, é concentrador de renda, excludente e perpetuador de desigualdades (ALMEIDA, 2004).

Diante dessa perspectiva é preciso planejar o turismo sob uma perspectiva que leve em consideração não apenas as necessidades mercadológicas e a opinião do turista, mas, principalmente, os interesses da população local; pois não é suficiente planejar o turismo apenas na perspectiva de construção do produto e da oferta turística, é preciso dimensionar os impactos econômicos, socioculturais e ambientais, que acompanham a modificação da vida do local no contato com o turismo; e que podem ser tanto positivos como negativos, indo desde a geração de emprego e renda, expansão do mercado de produtos locais, aumento da demanda por produtos agrícolas e da arrecadação municipal; até fatores negativos como a descaracterização de populações tradicionais e a desfiguração da paisagem e do ambiente, como afirmado por Seabra (2001, p.27):

Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrente do turismo são abundantes, assim como o são para outros setores industriais. Como na indústria extrativa, o turismo explora a matéria-prima até o total esgotamento; em seguida, ocorrem o abandono e a transferência para outros locais de exploração. Além do uso indiscriminado dos recursos ambientais, a indústria do turismo provoca danos socioambientais e socioculturais bem mais acentuados que muitas indústrias consideradas poluentes.

Mas da mesma forma que não se pode naturalizar a questão do desenvolvimento através do turismo, também não se deve fazer o processo contrário de invalidar a atividade turística, negativando-a com o rótulo de predatória. Como afirma Lanzarini (2009, p. 9) a atividade turística é “apenas ambígua, pois ao mesmo tempo em que promove riquezas, empregos, melhoria de vida [...] também produz pobreza, exclusão social e fragmentação do espaço”. É preciso ampliar os espaços de participação da comunidade no processo, tanto na implantação, como na gestão dos planos de turismo. Sem a participação dos principais interessados, será muito difícil qualquer forma de desenvolvimento promovida a partir do turismo. Se apenas os interesses do mercado e do capital forem atendidos e respeitados, à população local restará a exclusão, a descaracterização e o sentimento de que o turista não é um parceiro e sim um invasor, e que as relações por consequência não são de hospitalidade, mas sim de conflito.

É forçoso lembrar que quando se fala em participação da comunidade, não necessariamente se está fazendo alusão aos processos representativos de participação política, cristalizado no ato de eleição dos representantes do povo. Aplicando os postulados da teoria do desenvolvimento local ao contexto do turismo, pode-se dizer que é necessário um processo de democracia direta, no qual os atores envolvidos possam expressar se desejam ou não a implantação de determinado projeto turístico, e de que forma pensam que este deva ser estruturado. Pelo Brasil registram-se uma série de casos em que o poder político local, na ânsia de aumentar a arrecadação ou de resolver demandas pontuais, tem permitido projetos turísticos sem os necessários estudos de impacto e sem a imprescindível participação da comunidade, fazendo com que o lugar torne-se propício para que o capital “travestido de turismo rapidamente descaracterize o tipo de trabalho e de vida, cause a desestruturação cultural, a agressão ambiental e uma paisagem degradada distante do imaginário do turista” (ALMEIDA, 2004, p.2).

A construção do espaço turístico se faz à custa da desconstrução do espaço local, gerando transformações do ambiente natural e modificação das relações sociais que anteriormente permitiram a existência da comunidade. A relação da sociedade local com o ambiente natural passa a ocorrer em função das da atividade turística. Tudo é feito para agradar o outro, para cativar o turista, objetivando assim a conservação do atrativo e não valorização local. Essa desconstrução ocorre da maneira demonstrada por Almeida (2004, p.5):

A consequência imediata é a transformação do ideário em relação à natureza que passa a ser considerada pelo valor atribuído pelo turista e pela renda que a atividade turística permite auferir [...] A natureza é capital, capital e mercadoria de realização atual e futura. Similar ocorre com o patrimônio cultural: festas, o artesanato, a gastronomia, revalorizadas pelo olhar do turista, transformam-se em atrativos turísticos. Desterritorializam-se.

Nesse sentido o processo de valoração das imagens para o visitante termina afetando a imagem que o local faz de si mesmo. Dessa forma o impacto maior; ao contrário do que se pensa (em função de ser de mais fácil observação); não está no meio ambiente natural, e sim no mundo simbólico, que estrutura a conduta da sociedade receptora (CARA, 1996). Vários exemplos desse processo são citados na literatura, como o de Bonito em MS, das cachoeiras nas terras dos Kalunga no Norte Goiano e de inúmeras praias no litoral nordestino (ALMEIDA, 2004). No âmbito da gastronomia pode ser citado o exemplo do acarajé, que teve o seu tamanho, forma e recheio alterado em função das preferências dos turistas, deixando completamente de lado o seu aspecto de prática religiosa, ligado à alimentação dos orixás (RADEL, 2007).

É preciso considerar sempre a natureza ambígua e complexa do turismo, enquanto atividade que compreende ao mesmo tempo a produção e o consumo, articulando diferenciados setores econômicos; transformando visitantes e visitados; apropriando-se de:

lugares exóticos, de paisagens naturais, transformando-os em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais, históricos, possibilitar o descanso e vários outros motivos simbólicos ou reais [...] Sacraliza-se assim, tanto a natureza como a história passada, transformadas em mercadoria (RODRIGUES, Arlete, 2002).

### **3.2.2 Turismo e Desenvolvimento Local**

O turismo representa uma injeção externa de riqueza e receitas consideráveis para a área que recebe o turista, atuando como agente de mobilização e dinamização da economia da localidade onde se desenvolve, tendo em vista que o turista quando viaja acaba gastando e consumindo no local de destino (SILVA; BRAGA FILHO, 2009).

Constituindo-se em uma atividade produtiva e geradora de emprego, o, turismo inclui-se entre os elementos motrizes para o desenvolvimento local e regional, particularmente por

se tratar de um produto consumido preferencialmente em regiões periféricas e menos desenvolvidas, exceção feita ao turismo de negócios. O turismo constitui atividade compensatória ao cotidiano das grandes cidades, onde a rotina, a poluição e a falta de contato com a natureza, muitas vezes resultam em altos níveis de estresse por parte dos moradores (RABAHY, 2003).

Essa particularidade do setor turístico segundo Rabahy (2003, p. 75): “permite transferir benefícios de uma região mais rica para uma região mais pobre, contribuindo para um melhor equilíbrio entre as regiões”, na medida em que a melhoria das condições de infraestrutura, a geração de emprego e renda, e o efeito multiplicador da atividade turística acabam por melhorar a vida da população local estimulando o surgimento e a expansão de outras atividades.

Os efeitos econômicos positivos da atividade turística afetam também a distribuição de renda, tanto pela transferência da renda gerada pelo turismo aos setores primário e secundário quanto pela transferência inter-regional, com os turistas de regiões economicamente mais desenvolvidas visitando regiões de menor renda. Acrescente-se a este dado, o fato do setor turístico apresentar níveis de emprego elevados, em relação ao capital investido, sem em contrapartida exigir muito em termos de qualificação profissional (RABAHY, 2003).

Porém, seu desenvolvimento gera impactos nas comunidades locais e, por esse motivo, é importante que seja repensado o modelo de exploração turístico, muitas vezes pautado unicamente na prioridade empresarial de obtenção ou produção de lucros. É preciso perceber o potencial de inclusão social dessa atividade, imprimindo ações que se voltem para o desenvolvimento local e para a busca da qualidade de vida das comunidades receptoras (SILVA et al., 2010). Soares (2011) alerta para este risco de considerar apenas os fatores econômicos, cuidando apenas do produto e do interesse dos turistas e esquecendo as populações locais:

Ao analisar a atividade sob a ótica do mercado, não se pode esquecer de que este assume as localidades como produtos turísticos, formados de atrativos naturais e culturais. Na ponta dessa cadeia produtiva, estão as ações de marketing, que suscitam e orientam a demanda por viagens, capitalizando o desejo e a disposição do consumidor em visitar determinado destino. Essa relação mercantilista da atividade turística, quando entregue à sua lógica própria de maximização incondicional dos lucros, pode provocar danos ambientais, culturais e sociais irreversíveis aos núcleos receptores e suas comunidades. (SOARES, 2011, p.70)

O setor reproduz como qualquer outro setor produtivo as contradições do sistema capitalista. Assim, as possibilidades de que o turismo promova o desenvolvimento local devem ser consideradas com reservas, visto que os principais divulgadores do desenvolvimento associado à prática do turismo são os atores hegemônicos diretamente beneficiados com o desenvolvimento turístico dos lugares. Todavia, para que a relação entre os fatores endógenos e exógenos seja favorável ao desenvolvimento local é que preciso haja um forte enraizamento local das iniciativas e negócios, e um dinâmico enredamento global em relação às oportunidades propiciadas pelo mercado (ALMEIDA, 2004).

Dessa forma, o turismo pode se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local de maior relevância; o que conduz a necessidade de planejamento, controle, avaliação e monitoramento por parte dos atores sociais locais, permitindo assim que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados. Portanto, a inserção dos residentes nas atividades do turismo em região de grande fluxo é de extrema importância para expandir os efeitos do desenvolvimento local, proporcionando a satisfação dos habitantes na atuação em atividades ligadas ao lazer e ao turismo de forma operacional e, principalmente, estratégica (SILVA et al., 2010).

A articulação com base local é fundamental para possibilitar uma melhor convergência de interesses, que contemplem as reais necessidades da comunidade e dos atores locais, motivando assim o engajamento em torno de uma causa que estimule a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem ou trabalham em determinado território (OLIVEIRA, 2005).

Como não exige necessariamente grandes aportes tecnológicos, o setor representa oportunidade de negócios para micro e pequenos empreendedores, que podem investir nas especificidades regionais contribuindo para as características de endogenia do desenvolvimento local. Produtos específicos do local podem ser valorizados, aproveitando o desejo do turista de conhecer e partilhar da vida da comunidade. É o caso do artesanato, da gastronomia, de produtos agrícolas e até mesmo de pequena produção industrial, como por exemplo: geleias, chocolates e até mesmo bebidas alcoólicas como a cachaça. A promoção de feiras, festas e eventos centrada em temas regionais e locais também deve ser fomentada.

Mas o turismo não deve ser focado de maneira segmentada, desvinculado de outros setores e pensado apenas segundo sua própria lógica. Assim, o planejamento do turismo deve ser parte de um planejamento maior que integre a atividade turística ao meio ambiente urbano,

ao rural, à cultura e as formas de vida da comunidade. Também é importante a concretização de formas de parceria entre atores públicos, privados e associativos na busca de estratégias que conciliem conservação ambiental, cultura e turismo. Casos de ocorrência desse tipo de experiência; envolvendo uma maior participação da comunidade local na definição da aceitação do tipo de turismo e no planejamento do turismo desejável; vem sendo registrados como exitosos. Um exemplo disso é a da praia Redonda no litoral cearense, onde os moradores chocados com os impactos negativos do turismo na vizinha Canoa Quebrada, não aceitaram a implantação de um turismo massivo baseado nos atrativos praia e sol; e operado por agências de viagem e grandes corporações estrangeiras; ao invés, procuraram uma alternativa, baseada em hospedagem de pequeno número de turistas nas casas dos próprios moradores locais (ALMEIDA, 2004).

Os municípios que empregam esforços para incentivar as atividades associadas ao turismo colidem com outros aspectos relevantes, referentes à preservação de seus patrimônios, principalmente o histórico, o ambiental e o cultural. Nessa dimensão, é que está a preocupação com a identidade cultural. Desta forma, os temas relacionados à preservação do patrimônio tanto cultural quanto ambiental se aproximam das questões pertinentes às percepções dos valores, das motivações e das preferências individuais e coletivas capazes de refletir o comportamento do tecido social em relação à intensidade do aumento do fluxo turístico (SOARES, 2011). Para Barretto (2000, p. 76) é possível com planejamento adequado “dosar a quantidade de turistas em um lugar sem saturá-lo, sem que a população sinta-se invadida”, adotando medidas para reduzir o fluxo turístico quando necessário.

Contudo, para o êxito dessas formas de turismo é preciso tomar como referenciais básicos tanto a cultura local quanto a participação efetiva da população no planejamento e gestão do turismo, sem o que não se pode pensar em programas de estímulo ao empreendedorismo e de capacitação profissional. Dessa forma, com a participação da comunidade na discussão, decisão e direção de projetos turísticos a serem implantados, aumentará seu grau de ingerência e de apropriação nos resultados desse processo. Essas novas formas de pensar a questão do desenvolvimento implicam na incorporação de novos parâmetros de solidariedade e de organização espacial, para além da lógica puramente econômica dos planos de negócio (ALMEIDA, 2004).

Na crença de que “não há territórios condenados, mas apenas territórios sem projetos” (CAVACO, 1996, p.96), é preciso mobilizar recursos e capacidades escondidas no intuito de promover a revitalização e diversificação da economia, criando novos negócios, impedindo o término de atividades tradicionais, do pequeno comércio; e dessa forma, gerando renda e emprego para que as pessoas possam permanecer na comunidade. Em síntese, pode-se dizer que para além do mero crescimento econômico, o que importa é o desenvolvimento que é:

simultaneamente econômico e social e também territorial, e que envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos menos favorecidos (CAVACO, 1996, p.98).

Para os objetivos do trabalho e em função da especial importância do turismo gastronômico para a cidade de Gonçalves, é fundamental elucidar os aspectos referentes à gastronomia como fator de atração turística. A competitividade entre as cidades turísticas tem provocado a busca de alternativas de diferenciação entre os destinos. Nesse sentido a gastronomia ganha cada vez mais importância como um produto do turismo cultural; os pratos típicos constituem iguarias ligadas a um contexto histórico e cultural que permite ao turista uma aproximação com a vida da comunidade visitada, simbolizada tanto nos ingredientes utilizados, quanto nas preparações, utensílios e no modo de fazer o alimento (GIMENES, 2010).

Dessa forma, a gastronomia é um fator fundamental no desenvolvimento de um roteiro turístico, seja ele local ou de âmbito regional (circuito); sendo por vezes a motivação principal do turista, que tem interesse e curiosidade em conhecer pratos e alimentos regionais; como observado por Zuin e Zuin (2008, p. 115) em relação à culinária mineira:

No Brasil, são poucas as regiões que ainda conservam as tradições e cultivam a produção de alimentos tradicionais. Geralmente, são regiões menos valorizadas economicamente, esquecidas tanto pelo poder público como pelo privado. Um exemplo seriam algumas localidades de Minas Gerais, onde um grande número de famílias mineiras ainda preserva os tradicionais costumes culinários, passando de uma geração à outra as suas receitas que contêm os segredos e ingredientes da “comida mineira”. A simplicidade dos pratos e o feito familiar, aliados aos temperos ressaltam a qualidade desse tipo de comida, valorizando as suas características e despertando o interesse de turistas.

Segundo Schlüter (2003, p.75), “as rotas gastronômicas em função da cultura têm por objetivo mostrar os valores culturais de determinadas localidades tendo como eixo os pratos típicos da região.” Como é considerada patrimônio por traduzir a identidade de um povo, a gastronomia adquire cada vez mais importância ao promover um destino e atrair fluxo turístico, possibilitando aos visitantes a oportunidade de obter prazer através da refeição, apreciando a cultura de um lugar por meio da gastronomia (Schlüter, 2003).

Estando a alimentação ligada à história e às tradições culturais de toda uma comunidade, o turista acaba por consumir a cultura do local, “uma vez que a gastronomia de um lugar traduz toda uma herança cultural, como clima, situação geográfica, especificidades dos solos, a história, a situação político social da região e do mundo, entre outros fatores” (ZUIN; ZUIN, 2008, p.116). Foram esses recursos disponíveis que possibilitaram à culinária tradicional seu receituário, sua elaboração e seus métodos de conservação. A gastronomia tradicional implica ainda, o consumo de matérias-primas locais, pois as receitas são elaboradas com produtos agrícolas habitualmente utilizados pela comunidade local. “Tal fato contribui para o desenvolvimento da economia agrícola, pois a produção agroindustrial local induz à criação de postos de trabalho, permitindo a fixação da população ao mundo rural” (ZUIN; ZUIN, 2008, p.116).

Dessa forma a valorização da gastronomia local está diretamente relacionada a fatores como preservação da diversidade e de um patrimônio que compreende os recursos biológicos e os modelos de produção tradicional. As pequenas produções agrícolas de qualidade caracterizam-se por serem fortemente ligadas ao território e seguirem métodos tradicionais de cultivo, que lhe conferem qualidades particulares, tanto em termos organolépticos, como sócio-culturais (MANZINI; MERONI, KRUCKEN, 2006).

A gastronomia, a cultura, a história, a natureza, são fatores que despertam no turista a vontade de visitar a comunidade e conhecer o atrativo o atrativo. Isso exige a construção de uma infraestrutura logística, muitas vezes com dinheiro público, como acontece agora no Brasil por ocasião dos eventos da Copa do Mundo em 2014, e das Olimpíadas em 2016 (CAPELA; TAVARES, 2014). Todo esse gasto, que costuma ser justificado com a racionalidade de que o turismo é um grande investimento dado seu efeito econômico multiplicador, nem sempre reverte em benefício para as populações locais, em função da distribuição assimétrica das riquezas, especialmente em países em desenvolvimento.

A literatura consultada revela ainda assim, que o turismo pode ser um vetor de desenvolvimento importante, notadamente em locais onde esta vocação aparece destacada. Mas o processo de desenvolvimento participativo através do turismo é complexo e depende de fatores como vontade política do poder público; fortalecimento das comunidades locais fazendo valer a sua voz e os seus direitos; e cooperação dos grupos empresariais que investiram no local.

Uma cidade turística é uma cidade hospitaleira, agradável, que está preparada para bem receber seus visitantes. “Uma cidade agradável é uma cidade limpa, ajardinada e segura, cujo povo desfruta de uma distribuição justa e equitativa de oportunidades e renda” (TOMAZZONI, 2009, p.85).

### **3.2.3 Arranjos Produtivos Locais de Turismo**

O Ministério do Turismo, através do texto: Turismo como instrumento de desenvolvimento regional: estudo de arranjos produtivos locais (APLs) no setor de turismo diferencia o conceito de arranjo produtivo local, do conceito de aglomeração setorial produtiva; no intuito de construir uma tipologia que permita compreender os variados graus de desenvolvimento de uma localidade a partir das percepções dos arranjos produtivos locais. Na tipologia desenvolvida no estudo, encontram-se quatro etapas de desenvolvimento das atividades produtivas e da qualidade das instituições locais.

Nesta tipologia o conceito de aglomeração setorial produtiva é aplicado a localidades que contam com um “conjunto significativo de empresas que operam no mesmo setor e quando a participação dessas empresas é significativamente maior que a participação dos demais setores, individualmente, na localidade” (BRASIL, 2006b, p.1). A participação setorial pode ser avaliada pelo percentual de participação no emprego total, no número de empresas total, ou no valor adicionado total da localidade.

Aplicado ao setor de turismo, o conceito de aglomeração setorial produtiva faz referência às localidades (região ou município) que possuem um número significativo de empresas, de diferentes subsetores, voltadas para as atividades turísticas. Os subsetores do setor turismo são: os ligados à atividade de hospedagem (hotéis, pousadas e alojamentos); de serviços de alimentação (restaurantes, lanchonetes, cafeterias, bares e outros locais de

alimentação); de lazer e entretenimento (parques temáticos e ambientais, museus, casas de entretenimento, e outros serviços ligados aos aspectos culturais, históricos, ambientais ou comerciais); de recepção (agências de turismo e operadores turísticos); de transporte (empresas de transporte e locação de veículos); além de organizações públicas ou privadas de apoio ao turista (infraestrutura básica, como saneamento e hospitais, e órgãos específicos, como central de informações). Dessa forma, uma aglomeração setorial produtiva local do setor Turismo deve contar com um número significativo de empresas que estejam presentes nesses subsetores, ou, pelo menos, nos subsetores mais relevantes do setor como entretenimento, hospedagem e alimentação (BRASIL, 2006b).

No setor do Turismo há um forte grau de interdependência entre os diferentes subsetores, já que o turista que se hospeda em um hotel, ao mesmo tempo que faz uso de suas dependências, usufrui também da infraestrutura da cidade, das suas opções de entretenimento e de suas belezas naturais. Nas atividades turísticas, empresas de subsetores diferentes, oferecendo produtos diferentes, atendem o mesmo cliente ao mesmo tempo. Dessa forma, a satisfação do turista implica em “satisfação com os serviços de todos os subsetores ligados ao Turismo e existentes na localidade, inclusive os serviços públicos como hospitais e rodovias de acesso” (BRASIL, 2006b, p.14). Raciocínio análogo pode ser observado em relação ao desempenho das empresas, de forma que o bom desempenho de uma empresa em uma aglomeração setorial de turismo é “diretamente afetado pela qualidade dos serviços prestados pelas demais empresas (inclusive concorrentes) e outras organizações e instituições” (BRASIL, 2006b, p.22).

Apesar do nível de interdependência ser inerente à atividade turística, isso nem sempre resulta em atuação conjunta; ao contrário:

as relações de cooperação dificilmente ocorrem naturalmente, tanto intra-subsetores como inter-subsetores. A ausência de uma interação planejada ou de ações conjuntas entre empresas (e outras organizações) pode levar a uma concorrência predatória entre empresas do mesmo subsetor, e a um desperdício de esforços (se as estratégias forem divergentes) quando se trata de empresas de diferentes subsetores (BRASIL, 2006b, p.14-15).

O conceito de arranjo produtivo local de turismo, embora contenha necessariamente as características de aglomeração setorial, também inclui de maneira obrigatória, tanto as relações cooperativas entre as empresas voltadas para as atividades turísticas, “como também

as interações entre capital, trabalho, setor público, organizações de preservação ambiental e cultural-artístico” em busca do desenvolvimento local e da melhoria da qualidade de vida dos habitantes da localidade (BRASIL, 2006, p.20). Dessa forma, para avaliar a existência de um arranjo produtivo local em determinada localidade é necessário conhecer o nível de relacionamento entre as empresas do setor, seu grau de interação, e também a qualidade do relacionamento com os outros atores da sociedade local.

Dado o grau de interdependência nas atividades do setor turístico, não só em relação à satisfação do turista, mas também em relação ao desempenho das empresas do setor, “fica evidente que a cooperação entre empresas é variável-chave para determinar tanto a competitividade do local como também o sucesso das firmas individualmente” (BRASIL, 2006b, p.22).

Ao analisar as possibilidades de cooperação intra e inter-subsetores, o estudo apresenta um rol de possibilidades que poderiam ser utilizadas para efetivar o exercício da cooperação entre as empresas. Dentre as atividades propostas, constam: o treinamento conjunto de funcionários; busca conjunta por implantações de escolas e cursos de capacitação; divulgação conjunta da localidade; negociações coletivas para compras de insumos; manutenção de uma central de informações sobre vagas; publicidade conjunta das opções gastronômicas locais; apoio e promoção de restaurantes e agricultores locais para cultivo familiar e orgânico; manutenção de um banco de informações sobre demanda turística; elaboração, aplicação e discussão conjunta de pesquisa de satisfação do turista; roteirização conjunta das possibilidades turísticas locais; criação de novos produtos turísticos; investimentos conjuntos para melhoria da localidade e preservação do meio-ambiente; promoção de programas de educação ambiental e conscientização turística à população; organização conjunta de eventos; criação conjunta de um calendário anual de eventos; representação conjunta frente aos órgãos do poder público; realização conjunta de plano de marketing; investimentos conjuntos de informatização dos estabelecimentos da localidade; promoção ou incentivo à instalação de prestadoras de serviços especializados (como seguradoras, serviços de televisão por assinatura, provedores de acesso à internet, lavanderia e serviços de manutenção) e criação de um selo de qualidade local para as empresas associadas (BRASIL, 2006b, p.23-27).

Uma ação ainda mais abrangente e complexa e, naturalmente, mais relevante para o desenvolvimento local seria a integração e a cooperação de todos os agentes produtivos do

Setor Turismo (hospedagem, alimentação, agências, entretenimento), empresários e trabalhadores, e das autoridades públicas e de entidades sem fins lucrativos para a elaboração e desenvolvimento de um projeto para a promoção da atividade turística local, com ênfase na sustentabilidade do turismo local e na melhoria da qualidade de vida dos moradores (BRASIL, 2006b, p.27). Nesse sentido é fundamental a participação das organizações públicas e das demais organizações não privadas locais na mobilização e aglutinação dos diferentes atores em torno desse projeto comum de desenvolvimento local que tomando como base o potencial do setor turístico, objetiva-se à melhoria da qualidade de vida da população:

Como o Turismo é uma atividade de Serviços, ou seja, o objeto de consumo dos clientes é o tratamento dispensado pelas pessoas, quanto melhor a condição psico-social dos “produtores” (dos prestadores de serviço de Turismo), melhor é a qualidade do serviço ofertado aos clientes. Portanto, a melhoria das condições de vida da população de uma localidade especializada em Turismo deve ser vista tanto como um objetivo final de uma proposta de desenvolvimento local, mas também deve ser tratada como um meio para a melhora dos serviços prestados nas atividades de Turismo. Além da paisagem local se tornar mais atraente e agradável aos olhos dos turistas (natureza preservada e pessoas saudáveis), as condições de segurança pública aumentam e a qualidade dos serviços prestados pela população local ao turista se eleva naturalmente (BRASIL, 2006b, p.28)

O referido estudo propõe uma tipologia de quatro etapas de desenvolvimento dos arranjos produtivos locais de turismo. O primeiro estágio de desenvolvimento corresponde a uma **Aglomeración Produtiva Local de Turismo**. Esse estágio é caracterizado por: presença de todos ou quase todos os subsetores das atividades de Turismo; relevância das atividades de Turismo na economia local, com marcada especialização produtiva no Turismo; relevância das empresas de pequeno porte no total dos estabelecimentos ligados ao Turismo; definição de uma clara vocação ao turismo, com reconhecimento local, regional, nacional ou internacional. Note-se que, as localidades que se encontram neste patamar de desenvolvimento não podem sequer ser chamadas de Arranjo Produtivo Local, pois nelas, há apenas um aglomerado de empresas de Turismo dispersas e que atuam de forma individualizada, de forma que as empresas “estão longe de alcançar a competitividade necessária à sua longa sobrevivência, pois, na ausência de ações cooperadas, a concorrência tende a ser predatória (baseada em preços e imitação)”; o que resulta prejudicial tanto para o desempenho individual das empresas quanto para a localidade (BRASIL, 2006b, p.32).

O segundo estágio de desenvolvimento corresponde ao chamado **Arranjo Produtivo Local Incipiente**, e caracteriza-se pela presença de uma aglomeração de empresas em torno

do Turismo e de organizações formais de apoio (como instituições de ensino, secretaria municipal do Turismo, organizações técnicas especializadas, infraestrutura especializada) e de representação política dos agentes voltados ao turismo (associações e sindicatos). Embora se encontrem em situação competitiva melhor que as localidades no estágio de Aglomeração Produtiva, por conta da existência de instituições formais de apoio e de organizações que podem liderar a execução de ações cooperativas:

essas localidades carecem da construção e desenvolvimento das chamadas instituições de caráter informal, como são os relacionamentos entre os agentes (sobretudo entre as empresas) que ocorrem de forma natural sem nenhum compromisso formal. É esse tipo de interação – informal – que é o responsável por gerar as relações de confiança entre empresas, indispensável elemento para a realização das ações conjuntas, de caráter cooperativo (BRASIL, 2006b, p.32).

**O Arranjo Produtivo Local em Desenvolvimento** corresponde ao terceiro estágio, marcado pela realização de atividades conjuntas de natureza cooperativa entre os agentes locais, mesmo que de forma embrionária ou restrita a algumas ações pontuais. Nesse estágio as diferentes ações são realizadas pelas empresas para elevar os seus resultados financeiros no curto e médio prazo. O poder público local também se envolve na coordenação e promoção dessas ações, sem alterar contudo, o foco principal, que continua sendo o de auxiliar as empresas a obterem bons resultados financeiros. Um exemplo disso são eventos realizados para aumentar a demanda de público em períodos fora da temporada (BRASIL, 2006b, p. 33). Mas mesmo nesse caso, a cooperação é possibilitada pela existência de um clima de confiança entre os agentes, o que denota a existência de capital social:

O processo de construção e de desenvolvimento do chamado ‘capital social’ de uma localidade não ocorre rapidamente e tampouco se finda. As primeiras ações de natureza cooperativa em uma localidade possuem, em geral, uma pequena dimensão e envolve poucos atores. Os bons resultados das ações conjuntas se acumulam e formam o estoque de experiências bem-sucedidas de caráter coletivo. O sucesso dessas experiências conduz ao maior envolvimento das empresas e de outros agentes produtivos (BRASIL, 2006b, p.33).

Por fim, a etapa culminante do processo de desenvolvimento é o chamado **Arranjo Produtivo Local em Consolidação**, correspondente ao quarto e último estágio, marcado pela existência de um projeto coletivo de desenvolvimento local. Nesse estágio, são necessários a participação e o envolvimento de todos os agentes públicos, privados e comunitários, bem

como da população local envolvida ou afetada pelas atividades turísticas, o que faz com que o alcance de tal estágio signifique “que a localidade seja capaz de determinar, com elevado grau de autonomia, os rumos desejados para a sua população a partir da exploração dos recursos que lhes pertencem” (BRASIL, 2006b, p.34).

Mas o estudo citado também alerta que uma série de fatores podem se constituir em entraves ou assimetrias, restringindo ou até mesmo impedindo à realização de ações conjuntas de cooperação. Uma das principais assimetrias apontadas como fator restritivo é a chamada assimetria de porte, causada pela presença de grandes empresas na aglomeração produtiva, visto que sua sobrevivência não depende da realização de ações cooperativas, bem como suas estratégias levam muito mais em consideração suas próprias necessidades. Em virtude do seu potencial de investimento, as grandes empresas “podem elaborar e executar suas estratégias de forma individualizada e, ainda assim, serão a referência para preço, padrão de qualidade, escala, comunicação, etc.” (Brasil, 2006b, p.15).

Dessa forma, embora a existência de grandes empresas não impeça a criação de instituições cooperativas com o conjunto de pequenas empresas, isso é menos provável pelas diferenças de interesse provocados pela assimetria do porte, já que dificilmente existirão interesses comuns que compensem o esforço da ação coletiva, de forma que:

Uma ação coletiva tem o potencial de gerar ganhos aos seus participantes, mas isso não ocorre imediatamente. São necessários persistência e dedicação de tempo de trabalho. No curto prazo, as empresas que buscam atuar em conjunto terão gastos relevantes com tempo dos funcionários para reuniões, com os investimentos que serão efetuados e ainda terão que enfrentar o risco de algum parceiro romper com os acordos firmados. Assim, a relação custo/benefício de uma ação coletiva, aos olhos da grande empresa, raramente se mostra positiva, sobretudo quando as relações de confiança entre os agentes ainda são muito incipientes na localidade. Ademais, nas formas de concorrência pura entre grande empresa e pequena empresa, naturalmente, a grande empresa é bem-sucedida na extração de valor na relação com o cliente ou nas negociações com fornecedores (BRASIL, 2006b, p.16).

Uma pequena empresa, ao contrário, possui vínculos evidentes com o local pelo motivo listado acima: o de não possuir alternativa para definir a localização das suas atividades, por não ter poder econômico para viabilizar uma expansão e por ter uma relação afetiva com o local, em função de laços de família, das tradições e da cultura. Em virtude disso, o “exemplo típico (talvez idealizado) de arranjos produtivos locais virtuosos compreende apenas a presença de pequenas e médias empresas, de origem e fixação doméstica e local” (Brasil, 2006b, p.7).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O quarto capítulo, intitulado “Resultados e Discussão” apresenta o estudo de caso proposto, e baseia-se na descrição e análise documental, das bases estatísticas e da pesquisa de campo, buscando atingir os objetivos propostos no trabalho, compreendendo assim o processo de expansão do turismo na cidade de Gonçalves entre 2000 e 2012, com a identificação dos custos e benefícios do processo. O capítulo está dividido em duas seções principais: a primeira, intitulada Caracterização do município de Gonçalves, descreve as características históricas e geográficas do município e apresenta uma série de dados estatísticos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M de Gonçalves e sobre o conjunto da atividade econômica no município. A segunda seção, cujo título é Turismo e Desenvolvimento no município de Gonçalves, descreve a evolução da estrutura turística do município de Gonçalves e apresenta a análise sobre o fenômeno do turismo como vetor de desenvolvimento, objetivando a luz das teorias esboçadas ao longo do trabalho, determinar a configuração e a extensão da participação desse setor no desenvolvimento do município.

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GONÇALVES**

#### **4.1.1 Características Históricas e Geográficas do Município**

Gonçalves é uma pequena cidade de pouco mais de quatro mil habitantes, situada na Serra da Mantiqueira, na região Sul do estado de Minas Gerais; que ainda guarda remanescentes da Mata Atlântica, floresta ombrófila mista onde se destaca a araucária, e que devido ao relevo montanhoso e ao clima começou a se destacar no cenário turístico a partir dos primeiros anos deste século.

Trata-se de um município tipicamente rural, situado na microrregião de Pouso Alegre, na bacia do Rio Grande, onde se formam vários cursos d’água que irão desaguar na Represa



A Área de Proteção Ambiental Fernão Dias é uma unidade de conservação de uso sustentável e, como consequência disso, impõe limites ao uso e ocupação do solo, embora não gerando desapropriação de terras. Essa regulamentação afeta o município de Gonçalves principalmente porque restringe a utilização de biocidas e o pastoreio intensivo onde essas práticas são predominantes. Deste modo, a agropecuária orgânica e biodinâmica (que restringe o plantio em terrenos com acentuada declividade) se apresentam como alternativas expressivas de cultivo e manejo (KUREBAYASHI, 2002, p.49).

Gonçalves possui uma área total de 189 km<sup>2</sup>, completamente dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental – APA Fernão Dias. O município faz divisa com os municípios de Paraisópolis, Sapucaí-Mirim, Camanducaia e Córrego do Bom Jesus, no estado de Minas Gerais; e com o município paulista de São Bento do Sapucaí.

O relevo é caracterizado por ser 80% montanhoso, 18% ondulado e apenas 2% plano, apresentando altitudes que variam de 949 a 1970 metros. O clima é tropical de altitude, recebendo influência da massa tropical atlântica, o que significa chuvas no verão; e da massa polar atlântica, o que provoca baixas temperaturas e geadas no inverno. As temperaturas médias anuais são de 21,3°C, com média máxima de 27,2°C e média mínima de 13,5°C. O índice médio de pluviosidade anual é de 1200 mm (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013).

Gonçalves está a 220 km da cidade de São Paulo, seu principal mercado emissor de turismo; a 512 km de Belo Horizonte, capital do estado; e a 385 km do Rio de Janeiro. Em relação às cidades próximas, a distância é: 21 km de Paraisópolis, 80 km de Campos do Jordão, 83 km de Itajubá e 126 km de Pouso Alegre. O único acesso pavimentado é a partir da rodovia MG-123, a 14 km do Centro do Município.

A população total do município é de 4.220 habitantes (censo 2010), com projeção positiva de 4.370 habitantes em 2013; revelando um crescimento de 3,55% num período de apenas três anos. Analisando o crescimento populacional nas últimas quatro décadas (figura 2), pode-se observar que houve êxodo populacional no período compreendido entre 1970 e 1990, representando 17% da população; passando a crescimento positivo a partir do ano 2000, crescimento de 6,2% entre 1991 e 2000, e de 2,4% entre 2000 e 2010 (IBGE, 2013).

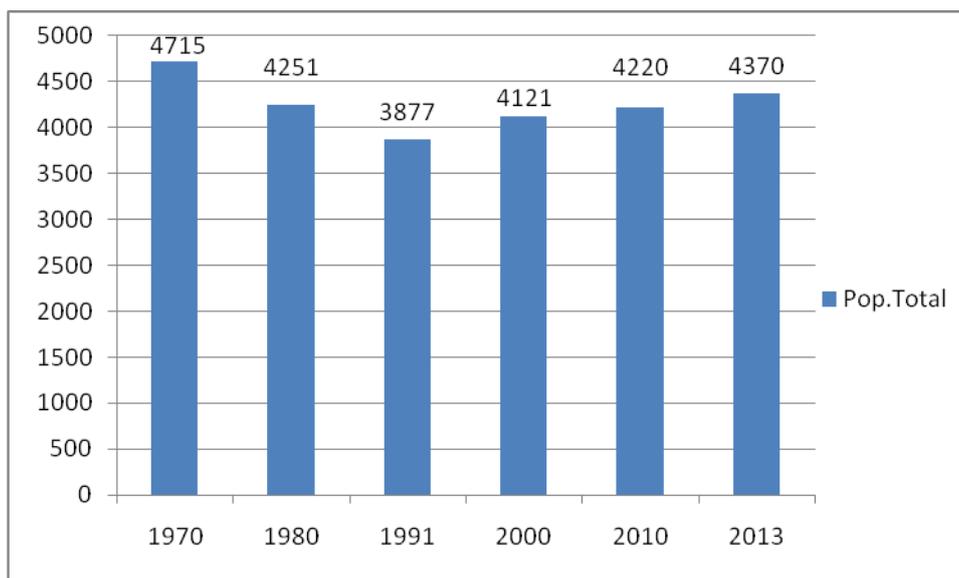


Figura 2: Gráfico de Crescimento Populacional do município de Gonçalves  
Fonte: IBGE, 2013

A distribuição da população entre urbana e rural, mostra dados um pouco diferentes, com crescimento populacional positivo contínuo do centro urbano; e êxodo populacional na zona rural entre 1970 e 1990, voltando a crescer a partir do ano 2000 e mantendo-se constante dez anos depois, conforme demonstrado no gráfico de crescimento populacional da figura 3. Ainda assim, o índice de população rural no município corresponde a 72,4% da população total, muito acima do índice estadual de 14,7% e do índice regional de 22% (IBGE, 2013).

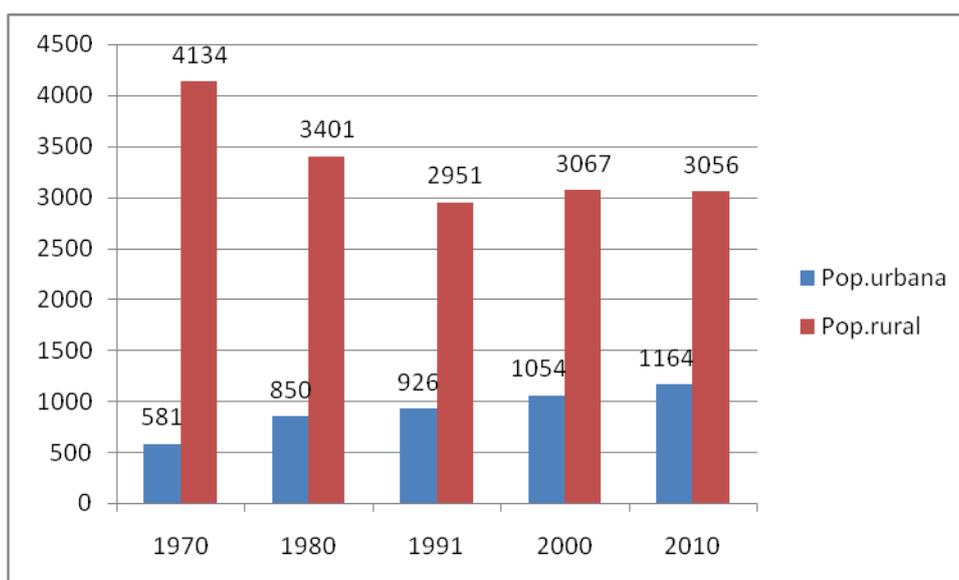


Figura 3: Gráfico de Crescimento Populacional zonas urbana/rural de Gonçalves  
Fonte: IBGE, 2013

Entre 2000 e 2010, a população de Gonçalves teve uma taxa média de crescimento anual de 0,23%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,69%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 15,48%.

A história do município de Gonçalves principia em 1878, depois que Policarpo Teixeira de Almeida Júnior doou seis alqueires para a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, em cumprimento a uma promessa pela recuperação de sua saúde. Nessa gleba de terra, situada no vale do Capivari, residiam três colonos mestiços e solteiros: Mariana Gonçalves, Maria Gonçalves e Antônio Gonçalves, que legaram seus nomes a capela conhecida popularmente como Capela das Dores dos Gonçalves, origem do nome atual da cidade.

O pequeno povoado foi elevado à categoria de distrito em 1902, embora a instauração tenha acontecido apenas em 1909, ano de fundação da Lira Nossa Senhora das Dores, corporação musical existente até os dias atuais. Em 1962, Gonçalves se emancipa da cidade de Paraisópolis; ocorrendo a instalação da municipalidade em 1º de Março de 1963 com a posse de um prefeito interino. Depois de muitos anos tendo como base de sustentação econômica o cultivo de batata, o município começa a partir da primeira década do presente século a experimentar uma fase de desenvolvimento do setor turístico, que se torna o principal elemento de sustentação econômica (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013).

A partir de 2000, a atividade turística começa a se desenvolver de forma acentuada no município, que se consolida como referência entre os destinos turísticos da Serra da Mantiqueira. A cidade passa a crescer e se desenvolver no setor hoteleiro e gastronômico, ajudada pela proximidade em relação aos dois maiores polos turísticos regionais: as cidades de Campos do Jordão-SP e Monte Verde-MG (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2010).

As condições climáticas, o relevo montanhoso e a riqueza hídrica local vêm tornando o município em um novo polo de ecoturismo, atraindo turistas praticantes de esportes radicais tais como: *rafting*, montanhismo, boia-cross, *trekking*, *off-road*, *entre outros*. A beleza cênica e paisagística tem levado à zona rural atividades de serviços, com implantação de pousadas e restaurantes típicos mineiros onde eram as casas dos antigos moradores. Além do ecoturismo,

pode-se classificar o turismo de Gonçalves em outras tipologias, como turismo rural, turismo de aventura, turismo de atração natural e turismo gastronômico. Esse último tipo tem ganhado especial destaque no município, seja pela comida típica preparada nos fogões à lenha, em casas que ainda mantém a arquitetura do século passado; seja em requintados bistrôs, com chefes reconhecidos internacionalmente (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013).

Outro fator de atração turística são as manifestações culturais. O município preserva várias tradições, como a celebração e festas dos padroeiros, o desfile de carros de boi e apresentações de congadas e moda de viola. O artesanato também aparece como fator de atratividade turística. Peças em madeira, palha, fibras de bananeira, argila, tecido e linha ganham espaço nos ateliês e nas casas dos artesãos e designers (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

Embora não se possa considerar o turismo de Gonçalves como sazonal, é fato de que os maiores fluxos turísticos ocorrem no período de inverno, com as baixas temperaturas atraindo grande número de turistas, especialmente da cidade de São Paulo, mas também de Campinas e do Vale do Paraíba; em parte devido ao esgotamento do turismo na cidade de Campos do Jordão. “A Pérola da Mantiqueira” como a cidade foi cognominada por seus moradores, realiza desde 2010, durante o mês de Julho, seu Festival de Inverno; e passou a realizar, desde Outubro de 2011, um Festival de Gastronomia e Cultura da Roça (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013).

Este período de transição entre uma economia agrícola fortemente centrada no cultivo da batata e o novo panorama trazido pelo turismo, é assim definido no Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável:

A história do município foi desde o princípio voltada para a agricultura; e hoje mais fundamentada na agricultura orgânica como diferencial. Foi um dos maiores produtores de batata do estado na década de 80, transitando para as atividades turísticas, iniciadas em seguida, na década de 90 com as primeiras pousadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2010)

#### **4.1.2 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Município**

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é o indicador padrão adotado pela Organização das Nações Unidas, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e divulgado no Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, relatório periódico que analisa o desenvolvimento em países, regiões e municípios.

O objetivo do IDH é ser um indicador de desenvolvimento mais abrangente, analisando múltiplas dimensões, em contraponto à análise exclusivamente econômica do PIB per capita. O IDH está baseado em três indicadores principais, pertinentes às áreas de educação, saúde e renda. Aplicado à análise do desenvolvimento municipal, é chamado de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, seguindo as mesmas dimensões do IDH Global, mas adaptando à metodologia de cálculo de cada uma das dimensões envolvidas ao contexto brasileiro e aos indicadores disponíveis.

O IDH-M é divulgado no Brasil através da plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, iniciativa conjunta do PNUD, da Fundação João Pinheiro – FJP e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil apresenta mais de 180 indicadores correspondentes às áreas de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade; para cada um dos 5.565 municípios brasileiros, utilizando dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (PNUD, 2014).

A análise do IDH-M do município de Gonçalves, revela um desenvolvimento superior à média nacional no período entre 2000 e 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município elevou-se de 0,574 em 2000 para 0,683 no censo de 2010, uma taxa de crescimento de 18,99%; enquanto o hiato de desenvolvimento humano (distância entre o IDHM do município e o limite máximo do IDH) foi reduzido em 25,59% (PNUD, 2013).

Ao se fazer a comparação com as médias estadual e nacional de crescimento do IDH, afere-se que Gonçalves ficou 47% acima da média de crescimento nacional e 52% acima da média estadual. Mesmo assim, o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDH-M entre 0,6 e 0,699) (PNUD, 2013).

Consideradas as dimensões componentes do IDH-M, foi a Educação (com crescimento de 0,195) a dimensão com maior crescimento em termos absolutos no período entre 2000 e 2010, seguidas pelas dimensões de Renda, e Expectativa de Vida. Nos tópicos seguintes serão detalhados os números e configurações de cada uma das dimensões do desenvolvimento humano no município de Gonçalves (PNUD, 2013).

#### 4.1.2.1 Os Índices de Educação no Município de Gonçalves

A dimensão relativa à educação mede o acesso ao conhecimento e à escolaridade através dos seguintes índices: escolaridade da população adulta (percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo) e pelo fluxo escolar da população jovem, representado pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (PNUD, 2013).

Em relação ao primeiro índice, que diz respeito à escolaridade da população de 18 anos ou mais de idade; no ano de 2010, 34,03% da população adulta tinha completado o ensino fundamental e 20,68% o ensino médio. Em Minas Gerais, estes índices são de 51,43% e 35,04% respectivamente. A taxa de analfabetismo decresceu no período considerado entre 2000 e 2010, passando de 19,7% da população adulta em 1991, para 16% em 2010; ainda assim, se encontra acima da média estadual de 8,83% e da média nacional de 10,19% consideradas no mesmo período (PNUD, 2013).

No tocante ao índice que mede o fluxo escolar da população jovem, Gonçalves apresenta resultados bem superiores aos do índice de escolaridade da população adulta, superando inclusive as médias nacional e estadual em algumas faixas etárias. No período entre 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 16,43%. Índices de crescimento parecido também se manifestam em relação às outras faixas etárias no período entre 2000 e 2010. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 29,56% entre 2000 e 2010. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 168,23% no período de 2000 a 2010;

enquanto a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 52,39% entre 2000 e 2010 (PNUD, 2013).

Os mesmos índices de crescimento no fluxo de escolaridade da população jovem se repetem no item relativo à ausência de atraso etário nas matrículas em cada uma das séries do ensino fundamental e médio. Em 2000, 66,40% dos alunos entre 6 e 14 anos de Gonçalves estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2010 já eram 78,02%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 8,72% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso em 2000, percentual que se eleva em 2010 para 39,49%. Nenhum jovem entre 18 e 24 anos residente em Gonçalves estava cursando o ensino superior antes de 2000, pois não haviam meios de transporte, de forma que quem fosse cursar o ensino superior tinha de morar fora do município. No ano 2000, esse panorama havia sido modificado e 5,78% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior, percentual que passa a ser da ordem de 5,57% em 2010 (PNUD, 2013).

Em uma comparação dos índices da educação relativos ao censo de 2010 no município de Gonçalves, considerados, em relação à média nacional e estadual, pode-se perceber o avanço das matrículas nas escolas municipais de Gonçalves. Em 2010, 95,94% das crianças entre 5 e 6 anos estavam na escola, contra 92,16% no estado de Minas Gerais e 91,12% da média nacional. Na faixa etária que representa os alunos entre 11 e 13 anos, nos anos finais do ensino fundamental ou com fundamental completo, 97,47% era o percentual de Gonçalves, contra 87,96% da média estadual e 84,86% da média nacional (PNUD, 2013).

Em relação aos anos esperados de estudo (indicador que representa o número de anos que a criança tende a completar a partir de seu ingresso na escola), Gonçalves apresentava o índice de 9,13 anos em 2000 (média estadual: 9,16 anos) e de 10,98 anos em 2010 (média estadual: 9,38 anos) (PNUD, 2013).

Mas a evolução dos índices de educação em Gonçalves não se revela apenas pelo aspecto quantitativo do número de matrículas. No aspecto qualitativo, o município tem apresentado índices positivos, acima da média estadual e federal, conforme dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB de 2011.

O IDEB é um indicador qualitativo da educação, criado no ano de 2007 por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP com o

objetivo de monitorar a qualidade do sistema de educação básica brasileiro. O índice é divulgado a cada dois anos e combina médias de desempenho da Prova Brasil (para escolas e municípios) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (para dados nacionais e dos estados) com dados sobre aprovação escolar (obtidos a partir do censo escolar). O INEP fixa metas diferenciadas por escola e rede de ensino; tendo, porém o objetivo pré-fixado de atingir a média 6,0 até o ano de 2022, média correspondente ao dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. O exame é aplicado aos alunos ao final de cada etapa de ensino, o que corresponde à 4ª e 8ª séries do ensino fundamental (INEP, 2014).

Gonçalves obteve significativo resultado no IDEB 2011, ficando entre os 15 primeiros municípios do Brasil, de um total considerado de 5.222 municípios, na avaliação dos anos iniciais (até a 4ª série). O município obteve a média de 7,3; 49% acima da média pré-fixada para o município (4,9); muito acima da média de Minas Gerais (5,9), mesmo sendo esta a melhor média entre os estados brasileiros. O IDEB nacional para esta faixa escolar atingiu a nota 5,0 (INEP, 2014).

Com relação aos anos finais do ensino fundamental (até a 8ª série), o município de Gonçalves também obteve resultados acima da meta esperada, com nota 4,7; 21% acima da média fixada em 3,9. Este resultado está acima da média estadual de 3,9; a 4ª melhor do média entre os estados do Brasil (INEP, 2014).

#### 4.1.2.2 Os Índices de Expectativa de Vida no Município de Gonçalves

O índice relativo à expectativa de vida, representativo da dimensão saúde, tem o nome de IDH-M Longevidade, e mede o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento. O índice de expectativa de vida demonstra as condições sociais, de saúde e de salubridade do município, considerando as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias.

Em Gonçalves, a expectativa de vida aumentou 2 anos na última década, passando de 73,0 anos em 2000 para 75,0 anos em 2010, ficando acima da média nacional (73,9 anos), mas pouco abaixo da média estadual (75,3 anos) (PNUD, 2013).

Por outro lado, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Gonçalves foi reduzida em 23% no período entre 2000 e 2010, passando de 20,2 por mil nascidos vivos em 2000 para 15,4 por mil nascidos vivos em 2010. De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil no Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil no ano de 2015. Em 2010, a taxa de mortalidade infantil no estado de Minas Gerais era de 15,1 e a do Brasil estava na ordem de 16,7 por mil nascidos vivos. Um dos fatores que contribuiu para a redução da mortalidade infantil foi a melhoria das condições sanitárias dos domicílios no município, conforme dados da tabela, que demonstram que praticamente não há pessoas vivendo em condições de insalubridade domiciliar no município de Gonçalves. Para efeito de comparação, a média estadual em 2010 era de 1,84% e a nacional era de 6,12% de pessoas vivendo em domicílios com água e esgotamento sanitário inadequado (PNUD, 2013).

Tabela1: Longevidade, Mortalidade e Condições de Moradia em Gonçalves

<b>Indicador</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Expectativa de Vida (em anos)	73	75
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	20,19	15,40
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado	1,06	0,08

Fonte: PNUD, 2013.

#### 4.1.2.3 Os Índices de Renda per capita Média no Município de Gonçalves

O IDHM Renda considera a renda municipal per capita, ou seja, a renda média mensal dos habitantes que residem no município. A renda per capita mede a capacidade média dos residentes em adquirirem bens e serviços. Portanto, pode ser considerado um indicador da capacidade dos habitantes do município de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como alimento e moradia. É importante ressaltar que não se trata do PIB per capita, considerado inadequado para o cálculo, pois, nem toda a renda gerada pela produção dentro da área do município é apropriada pela população residente. Sendo assim, o índice corresponde à razão entre a somatória dos rendimentos de todos os habitantes do município, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total da população local (PNUD, 2013).

Conforme mostrado na tabela 2, a renda per capita média de Gonçalves cresceu 30,39% no período entre 2000 e 2010, passando de R\$398,06 em 1991 para R\$519,03 em 2010. Mesmo com o crescimento da renda per capita, esta ainda se encontra abaixo dos patamares do estado (renda de R\$ 749,69) e do país, cuja renda foi de R\$ 793,87, no ano de 2010 (PNUD, 2013).

Por outro lado, o índice de pobreza extrema (medida pela proporção de pessoas com renda mensal domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) foi reduzido, passando de 7,07% em 2000 para 2,55% em 2010; ficando abaixo da média estadual (3,49%) e da nacional (6,62%). A desigualdade também diminuiu: o Índice de Gini (indicador de medição do nível de concentração de renda, variando de zero a um, número que significa completa desigualdade) passou de 0,49 em 2000 para 0,45 em 2010. Para efeito de comparação, a média estadual em 2010 foi de 0,56 e a nacional de 0,60 (PNUD, 2013).

Tabela 2: Renda, Pobreza e Desigualdade em Gonçalves

<b>Indicador</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda per capita (em reais)	398,06	519,03
% de extremamente pobres (< R\$ 70,00 mensais)	7,07	2,55
% de pobres (< R\$ 140,00 mensais per capita)	18,62	10,76
Índice de Gini	0,49	0,45

Fonte: PNUD, 2013.

### **4.1.3 Atividade Econômica no Município de Gonçalves**

#### **4.1.3.1 Trabalho e Ocupação Profissional**

Entre os anos 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,63% em 2000 para 66,86% (2080 pessoas) em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 5,33% em 2000 para 2,10% em 2010, considerando uma população economicamente ativa de 2080 habitantes, embora nem todos trabalhando no mercado formal (o grau de formalização dos ocupados era de 35,67%). A população economicamente não ativa no ano de 2010 representava 33,14% da população total do município, considerados os habitantes com menos de 18 anos de idade (PNUD, 2013).

Com base na tabela 3, referente às características de ocupação da população de 18 anos ou mais no ano de 2010, pode-se aferir, ao compararem-se os dados de Gonçalves com as médias estadual e nacional, que embora a taxa de desocupação seja menor, o grau de formalização também é inferior, o que retrata a existência de uma economia informal expressiva para o porte do município. Em relação aos rendimentos auferidos com a atividade profissional, os trabalhadores com rendimento de até 2 salários mínimos (considerado julho 2010) perfaziam 85,77% da força de trabalho, acima das médias estadual e federal. Outro dado relevante é que, mesmo com todos os avanços nos índices de escolaridade, o percentual de trabalhadores com o fundamental completo (18 anos ou mais) perfaziam apenas 40,84% da força de trabalho ocupada, muito abaixo das médias do estado de Minas Gerais e do país (PNUD, 2013).

Tabela 3: Ocupação da população de 18 anos ou mais em Gonçalves, 2010.

<b>Indicador</b>	<b>Gonçalves</b>	<b>MG</b>	<b>Brasil</b>
Taxa de Atividade (em %)	66,86	67,22	66,54
Taxa de Desocupação (em %)	2,10	6,33	7,29
Grau de Formalização dos Ocupados (em %)	35,67	62,01	59,32
% dos empregados com carteira assinada	24,70	47,45	46,47
% dos ocupados com Fundamental Completo	40,84	58,71	62,29
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m	85,77	72,76	69,56

Fonte: PNUD, 2013.

Em relação ao setor de atividade da força de trabalho no município de Gonçalves, considerado os dados do censo de 2010; das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 36,80% (41,70 em 2000) trabalhavam no setor agropecuário, 35,08% (24,80 em 2000) no setor de serviços, 9,60% (7,25% em 2000) no comércio, 7,30% (8,26% em 2000) na indústria de transformação, 7,37% (5,64 em 2000) no setor de construção, 0,91% (0,36% em 2000) nos setores de utilidade pública e 0,73% (0,00% em 2000) na indústria extrativa (PNUD, 2013).

#### 4.1.3.2 Receita e Arrecadação Municipal

No que diz respeito à receita do município, um índice importante é o da receita líquida per capita, que representa o valor da receita orçamentária da administração municipal, deduzidas operações de crédito, dividido pelo número total de habitantes. Este indicador

revela a capacidade do município em atender as necessidades da população por bens e serviços: quanto maior o valor per capita, maior a capacidade potencial do município em ofertar bens e serviços por habitantes. A tabela 4 mostra a evolução, em valores expressos em reais, descontada a inflação do período, da receita líquida per capita entre os anos de 2000 e 2011, destacando o crescimento contínuo dos valores a partir do ano de 2005 (Fundação João Pinheiro, 2013).

Tabela 4: Receita Líquida per capita municipal entre 2000 e 2011.

Ano	Receita líquida per capita (R\$ correntes / hab.)
2000	541,01
2001	616,39
2002	744,21
2003	692,82
2004	791,76
2005	992,29
2006	1.236,02
2007	1.360,83
2008	2.124,26
2009	1.778,51
2010	1.708,58
2011	2.216,92

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Em relação ao PIB municipal, o município de Gonçalves experimentou índices crescentes no período considerado entre os anos de 2000 e 2010. Enquanto a população do município se manteve praticamente constante no período, o Produto Interno Bruto do Município teve um crescimento representativo, passando de R\$9,963 milhões para R\$27,524 milhões; descontada a inflação do período; o que representa um aumento de 176,30%, provocado principalmente pela elevação da arrecadação do setor de serviços, que responde por 68% do PIB total do município (Fundação João Pinheiro, 2013).

A tabela 5 mostra a evolução dos índices do Produto Interno Bruto; e do Produto Interno Bruto per capita no município de Gonçalves entre os anos de 2000 e 2010, mostrando a elevação dos valores ano a ano. Como a população se manteve praticamente constante, o aumento do PIB refletiu-se em um aumento paritário do PIB per capita (descontada a inflação do período):

Tabela 5: Produto Interno Bruto municipal entre 2000 e 2010.

Ano	Produto Interno Bruto (R\$ mil correntes)	Produto Interno Bruto per capita (R\$ correntes / hab.)
2000	9.693,50	2342
2001	10.682,50	2564
2002	11.694,40	2788
2003	13.483,10	3194
2004	15.343,10	3611
2005	17.008,80	3977
2006	17.798,30	4134
2007	19.155,00	4486
2008	22.807,10	5157
2009	24.468,00	5498
2010	27.524,90	6523

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Outro dado relevante é demonstrado na tabela 6, que afere a participação dos três principais setores econômicos no conjunto da economia do município, com base no índice de participação de cada setor no Valor Adicionado Total.

Tabela 6: Participação dos setores econômicos no valor adicionado total.

Ano	Participação da indústria no valor adicionado (%)	Participação dos serviços no valor adicionado (%)	Participação da agropecuária no valor adicionado (%)
2000	9,30	62	29,00
2001	9,10	64	26,90
2002	9,70	65	25,00
2003	10,10	65	24,40
2004	10,30	63	26,60
2005	10,10	63	27,20
2006	11,10	66	23,40
2007	10,60	65	24,20
2008	9,30	64	27,10
2009	9,52	65	25,86
2010	10,48	68	21,15

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

O Valor Adicionado Total corresponde ao valor do Produto Interno Bruto, excluídos os impostos líquidos de subsídios. A tabela mostra a evolução dessa participação setorial entre os anos de 2000 e 2010, com destaque para o crescimento de seis pontos percentuais do setor de serviços (de 62% para 68%), à custa em parte, da diminuição da participação percentual da agricultura (de 29% para 21,15%), com a participação do setor industrial permanecendo estável, com pequenas variações no decorrer do período enfocado.

## **4.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE GONÇALVES**

### **4.2.1 O Crescimento da Estrutura Turística de Gonçalves**

A partir da primeira década do século XXI, houve um incremento da atividade turística no município de Gonçalves, com a construção de várias pousadas e a abertura de diversos negócios relacionados direta e indiretamente ao turismo. Alguns dados podem corroborar esse fato: em 2002, Gonçalves passa a aparecer no Guia Quatro Rodas Brasil, com o seguinte texto: “Começa a atrair visitantes no inverno, quando a temperatura já chegou a -10°. O acesso é por 13 km de estrada de terra bem conservada” (GUIA QUATRO RODAS BRASIL, 2002, p.326). Vale ressaltar que a pavimentação da estrada de acesso à cidade ocorreu apenas em outubro de 2005. A infraestrutura era precária e haviam poucas pousadas referenciadas no guia: “possui cachoeiras e trilhas, mas a estrutura turística é pequena e muitas atrações ficam em propriedades particulares” (GUIA QUATRO RODAS BRASIL, 2002, p.326). Nessa edição do guia (Gonçalves aparece em um texto de 1/3 de página) estão referenciadas quatro pousadas, um único restaurante (simples na classificação do Guia), algumas poucas atrações e nenhum local de compra ou receptivo (GUIA QUATRO RODAS BRASIL, 2002, p.326).

Após dez anos, Gonçalves aparece com destaque muito maior no Guia Brasil (ocupando 2 páginas) e texto convidativo: “quem chega à cidade encontra um agradável centrinho, cheio de lojas, cafés e pequenas pousadas. Mas as principais delícias de Gonçalves estão na zona rural, formadas por vilzinhas [...] ateliês e restaurantes” (GUIA QUATRO RODAS BRASIL, 2013, p. 395). As pousadas e hotéis referenciados nesse guia perfazem o total de 13 estabelecimentos (32 no Guia Turístico elaborado pela Diretoria Municipal de Turismo), com dois restaurantes premiados com uma estrela entre os doze estabelecimentos gastronômicos constantes na publicação (um destino turístico consolidado como Monte Verde só tem um único restaurante premiado), variadas atrações, um receptivo turístico (a agência Tribo da Montanha) e muitas opções de compras, com destaque para os ateliês e para a fábrica

de geleias especiais Senhora das Especiarias (GUIA QUATRO RODAS BRASIL, 2013, p.395-396).

Como nem a Divisão Municipal de Turismo, nem as pousadas, disponibilizam dados relativos à demanda turística, o único modo de avaliar o crescimento da atividade turística é pela evolução dos números relativos à oferta turística. Kurebayashi (2002, p.62) lista o total de 12 pousadas em funcionamento no ano de 2002, das quais 11 situadas na zona rural; acentuando o fato de que apenas quatro entre as doze pousadas em funcionamento naquele ano pertenciam à proprietários locais (embora seis dos oito proprietários que vieram de fora do município, tenham fixado residência permanente em Gonçalves a partir de então). Dez anos depois, em 2012, de acordo com o Inventário Turístico Municipal - INVTUR, o número de pousadas havia aumentado para 32, além de 60 casas e chalés de aluguel, que proporcionavam oferta de leitos equivalente a metade daqueles existentes nas pousadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

Esse aumento do número de pousadas ocorreu de forma diferenciada, segundo o espaço de tempo considerado: entre 1995, data de inauguração da Vida Verde, a primeira pousada de Gonçalves, instalada no bairro Boa Vista, e 1999, foram inauguradas 6 pousadas; no período subsequente entre 2000 e 2005 foram inauguradas 12 pousadas; no período entre 2006 e 2010, mais 12 pousadas; e uma pousada (Ver o Vento) inaugurada em 2011 (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

A maior parte das pousadas instaladas se situa na parte mais alta do município, que concentra 29 pousadas: 5 pousadas no centro da cidade e no bairro do Retiro, 4 no bairro Terra Fria, 3 no bairro São Sebastião das Três Orelhas e no bairro do Campestre, 2 pousadas nos bairros Boa Vista, Rio Manso, Sertão do Cantagalo e Venâncios, e uma pousada no bairro Dona Luciana. Apenas 3 pousadas se situam na parte baixa, ainda menos procurada pelos turistas: 2 no bairro dos Remédios e uma no bairro Atrás da Pedra (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b). A localização dos bairros se encontra no anexo A: Mapa Ilustrado de Gonçalves.

Em relação à origem do proprietário, em 2012, 12 pousadas pertenciam à proprietários locais, enquanto 20 pousadas pertenciam a proprietários oriundos de outros municípios, notadamente da Grande São Paulo (seis dos quais já haviam fixado residência em Gonçalves). A capacidade de hospedagem total do conjunto de pousadas do município é de

803 pessoas aproximadamente, com mais quatrocentas vagas disponíveis em casas de aluguel e chalés (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

De acordo com o Inventário Municipal de Turismo, havia em Gonçalves no ano de 2012, 38 serviços e equipamentos de alimentação: 22 restaurantes (incluindo uma pizzaria), 6 bares (incluindo um bar empório e um bar pizzaria); 4 lanchonetes; 2 cafeterias; 2 padarias; uma loja de conveniência e uma pastelaria; com capacidade de atendimento de aproximadamente 1600 pessoas. Não estão incluídos neste cadastro estabelecimentos sem formalização jurídica, como pequenos bares rurais e barracas de comida de rua (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

Ao contrário dos serviços de hospedagem, cuja maior parte se situa na zona rural do município, os serviços de alimentação estão situados no centro da cidade, que concentra 22 dos 38 estabelecimentos, incluindo 8 dos 22 restaurantes. Como as pousadas trabalham no sistema de hospedagem com café da manhã, não possuindo restaurantes, o turista necessita se deslocar para fazer as refeições. Apenas as pousadas Bicho do Mato (Restaurante Sauá), Vida Verde (Restaurante Vida Verde) e Solar D'Araucária (Restaurante Nó de Pinho) possuem restaurantes próprios (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

O mais antigo serviço de alimentação do município é o Bar do Marcelo, fundado em 1949 pelo avô do atual proprietário, com outro nome e que depois de várias modificações, comporta atualmente um empório e uma cafeteria. Os dois restaurantes mais antigos são: o Mantiqueira, inaugurado em 1979 e o restaurante do Chiquinho, inaugurado em 1990. São também os dois únicos restaurantes a funcionar em todos os dias da semana, o ano inteiro, servindo principalmente à população local. Apenas 9 estabelecimentos de alimentação têm data de inauguração anterior ao ano 2000; com outros 9 estabelecimentos de alimentação inaugurados entre 2000 e 2005; 14 estabelecimentos entre 2006 e 2010; e 3 no período entre 2011 e 2012. Outros 3 estabelecimentos não disponibilizaram suas datas de início de funcionamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

Grande parte do espaço de divulgação na mídia impressa de São Paulo e Minas Gerais têm sido obtido em virtude da relevância dos seus dois restaurantes com estrelas no Guia Quatro Rodas Brasil, denotando a importância da gastronomia na consolidação da cidade como destino turístico; conforme pode ser demonstrado na reportagem “A Mulher das Especiarias está de volta”, do caderno Paladar, do Jornal O Estado de São Paulo, sobre a *chef*

Tanea Romão, do restaurante *Kitanda* Brasil; ou na reportagem “Comida de Vó”, na Revista Globo Rural, sobre a comida típica de “roça” dos restaurantes da zona rural da cidade. O mesmo acontece em relação aos *chefs* Juliano e Fernando Basile do restaurante *Le Gourmet Bistro* e com a fábrica de geleias especiais Senhora das Especiarias.

O município também contava em 2012 com: duas agências receptoras, Tribo da Montanha (2003) e Mantiqueira Ecoturismo (2011); um serviço de lazer e entretenimento (Floresta do Barnabé); três estabelecimentos de aluguel de cavalos, Josuel (2006), Sítio Bela Vista (2000) e o Haras Estância Bela Vista; e um Portal de informações turísticas, inaugurado em setembro de 2004 na entrada do centro urbano, onde funcionavam também a Divisão de Turismo e a Casa de Cultura (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

A infraestrutura de apoio ao turismo possuía em 2012: um terminal rodoviário de passageiros; uma agência dos correios; uma rádio comunitária (Onda Verde FM); um destacamento da polícia militar com duas viaturas; uma Unidade Básica de Saúde, duas agências bancárias (Bradesco e Banco do Brasil); e uma agência lotérica, que também funciona como posto da Caixa Econômica Federal (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

A área do Comércio e Serviços apresentava no ano de 2012, os seguintes estabelecimentos: duas farmácias (Drogarias Santa Rita e Gonçalves; três imobiliárias (Voo Livre, Vale Verde e ACG); quatro lojas de vestuário (Brasil Tesão, Fino Trapo, Malhas Mineiras e Minas Brasil); quatorze lojas de artesanato (Armazém do Pano, Arte da Harmonia, Arte Zen, Artesanato do Lambari, Brechó e Arte, Chic na Roça, Das Minas, Gonçalves Artesanato, Maria Fumaça, Patchwork da Memória, Pau-Véio, Toque Campestre, Toque de Minas e Vila do Artesão); três empórios gastronômicos (Bar do Marcelo, A Conveniência e A Pioneira); quatro serviços de massagem terapêutica (Arte Zen, Érica, Haroldo e Espaço Snehana; três supermercados (São Mateus, do Ponto e Carlos); três lojas de materiais de construção (Campeão, Gonçalves e Minas); dois postos de combustível (Raio de Sol e São José); duas oficinas mecânicas (São Marcos e Nossa Senhora Aparecida); uma oficina de Funilaria e Pintura (Santa Rita de Cássia); sete oficinas de artesanato-atelier (Dona Rosa, Dona Terra, Oficina de Tramas, Papegilla, Senhor Adão, Terra Cota e Vida Simples); sem contar pequenos estabelecimentos não registrados como barbeiros e cabeleireiros, artesãos que vendem na rua, comércios caseiros de pães, doces, geleias e conservas, entre outros

negócios não registrados no Inventário Municipal de Turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

No setor agroindustrial o município apresentava três empresas de produção e comercialização de produtos orgânicos (Empório Orgânico; Sítio Três Barras e Orgânicos da Mantiqueira); a agroindústria Senhora das Especiarias (geleias); um Alambique; além de inúmeras fazendas e sítios. A empresa Orgânicos da Mantiqueira promove aos sábados, durante o ano todo, uma feira de alimentos orgânicos, quitutes e quitandas, de produção local (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Gonçalves 2009/2010, define a tipologia do turismo praticado na cidade como sendo de três tipos: Turismo Rural, Ecoturismo e Turismo de Aventura. O Ministério do Turismo define Turismo Rural como sendo “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2003, p.11).

O Guia Turístico do Município ilustra as formas pelas quais o turismo rural é praticado em Gonçalves:

Nos bairros ainda são encontrados carros de boi [...] É comum esses carros passarem pelo centro da cidade e encantarem a todos com seu rangir e suas histórias. As cavalgadas também fazem parte da rotina dos moradores, muitos dos quais ainda fazem uso dos cavalos como meio de transporte. Os visitantes também podem viver essa experiência, alugando cavalos e fazendo passeios pelo município, durante o dia, com lindas paisagens e à noite, iluminados pela lua e estrelas. As casas antigas de taipa e pilão, os fogões a lenha e as fornalhas podem ser visitadas. Ainda são feitas forradas de biscoitos e roscas que aguçam o paladar (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2012, p.23).

Ecoturismo, por sua vez, é definido como sendo um segmento da atividade turística que se caracteriza pelo contato do turista com a natureza, pela realização de atividades que proporcionem a vivência e o conhecimento do ambiente natural e pela preocupação com a proteção das áreas visitadas (BRASIL, 2010). O município de Gonçalves por estar inteiramente dentro de uma Área de Proteção Ambiental favorece este tipo de turismo. Em relação ao Turismo de Aventura, definido como segmento do turismo que “compreende os

movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2006, p.39); assim se refere o Guia Turístico de Gonçalves:

Diversos atrativos naturais propiciam a prática de esportes de aventura, tais como boia-cross e *canyoning* ou rapel, no Rio Capivari, *boulder* e escalada esportiva nas pedras. Para os aventureiros existem trilhas adequadas para os passeios de 4x4. Já o *trekking* direciona ao turismo de contemplação, em meio a matas de araucária e belas paisagens. O município possui inúmeras estradas e trilhas para a prática do *mountain bike* e cicloturismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2012, p.11).

A empresa Tribo da Montanha oferece uma série de atividades de turismo de aventura nos rios cachoeiras e pedras do município, enquanto a empresa Mantiqueira Ecoturismo oferece passeios 4x4 (8 roteiros), passeios de bicicleta, caminhada, escalada guiada e canoagem.

No plano cultural, o município tem manifestações concentradas principalmente no inverno, quando cada um dos bairros rurais faz suas festas. Normalmente são organizadas em torno da capela local, mas podem ocorrer na propriedade de algum morador. Nessas festas, a comunidade se organiza para angariar prendas, com um festeiro no comando dos leilões e bingos. O festeiro é o responsável pela organização do evento e pela preparação das comidas e doces típicos. A cada festa é escolhido o próximo festeiro. Esses eventos são importantes, pois mobilizam toda a comunidade desde a etapa da preparação até o festejo propriamente dito, sendo assim espaço de integração e participação popular (KUREBAYASHI, 2002).

Gonçalves possui extenso calendário de festas e eventos, tanto nos bairros como no centro urbano, com variadas festas de caráter religioso (ver apêndice C) e eventos voltados para o turismo, como o Festival de Inverno, organizado pela Prefeitura Municipal e pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, em sua 3ª edição no ano de 2012; o Inverno Orgânico, organizado no mês de Julho pela empresa Orgânicos da Mantiqueira; e o Festival de Gastronomia e Cultura de Roça, também organizado pela Prefeitura Municipal e pelo COMTUR no mês de Outubro, e que teve a sua 2ª edição em 2012.

O turismo é divulgado através de três sítios principais na internet: o sítio Gonçalves: a Pérola da Mantiqueira (<http://www.goncalves.mg.gov.br/>), mantido pela prefeitura do município, com informações de natureza geral e ênfase específica no turismo; o sítio mantido

pela Serração – Associação Pró-Turismo de Gonçalves (<http://www.goncalvestur.com.br/>) com informações turísticas e sobre os estabelecimentos associados; e o sítio Visite Gonçalves (<http://www.visitegoncalves.com.br/>), mantida pelo artista e publicitário Roberto Torrúbia, com dicas de lazer, turismo e gastronomia.

O município de Gonçalves faz parte da Associação do Circuito Turístico “Serras Verdes do Sul de Minas”. Atualmente existem 42 Associações de Circuitos Turísticos, congregadas no âmbito estadual pela FECITUR – Federação dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais (FECITUR, 2010). Essas associações são entidades sem fins lucrativos, cuja implantação foi regulamentada a partir do Decreto de Lei nº 43.321, de 2003, que estipula a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2012).

As Associações de Circuitos Turísticos agregam municípios de uma mesma região, com afinidades ambientais, culturais, sociais e econômicas que se reúnem para planejar, organizar, desenvolver, gerenciar e divulgar a atividade turística no âmbito regional. Por sua vez, a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais contempla os circuitos que são certificados com: sinalização turística rodoviária, cursos de capacitação e de melhoria do serviço turístico; além de assessoria para a elaboração do plano estratégico de desenvolvimento turístico, elaboração de roteiros e promoção do circuito (MINAS GERAIS, 2012).

Nesse sentido, Minas Gerais se destaca em relação a outros estados brasileiros. Em 2010, nas premiações oferecidas pelo Ministério do Turismo por meio do Troféu Roteiros do Brasil, o estado de Minas Gerais foi vencedor em quatro das oito categorias (repetindo o feito do ano anterior): Monte Verde (melhor gestão turística de destino); Associação dos Circuitos Turísticos Parque nacional da Serra do Cipó (planejamento e gestão do turismo regional); Ouro Preto (sustentabilidade social); e Diamantina (sustentabilidade social e cultural em destino).

A Associação dos Circuitos Turísticos Serras Verdes do Sul de Minas, compreende 21 municípios associados, entre os quais Camanducaia (cujo distrito de Monte Verde é uma das destinações de montanha mais conhecidas do país), Gonçalves, Extrema e Pouso Alegre, que é a sede do circuito ((FECITUR, 2010). Fundado em fevereiro de 2002, foi

o 1º circuito do Sul de Minas a receber o certificado de reconhecimento da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais; bem como o primeiro circuito a se estruturar para a implantação de projetos visando o recebimento do ICMS Turístico (FECITUR, 2010), previsto na Lei “Robin Hood” que regula a distribuição da cota-parte dos recursos do ICMS pertencentes aos municípios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

A chamada Lei Robin Hood, que regulamenta as normas para distribuição da parcela do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS pertencente aos municípios (lei nº 18030/2009, regulamentada em relação ao ICMS Turístico pelos decretos 45403/2010 e 45625/2011), assim fixa as exigências para recebimento da parcela do ICMS referente à atividade turística:

Os valores decorrentes da aplicação dos percentuais relativos ao critério "turismo", de que trata o inciso XVI do art. 1º, serão destinados aos Municípios com base na relação percentual entre o índice de investimento em turismo do Município e o somatório dos índices de investimento em turismo de todos os Municípios do Estado, fornecida pela Secretaria de Estado de Turismo - SETUR -, observado o disposto no Anexo VI desta Lei.

§ 1º - Para se habilitar à participação no critério "turismo", o Município deverá:

I - participar do Programa de Regionalização do Turismo da SETUR;

II - elaborar uma política municipal de turismo;

III - constituir e manter em regular funcionamento o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. (MINAS GERAIS, lei 18030/2009, artigo 9º)

Por força da lei, os municípios tiveram de estruturar o chamado Sistema Municipal de Turismo, criando instâncias como o Conselho Municipal de Turismo -COMTUR; o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR; além de instituir uma política municipal de turismo através do instrumento do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo.

Gonçalves, mesmo antes da exigibilidade prescrita pela lei 18030/2009, já possuía um Conselho Municipal de Turismo, criado com base na lei municipal nº 775, de 04 de dezembro de 2000, com a finalidade principal de coordenar, incentivar e promover o turismo no município. O Conselho Municipal de Turismo definido por esta lei era composto por nove membros, sendo quatro representantes do poder público (representantes do executivo, do

legislativo, do setor educacional público e de um órgão estadual ligado ao saneamento e meio ambiente) com os respectivos suplentes; e cinco representantes da comunidade (representantes dos setores de artesanato, música, empresários, proprietários rurais; e um representante dos conselhos comunitários) mais seus respectivos suplentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2012b).

No ano de 2008, foi instituído um “Novo Conselho Municipal de Turismo” e criado o “Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo”, através da lei municipal nº 917, de 15 de Maio de 2008, já sem a finalidade principal de coordenar o turismo, dada à criação em anos anteriores de um departamento de turismo. Este novo conselho tinha uma incumbência mais consultiva e deliberativa, além de estar encarregado da formulação do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. A composição do conselho foi alterada para sete membros, invertendo a proporção a favor do setor público, que agora contava com mais membros do que o setor privado. O novo conselho era formado por quatro representantes do setor público (representantes dos órgãos de Educação e Turismo; do Legislativo e da COPASA/EMATER) e seus respectivos suplentes; e três representantes do setor privado (representantes dos setores de hotelaria, artesanato e comércio) e seus respectivos suplentes. Como no caso do conselho anterior, os membros eram indicados pela prefeitura e pelos setores produtivos (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2012b).

Por fim, em razão da exigibilidade da lei que regulamentava o ICMS turístico, foi instituída uma Política Municipal de Turismo, através da lei municipal nº 964, de 14 de julho de 2010, com o propósito principal de regulamentar a atividade turística através da elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável, que já havia começado a ser elaborado, e que seria concluído neste mesmo ano de 2010.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Gonçalves apresentava além de um inventário turístico do município, uma análise situacional do turismo e uma proposta de metas e linhas de ações para o desenvolvimento do turismo no município, especificando a metodologia, o monitoramento e avaliação das diretrizes formuladas. Este plano, realizado com apoio da empresa de consultoria Habitus SV Sócio Ambiental, Ed., Administração e Atividades do Turismo Ltda., com sede na cidade de Cachoeira de Minas. O plano previa uma metodologia participativa, tendo sido elaborado através de oficinas

realizadas em vários bairros do município entre os dias 14 e 29 de Março de 2010. Na justificativa do plano já estavam delineadas as suas principais finalidades:

A elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável vem para trazer equilíbrio entre a população gonçalvese e o turismo, transformando as diferenças, em uma ponte entre a cultura local e o visitante, mostrando que o turismo pode ser, não só uma fonte de renda, mas também uma forma de desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional. Além de diagnosticar a infraestrutura, produtos e atrativos destinados ao turismo, para se traçar diretrizes no que tange a organização e desenvolvimento sustentável, espera-se também organizar as empresas informais e aproximá-las do poder público, fazendo uma parceria consistente, viabilizando cursos de qualificação, evitando o êxodo dos jovens, que deixam a cidade para estudar e não retornam, por falta de opção no mercado de trabalho. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2010, p.21).

O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável propunha seis linhas principais de ação, dentro das quais foram estipuladas metas específicas a serem cumpridas, dentro de prazos que variavam de um a vinte e quatro meses a partir da aprovação do plano. As seis principais linhas de ação definidas foram: Infraestrutura básica e de apoio turístico do município; fortalecimento da instância de governança municipal; qualificação empresarial e profissional; sistemas de informação e monitoramento; marketing do destino e oferta de produtos e roteiros turísticos (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2010).

#### **4.2.2 O Turismo como Vetor de Desenvolvimento Local em Gonçalves**

A atividade turística modificou a vida do município, gerando emprego e renda; evitando o êxodo da população e modificando o panorama da zona rural, onde vive a maior parte da população gonçalvese. Começando na década de 1990 e acelerando-se a partir da primeira década do século XXI, notadamente a partir da pavimentação da estrada de acesso em 2005, começaram a ser abertas: pousadas, restaurantes, comércios de móveis rústicos e artesanais, lojas de roupas e de artesanato, empórios gastronômicos, empresas de fabricação de conservas e geleias, escritórios de arquitetura e engenharia, e receptivos de turismo, denotando a formação de uma Aglomeração Produtiva Local de Turismo. A formação de uma estrutura local de governança do turismo, a partir da criação de uma Diretoria Municipal de Turismo, do Conselho Municipal de Turismo e do surgimento de uma associação de

empresários, intitulada Associação Pró-turismo de Gonçalves – SERRAÇÃO; possibilita o desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local de Turismo no município.

#### 4.2.2.1 O Processo de Expansão do Turismo em Gonçalves

Um elemento recorrente é o de atribuir ao turismo a responsabilidade pelo crescimento da cidade nos últimos dez anos; num processo espontâneo, sem marcos notáveis, a partir do novo século; e que surgiu a partir do momento em que alguns turistas que vinham a Gonçalves regularmente começaram a comprar terras e a construir pousadas. Sobre o surgimento espontâneo da atividade turística no município, há convergência nas afirmações dos entrevistados: *“o turismo em Gonçalves não foi programado, foi descoberto, espontâneo”* (informação verbal<sup>1</sup>); *“não vejo uma explicação lógica para o crescimento do turismo, tudo aconteceu sem planejamento, mas não perdeu a direção”* (informação verbal<sup>2</sup>); *“o crescimento do turismo não foi planejado, os primeiros que vieram compraram propriedades na cidade e foram trazendo outros”* (informação verbal<sup>3</sup>); *“vimos pousadas abrindo e o trânsito aumentando no final de semana, mas não parávamos para pensar no assunto”* (informação verbal<sup>4</sup>).

A maior parte desses turistas iniciais vinha da cidade de São Paulo e buscava alternativas à vida agitada da metrópole. Como não tinham onde ficar, visto que não haviam pousadas ou casa de aluguel na cidade até 1995 (quando é inaugurada a Pousada Vida Verde), os turistas ficavam em São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão e passavam o dia conhecendo o município. Na falta de opções de hospedagem e desejosos de permanecer no município, começaram a comprar propriedades, principalmente na zona rural da parte alta da cidade, como revelam alguns dos entrevistados: *“as pessoas vinham conhecer e na segunda visita já voltavam para comprar algo ou montar um negócio”* (informação verbal<sup>5</sup>); *“as pessoas começaram a vir para Gonçalves e querer ficar”* (informação verbal<sup>6</sup>). Isabel Lira, proprietária da pousada Bicho do Mato e do restaurante Sauá foi um desses casos. Tendo

<sup>1</sup> NEVES, Maria de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>2</sup> RIBEIRO, Marília. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), out. 2013.

<sup>3</sup> NETO, José F. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>4</sup> FERREIRA, Danielza. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), jan. 2014.

<sup>5</sup> FERREIRA, Danielza. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), jan. 2014.

<sup>6</sup> NEVES, Maria de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

visitado Gonçalves pela primeira vez no ano 2000, em sua segunda visita neste mesmo ano, comprou uma propriedade rural e começou a construir a pousada, residindo no centro urbano até que esta ficasse pronta. Avalia sua ida para Gonçalves como “*opção de vida*” (informação verbal<sup>7</sup>).

Judith Ribeiro, que trabalhou por muitos anos na pousada Vida Verde, de propriedade de seu irmão, relata o que se passou nessa época inicial:

*“A primeira pousada foi a Vida Verde; os turistas vinham a Gonçalves e não tinham lugar para ficar. Aí tivemos a ideia de construir a pousada. Começamos com dois chalés. Todo fim de semana vinha gente, e assim tivemos de ir ampliando. Algumas pessoas se hospedavam, gostavam tanto que resolviam ficar e abrir a própria pousada. Foi o caso dos donos das pousadas Bicho do Mato; Solar D’Araucária e Passaredo”* (informação verbal<sup>8</sup>).

Até o ano 2000 existiam apenas 6 pousadas no município de Gonçalves. Entre os anos de 2000 e 2005 foram inauguradas 12 pousadas. Dessas 18 pousadas da fase inicial do turismo (anterior à pavimentação do acesso ao município), 16 se encontram na zona rural da parte alta do município e duas estão no centro urbano (também localizado na parte alta). A pavimentação da estrada de acesso em 2005 potencializou o processo, fazendo que em cinco anos, mais 12 pousadas fossem construídas. Já em relação aos serviços de alimentação, 29 dos 36 estabelecimentos de alimentação existentes no ano de 2012 foram criados depois do ano 2000, e dentre estes, 19 surgiram depois da pavimentação do acesso ao município, fato citado pelos entrevistados como marco divisório no crescimento do turismo local (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b).

Com a abertura de pousadas, e em função da divulgação em revistas e jornais paulistas de grande circulação, um grande fluxo de turistas começou a procurar conhecer a cidade, principalmente nos meses de inverno. Um dos impactos iniciais foi o encarecimento do preço das terras na zona rural da parte alta do município. A atual prefeita municipal, Maria de Lourdes das Neves, relata que o preço da terra na zona rural passou de 2 mil reais para 50 mil reais o alqueire de terra nesta parte do município, no período entre 1998 e 2002 (informação

---

<sup>7</sup> LIRA, Isabel. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>8</sup> VIEIRA, Judith R. da R. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

verbal<sup>9</sup>). Outro entrevistado confirma o mesmo dado, afirmando ter adquirido no ano de 2000, 3 alqueires de terra na zona rural da parte alta por 9 mil reais, terras hoje avaliadas em 600 mil reais (informação verbal<sup>10</sup>). Eliana de Lima Castro, proprietária da mais antiga imobiliária local conta como se desenvolveu este processo:

*Durante muitos anos o telefone da imobiliária foi o único ponto de informação sobre a cidade. O mercado imobiliário era tão pequeno que as escrituras ficavam em cima da mesa. De repente, as coisas começaram a mudar. O aumento do preço da terra foi imenso. Em poucos anos os valores quadruplicaram. Muita gente vendeu. A maioria dos compradores comprava pensando em ficar na cidade e descansar. Era uma espécie de opção de vida, as pessoas queriam uma vida tranquila numa cidade pequena, bonita e pacata. As pessoas compravam terras para fazerem pousadas, ou simplesmente para morar. A maior procura era de áreas de 20 mil m<sup>2</sup> para comprar e fazer uma chácara. Grande expansão na área de construção civil. O nativo constrói para alugar, e mesmo assim não se vence a demanda de aluguel. Os dois maiores depósitos (hoje são quatro) estão crescendo e se profissionalizando. Imobiliária são quatro hoje em dia (informação verbal<sup>11</sup>).*

Como relatado no depoimento acima, outro impacto inicial do turismo foi em relação à área de construção civil, com a construção de inúmeras pousadas, restaurantes, lojas e casas de aluguel, por pessoas vindas de fora e também por residentes no município. Vários entrevistados mencionam o impacto dessa demanda no setor de construção civil e nas duas únicas lojas de material de construção da cidade então existentes na cidade, que aumentaram de tamanho em função da procura de material: “as lojas de material de construção aumentaram, e hoje você não encontra mais pedreiros” (informação verbal<sup>12</sup>); “há trinta anos, tínhamos quatro pedreiros, hoje temos mais de cinquenta e não dão conta” (informação verbal<sup>13</sup>); “se você precisa de um pedreiro em Gonçalves hoje em dia, você tem de esperar seis meses” (informação verbal<sup>14</sup>); “as lojas de material não passavam de um balcãozinho com 3 atendentes, e agora são enormes, têm mais que o dobro do tamanho que tinham” (informação verbal<sup>15</sup>). Pedro Paulo Ribeiro, dono do depósito Campeão Materiais para Construção, um dos dois depósitos mais antigos da cidade, conta o que aconteceu neste período de expansão do turismo:

*O depósito foi aberto por meu pai em 1996. Nesta época as primeiras pousadas começavam a sua construção e algumas pessoas de São Paulo haviam comprado*

<sup>9</sup> NEVES, Maria de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>10</sup> CASTRO, Benedito C. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>11</sup> CASTRO, Eliana de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>12</sup> SILVA, Andrea A. de S. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mai. 2014.

<sup>13</sup> NETO, José F. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>14</sup> NEVES, Maria de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>15</sup> LIRA, Isabel. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

*propriedades e começavam a construir casas de veraneio. De uns 5 a 7 anos para cá é que o setor de construção civil explodiu, o que faz com que Gonçalves hoje tenha quatro lojas de material de construção. O crescimento do setor de material de construção foi muito grande; 60% causado por demanda de gente de fora, e outros 30%, gente do local que está construindo casas para aluguel de turistas. Esse crescimento e essa modificação da paisagem é mais notada na zona rural do que no centro urbano propriamente dito. A vinda do asfalto foi decisiva nesse sentido. Inclusive antes da pavimentação, muitos fornecedores não entregavam material em Gonçalves (informação verbal<sup>16</sup>).*

Mas não foi apenas no setor de construção civil que o processo de expansão da atividade turística gerou emprego e renda. Segundo dados do PNUD, a renda per capita do município cresceu 85,10% nos últimos 20 anos, enquanto a taxa de desocupação da população economicamente ativa era de apenas 2,10%, bem abaixo da média do estado de Minas Gerais (6,33%) e da média nacional de 7,29% (PNUD, 2013). Dados da Fundação João Pinheiro apontam para um aumento de 176,30% no Produto Interno bruto do município entre 2000 e 2010, provocado principalmente pela elevação da arrecadação do setor de serviços, que responde por 68% do PIB total do município.

Os resultados desse processo demonstrado pelos dados acima não passou despercebido aos moradores entrevistados, que apontam a expansão do turismo como fator gerador de emprego e renda em muitas áreas de atividade: *“o sujeito que era empregado na lavoura de batata passou a ser caseiro ou trabalhar na pousada; quem trabalhava como tropeiro, hoje aluga cavalo para turistas”* (informação verbal<sup>17</sup>); *“depois que começou o turismo muita gente ficou empregada, como caseiro ou nas pousadas, não se acha mais ninguém para trabalhar aqui no bairro”* (informação verbal<sup>18</sup>); *“vivemos do turista, que é quem compra o artesanato, frequenta o restaurante e movimenta o comércio”* (informação verbal<sup>19</sup>).

Mesmo na parte baixa da cidade, menos atingida pela expansão do turismo, já se pode observar o aumento do volume de negócios gerados pela atividade turística, como pode ser notado na fala de Dorotéia de Fátima Silva, moradora do bairro do Lambari e dona de uma barraca na beira da estrada, inaugurada em 2004, onde vende principalmente queijo, doces e outros produtos da roça:

<sup>16</sup> RIBEIRO, Pedro P. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), jun. 2014.

<sup>17</sup> NETO, José F. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>18</sup> PAULA, Glória V. S. de. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>19</sup> SILVA, Maria M. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

*Antes do asfalto vendíamos dois a três queijos por semana, hoje vendemos quase uma centena, além de doce de banana, roscas e outros produtos de pessoas do bairro e da cidade. Os turistas passam e compram. Nós vivemos do turismo. 90% dos nossos compradores são turistas. Às vezes de um freguês de um ano atrás, hoje temos 20 que foram indicados por este. Os turistas preferem queijo feito do leite não pasteurizado, eles querem coisa de roça (informação verbal<sup>20</sup>).*

Vera Jacinta Ribeiro, atual diretora do Departamento de Cultura e Turismo de Gonçalves afirma que o turismo gerou vários outros negócios além das pousadas, como restaurantes e comércio de artesanato (principalmente patchwork e de fibra de bananeira). Outro fator salientado por ela é o comércio de produtos orgânicos, que abastece com produtos naturais as cozinhas dos restaurantes e pousadas (informação verbal<sup>21</sup>).

Tanea Romão, proprietária do restaurante Kitanda Brasil, de cozinha brasileira contemporânea; um dos dois restaurantes de Gonçalves agraciados com uma estrela no Guia 4 Rodas Brasil 2012; acredita que o município está se tornando um polo gastronômico:

*O município é um polo gastronômico. Gonçalves tem recebido chefs de cozinha interessantes, profissionais que vem para cá com um projeto de vida de sair da cidade grande e viver uma vida mais tranquila. No meu restaurante eu emprego dez pessoas; hoje em Gonçalves temos 27 restaurantes, todos estes gerando emprego e capacitando mão de obra local. A gastronomia é um indutor importante por causa da nossa área rural enorme (informação verbal<sup>22</sup>).*

A emergência de um novo mercado de trabalho sustou a emigração dos jovens e reverteu a condição de exportadora para o de importadora de mão-de-obra. Esse dado pode ser comprovado pelas estatísticas do IBGE que mostram crescimento populacional positivo a partir de 2000, conforme demonstrado na figura 2, gráfico de crescimento populacional do município de Gonçalves. Entre 1970 e 1991, o município perdeu 17% de sua população, número ainda mais expressivo se considerada apenas a zona rural do município, já que o centro urbano se manteve em expansão contínua entre 1970 e 2010. Entre 1970 e 1991, a zona rural do município perdeu 1.183 pessoas, decaindo de 4.134 para 2.951 habitantes; fato ocasionado pela falta de opções de trabalho e estudo para os moradores da zona rural. O principal destino era a cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba paulista.

<sup>20</sup> SILVA, Dorotéia de F. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mar. 2014.

<sup>21</sup> RIBEIRO, Vera J. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mai. 2013.

<sup>22</sup> ROMÃO, Tanea. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), ago. 2012.

Os entrevistados se recordam dessa época: *“não tinha futuro em Gonçalves, todo mundo foi embora, já que fora da safra não havia serviço”* (informação verbal<sup>23</sup>); *“metade da minha família foi embora de Gonçalves, principalmente para São José dos Campos; não havia como sobreviver na roça, dos meus sete irmãos, somente dois ficaram, todos os outros cinco foram embora”* (informação verbal<sup>24</sup>); *“muita gente mudou da cidade nesta época em busca de oportunidades no Vale do Paraíba”* (informação verbal<sup>25</sup>); *“Gonçalves sem o turismo estaria quase acabando, as pessoas da zona rural estavam indo embora; hoje não vão mais”* (informação verbal<sup>26</sup>); *“não havia opções econômicas, as pessoas cresciam e ou iam para a agricultura ou para a prefeitura, não havia mercado para pessoas mais qualificadas”* (informação verbal<sup>27</sup>); *“hoje as pessoas não vão mais embora, pois tem possibilidades de estudar e trabalhar vivendo em Gonçalves”* (informação verbal<sup>28</sup>).

Os entrevistados foram unânimes em reconhecer o papel do turismo na melhoria de vida da população, seja pelo aumento da riqueza do município, seja pela geração de emprego e renda, que não só absorveu toda a mão de obra local, mas começa a atrair pessoas dos municípios vizinhos do Sul de Minas Gerais e até mesmo do Vale do Paraíba, em São Paulo: *“hoje em dia a maioria das pessoas vive do turismo em pousadas, sítios, de caseiro e construíram casas de aluguel”* (informação verbal<sup>29</sup>); *“não imagino Gonçalves, se não houvesse a área de turismo para gerar emprego para as pessoas, já que sobreviver da terra não dava mais. A única fonte de trabalho era a prefeitura”* (informação verbal<sup>30</sup>); *“Gonçalves hoje é limpa, colorida, clara, antes não era assim; nas famílias da zona rural, o pai é caseiro e o filho trabalha na pousada e a família tem mais renda, vinda do turismo”* (informação verbal<sup>31</sup>); *“o turismo trouxe um impacto socioeconômico positivo, as pessoas tem uma renda boa e não há pobreza no município”* (informação verbal<sup>32</sup>).

<sup>23</sup> CASTRO, Benedito C. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>24</sup> PAULA, Glória V. S. de. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>25</sup> NETO, José F. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>26</sup> VIEIRA, Judith R. da R. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Marília. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), out. 2013.

<sup>28</sup> RIBEIRO, Pedro P. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), jun. 2014.

<sup>29</sup> CASTRO, Maria A. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mar. 2014.

<sup>30</sup> CASTRO, Eliana de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>31</sup> FERREIRA, Danielza. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), jan. 2014.

<sup>32</sup> NEVES, Maria de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

#### 4.2.2.2 A Modificação do Panorama Rural do Município

As modificações ocorridas a partir da expansão da atividade turística são mais visíveis na área rural, antes dedicada à agricultura. Gonçalves possui 72,4% de população residindo no campo, índice muito acima da média da região do Sul de Minas Gerais (22%) e da média estadual que é de 14,7% (IBGE, 2013).

Antônia Vilma da Rosa possui um restaurante de cozinha regional em seu sítio no bairro rural dos Venâncios, na parte alta da cidade. Tendo nascido e vivido até o presente momento nesse bairro, ela acompanhou as mudanças pelas quais a zona rural passou nestes últimos anos. Segundo ela, oito dos onze irmãos foram embora de Gonçalves, pois a atividade agrícola, basicamente de subsistência, não bastava para sustentar a todos. Ela e o marido, também nascido no bairro, viviam precariamente da plantação de cenoura, vendida em Campos do Jordão e São Bento do Sapucaí. Abriu o restaurante em 2001, por insistência dos turistas que passavam pelo bairro. Hoje, com dezoito mesas no espaço do restaurante; ela conta que em feriados e na temporada, os clientes têm de ir embora, por falta de capacidade do restaurante de atender a todos. Dos seus nove filhos, sete permanecem residindo em Gonçalves. Ela atribui ao turismo o fim do êxodo rural no município: *“hoje todos vivemos do turismo. Eu dou serviço para cinco funcionários. O que essas pessoas iriam fazer se não fosse o restaurante, eles mesmos me dizem isso”* (informação verbal<sup>33</sup>). Eliana de Lima Castro, a proprietária da imobiliária, nasceu e cresceu no mesmo bairro dos Venâncios. Ela conta que quando era pequena não havia nem energia, nem transporte, devido à precariedade das estradas que levavam ao bairro; e que à escola rural só atendia alunos até o terceiro ano primário, o que levava a maioria das crianças a deixar o estudo e passar a ajudar os pais na lavoura. Diz que hoje não há comparação, pois o bairro mudou muito: *“o bairro hoje tem casas bonitas, chácaras arrumadas, restaurantes”* (informação verbal<sup>34</sup>).

Glória Vieira da Silva de Paula, moradora do bairro rural Terra Fria, tem uma experiência semelhante, que a levou a passar da atividade agrícola para a exploração do turismo. Ela e o marido viviam da agricultura de subsistência. Como o solo era muito irregular e montanhoso, todo o trabalho era braçal. Mas a vida era muito difícil; dos sete irmãos, apenas dois ficaram no município, todos os outros foram embora. Conta que por

---

<sup>33</sup> ROSA, Antonia V. da. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>34</sup> CASTRO, Eliana de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

insistência dos primeiros turistas que apareceram pelo bairro, resolveu abrir o restaurante (Pedra do Forno), em 1993. Começou com apenas quatro mesas e hoje o restaurante dispõe de um espaço de mais de 20 mesas, e necessita ampliação. Afirma que o movimento aumentou demais nos últimos quatorze anos: *“hoje dá para viver só do turismo; todas as pessoas do bairro estão empregadas no turismo, como caseiro em propriedades de gente de fora, ou como funcionários de pousadas. Não se acha mais ninguém para trabalhar aqui na Terra Fria”* (informação verbal<sup>35</sup>).

Das propriedades que se dedicavam à agricultura convencional na zona rural da parte alta do município, boa parte se destina hoje à atividade turística. Fernanda Kurebayashi, proprietária da agroindústria Senhora das Especiarias, especializada na fabricação de geleias, comenta: *“onde antes você via várias plantações, hoje você vê casas de aluguel para veraneio de turistas. Lugares em que eu passava e onde se plantavam morangos, hoje a pessoa tem dois ou três chalés, porque a pessoa está vivendo disso”* (informação verbal<sup>36</sup>).

Uma história que ilustra um pouco a forma como a zona rural se modificou nos últimos anos é contada por Virgínia Pinto Coelho, moradora do bairro rural São Sebastião das Três Orelhas, na parte alta da cidade. Artesã; veio para Gonçalves no ano de 2009, buscando reproduzir um trabalho que já havia feito nas cidades de Itamonte e Itanhandú, no sul de Minas Gerais, com o reaproveitamento da matéria prima descartada na atividade agrícola, como a palha de milho. O projeto, realizado em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais- EMATER; objetivava resolver tanto um problema ambiental, como gerar renda fora da época da colheita da safra. Em Maria da Fé - MG, ela havia realizado o mesmo projeto com a fibra da bananeira. Mas em Gonçalves, o projeto original não se mostrou viável, segundo ela pelas características específicas da zona rural do município:

*A ideia original, que era um projeto de geração de renda a partir de matérias primas descartadas na produção agrícola, em parceria com a EMATER, não vingou; e o atelier tomou outro caminho, já que diferente dos outros destinos anteriores, Gonçalves não tinha problemas ambientais a serem resolvidos e nem mão de obra carente para utilização em projetos de geração de renda. Gonçalves tem um perfil de pequenos proprietários, cada um tem a sua propriedade e seu*

---

<sup>35</sup> PAULA, Glória V. S. de. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>36</sup> KUREBAYASHI, Fernanda. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

*trabalho associado a isso, seja na produção de banana ou outra atividade (informação verbal<sup>37</sup>).*

Segundo José Francisco Neto; prefeito de Gonçalves entre 1997 e 2004; até 1980 a agricultura do município era majoritariamente de subsistência, com plantações de milho, feijão, fumo, café, cana de açúcar e banana; ocupando os topos de morros e encostas até a beira dos rios e ribeirões. O excedente era trocado com os vizinhos e vendido no centro da cidade e nos municípios vizinhos de Paraisópolis e São Bento do Sapucaí. Havia também uma pecuária de gado leiteiro, cujo leite era encaminhado para a Vigor em Paraisópolis e para a Cooperativa Agropecuária de São Bento do Sapucaí – COLINA. A agricultura começa a se modificar a partir dos anos 80 com a compra e o arrendamento de terras por grandes produtores das cidades de Maria da Fé e Cambuí, para plantar batata e cenoura, com uso pesado de agrotóxicos (informação verbal<sup>38</sup>).

Seu depoimento acerca do passado agrícola do município é corroborado pelo de outros entrevistados que traçam um quadro semelhante sobre este período da agricultura convencional do município: *“O município dependia exclusivamente da pecuária e da agricultura: cenoura, milho e feijão, depois batata; o leite ia para Paraisópolis e S. Bento”* (informação verbal<sup>39</sup>); *“aqui a agricultura era de subsistência; se plantava milho, feijão, café; depois veio a lavoura de batata e cenoura”* (informação verbal<sup>40</sup>); *“a agricultura se baseava na batata e na cenoura, mas hoje essa agricultura convencional acabou na parte alta, sendo substituída pela agricultura orgânica”* (informação verbal<sup>41</sup>); *“Gonçalves não teve grandes produtores de batata, as áreas eram em Gonçalves, mas arrendadas por grandes produtores da região”* (informação verbal<sup>42</sup>).

Kurebayashi, escrevendo sobre a atividade agrícola no município de Gonçalves, no começo da primeira década deste século, mostrava o seguinte panorama:

A agropecuária é a atividade que reúne 64% da população economicamente ativa do município e o produto mais produzido é a batata inglesa. A atividade agrícola local é predominantemente praticada de forma convencional, com uso de insumos químicos, aração morro baixo, sem curvas de nível e com desmatamento no topo de morros, o que somado ao relevo fortemente inclinado, expõe o solo à erosão,

<sup>37</sup> COELHO, Virginia P. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mar. 2014.

<sup>38</sup> NETO, José F. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>39</sup> CASTRO, Benedito C. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>40</sup> PAULA, Glória V. S. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>41</sup> GOMES, Sebastião. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>42</sup> CANEPELLI, Maristela. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

provocando assoreamento dos cursos d'água, e sujeitando-os à contaminação química. Agricultores que praticam esse tipo de cultivo não demonstram acreditar que seja impactante ao meio ambiente trabalhar assim. O que tem em conta é a produtividade no curto prazo. Ainda há a cultura dominante de que é preciso limpar completamente a plantação das ervas daninhas, o que implica em aplicação de herbicidas (KUREBAYASHI, 2002, p.52).

O quadro atual da produção agrícola é completamente diverso, seja em relação às principais culturas, seja em relação ao tipo de agricultura praticado e até mesmo em relação ao percentual de população economicamente ativada envolvida na atividade. Até mesmo em relação à pecuária, embora se mantenham níveis próximos de produção leiteira, a destinação dada ao produto é completamente diferente. A banana agora substituiu as outras culturas como principal produto agrícola, tendo seu plantio concentrado na parte baixa do município, onde não ocorrem geadas. Na parte alta, a maior parte da agricultura convencional foi substituída pela agricultura orgânica e pelo uso da terra para atividades ligadas ao turismo.

Esse quadro pode ser demonstrado através da análise dos dados sobre produção agrícola municipal; exibidos na tabela 7; que compara a produção agrícola de Gonçalves em três períodos: no ano 2000, no ano de 2004 (ano anterior à pavimentação do acesso) e em 2012. Os dados revelam a diminuição da quantidade de batata inglesa produzida no município e o aumento da produção de banana, principal produto agrícola do município na atualidade. No ano 2000, a batata inglesa era o produto agrícola mais produzido em termos de quantidade, seguida pelo milho; embora por área cultivada, o principal destaque fosse o milho com 380 hectares (ha), seguido da banana (109 ha) e da batata inglesa com 104 hectares. A tabela mostra redução expressiva nas quantidades produzidas de milho e batata inglesa, bem como na área cultivada destes dois produtos; situação inversa à da banana, que tem sua área de produção aumentada e sua produção decuplicada. Considerada a área cultivada dos seis principais produtos agrícolas do município, a redução foi de 51% entre 2000 e 2012, passando de 642 hectares para 314 hectares, mesmo considerando a ampliação da área cultivada de banana na parte baixa do município. O mesmo acontece com o percentual de população economicamente ativa envolvida na agricultura, que passa de 64% para 36% (IBGE, 2013).

Tabela 7: Principais produtos agrícolas do Município.

Produto	Área Colhida ha			Produção (t)		
	2000	2004	2012	2000	2004	2012
Banana	109	250	250	210	550	2.500
Batata Inglesa	104	97	25	2.228	2.425	700
Café	4	4	-	6	2	-
Cana de Açúcar	2	2	4	80	80	140
Feijão	43	20	10	26	16	12
Milho	380	480	25	1.596	1.920	100

Fonte: Fundação IBGE, 2013.

Enquanto na parte alta do município a agricultura convencional cedeu lugar, na maior parte das terras cultivadas, à exploração ecoturística e à agricultura orgânica; na parte baixa do município a banana passou a ser cultivada extensivamente, com área de plantio de 250 hectares e produção de 2.500 toneladas em 2012. Vera Jacinta Ribeiro, diretora municipal de turismo, e moradora do bairro dos Remédios, na parte baixa do município, avalia o impacto desse cultivo:

*Hoje em dia a principal cultura agrícola de Gonçalves é a da banana, que é considerada uma das melhores do país, tendo alto teor de açúcar. A banana trouxe qualidade de vida para muita gente, havendo uma associação de bananicultores no bairro do Lambari; também existe no mesmo bairro uma associação de artesãos que trabalham a fibra de bananeira. Os produtores vendem a banana no CEASA de São José dos Campos. Hoje já existe uma Associação de Bananicultores do Sul de Minas Gerais (ABASUL) que pretende criar um selo de procedência de origem do sul de Minas (informação verbal<sup>43</sup>).*

Para Marília Ribeiro, ex-diretora de turismo do município de Gonçalves (2010-2012) e atual secretária de agricultura e meio ambiente do município paulista de São Bento do Sapucaí a agricultura se encontra em período de transição, com um prazo fixado pela Promotoria Ambiental para o fim do uso de agrotóxicos (pelo fato da área integral do município estar dentro de uma APA); ela relata que a produção agrícola convencional diminuiu muito, principalmente na parte alta do município, pois as novas gerações se voltaram para o turismo, incompatível com o agrotóxico (informação verbal<sup>44</sup>). Fernanda Kurebayashi faz relato parecido: “o produtor que lavrava até a beira do rio, hoje faz uma

<sup>43</sup> RIBEIRO, Vera J. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mai. 2013.

<sup>44</sup> RIBEIRO, Marília. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), out. 2013.

*casinha para alugar e percebe que precisa deixar área verde para embelezar a paisagem”* (informação verbal<sup>45</sup>).

A pecuária também se modificou no município, principalmente no que diz respeito à destinação de parte do leite. Em 2004, a produção do leite atingia 2,381 milhões de litros; em 2012 havia aumentado para 3,100 milhões de litros (IBGE, 2013). Dorotéia Silva, que em sua barraca no bairro do Lambari, tem no queijo o principal produto de venda aos turistas comenta: *“o leite ia para a Vigor em Paraisópolis e para a Colina em São Bento do Sapucaí. Há vinte anos iam 160 galões de leite; hoje são no máximo 15 galões. As pessoas preferem fazer queijo e vender para os turistas”* (informação verbal<sup>46</sup>).

Kurebayashi chamava a atenção em 2002 para o número de casos psiquiátricos, de depressão, de suicídios e tentativas de suicídios, nos bairros onde havia as maiores plantações de batata (KUREBAYASHI, 2002, p.57). Vários entrevistados mencionaram esse problema, porém com a ressalva de que tais acontecimentos não eram mais observados: *“havia muitos problemas de saúde em virtude da agricultura convencional de batata, o que não se observa mais atualmente”* (informação verbal<sup>47</sup>); *“era alto o índice de pessoas com problemas mentais e havia casos de suicídio e de tentativas de suicídio”* (informação verbal<sup>48</sup>). Porém, não existem estudos específicos que associem a utilização de agrotóxicos a doenças existentes na cidade. Maria Aparecida Barbosa de Castro, líder da associação de moradores do bairro Sertão do Cantagalo, e agente comunitária de saúde, confirma estes fatos, relatando ter presenciado pelo menos um caso de suicídio em uma das visitas que regularmente faz às casas dos moradores de diversos bairros rurais do município. Segundo a entrevistada, após a implantação do Programa de Saúde Familiar (PSF) em abril de 2001, a secretaria de saúde vem acompanhando as famílias do município, com escalas de agendas e visitas mensais, atingindo atualmente 100% da população. O trabalho é preventivo, com um mapeamento da saúde local, com representação de cada família moradora nas casinhas desenhadas nos mapas, com códigos de cores diferentes para assinalar cada caso, desde o acompanhamento de grávidas, até casos de diabetes, doenças do coração e outros tipos de enfermidade (informação verbal<sup>49</sup>).

---

<sup>45</sup> KUREBAYASHI, Fernanda. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>46</sup> SILVA, Dorotéia de F. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mar. 2014.

<sup>47</sup> NEVES, Maria de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>48</sup> CASTRO, Maria A. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mar. 2014.

<sup>49</sup> CASTRO, Maria A. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mar. 2014.

Um dos pontos que chama a atenção e é mencionado por muitos entrevistados como um dos sintomas de modificação da paisagem rural é a presença da agricultura orgânica como indutor importante para a economia local. Para os entrevistados, o crescimento da agricultura orgânica representa uma decorrência da demanda gastronômica de pousadas, bares e restaurantes, notadamente no setor de alimentos orgânicos, inclusive gerando a criação de um espaço para o produtor rural denominado “Feira de Alimentos Orgânicos”.

Maristela Caneppei, sócia da empresa Orgânicos da Mantiqueira, que comercializa produtos certificados, relata que o movimento dos orgânicos se originou de uma visita de uma equipe do Sítio A Boa Terra, de Itobi, no estado de São Paulo; um dos pioneiros na agricultura orgânica no Brasil; ao município de Gonçalves com o objetivo de criar um polo de produção de alimentos orgânicos, no ano de 1999. A empresa ‘Orgânicos da Mantiqueira’ foi criada em abril de 2003, juntamente com a associação de produtores (que não mais existe) e que era formada inicialmente por 36 produtores. Os sócios iniciais foram Maristela, Vilma de Melo e Fio (José Rodrigues, atual prefeito de Córrego do Bom Jesus). O projeto consistia em oferecer apoio na compra de insumos para os produtores associados, o que reduz os custos, além de embalar e comercializar cestas de produtos para o consumidor final e produtos para venda no atacado. O formato de empresa foi adotado para evitar a morosidade das decisões, apontado como uma das características das associações e cooperativas formais. A maioria dos agricultores é local, com uma ou duas exceções. A certificação sempre foi coletiva, realizada inicialmente pelo IBD Certificações com o selo IBD Orgânico; mas atualmente a certificação é feita pela ECOCERT (informação verbal<sup>50</sup>).

Atualmente a empresa conta com 5 sócios, 16 parceiros associados (certificados sob o leque da empresa) e 26 parceiros fornecedores, todos certificados. A feira dos orgânicos, que existia de forma esporádica desde a fundação da empresa, passa a ser permanente a partir de 2006. O principal produto são as cestas de legumes e verduras, cujos itens são alterados toda semana em função da sazonalidade. As cestas são apresentadas em dois tamanhos: com 6 (solteiro) ou 10 itens (da estação). Hoje o grande mercado de atacado é a região da Grande São Paulo, onde os produtos são comercializados através de distribuidores. Hoje a cadeia de orgânicos abastece pousadas, restaurantes e cozinhas locais; mas a cidade ainda não sustenta a produção. A feirinha dos orgânicos funciona todos os sábados das 09 às 13 horas, com a comercialização de produtos orgânicos e artesanais. A comunidade frequenta muito as

---

<sup>50</sup> CANEPELI, Maristela. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

atividades culturais promovidas pela empresa, mas 95% dos clientes da feira são turistas (informação verbal<sup>51</sup>).

Maristela vivenciou todo o momento de transição da agricultura em Gonçalves, bem como a expansão das atividades turísticas na zona rural:

*Quando cheguei à Gonçalves em 2000, a agricultura convencional já havia acabado, porque as condições geográficas e logísticas não eram favoráveis à agricultura de larga escala. Conheci muitos agricultores falidos e que tinham largado a agricultura convencional. Os grandes plantadores de batata, que haviam arrendado terras no município, transferiram suas atividades para a região do Triângulo Mineiro, praticando uma agricultura totalmente mecanizada. Foi por isso que começamos a pensar na agricultura orgânica para cá. Volume menor e valor agregado maior. Mas ainda assim vejo que Gonçalves não buscou uma alternativa agrícola, buscou uma alternativa turística. O movimento dos orgânicos é algo isolado, as pessoas na verdade não querem mais saber de agricultura. O turismo representou uma alternativa à agricultura, e as pessoas embarcaram nessa alternativa (informação verbal<sup>52</sup>).*

A APA Fernão Dias é outro fator relevante a discutir quando se trata da modificação do panorama rural do município. O fato de o município estar localizado integralmente dentro de uma Área de Proteção Ambiental quando do início da expansão do turismo pode ser visto como um fator limitador à degradação ambiental; e como um dos fatores que puseram fim as lavouras tradicionais de batata, já que a legislação proibia o uso de agrotóxicos e biocidas no território protegido.

Na análise de conteúdo das entrevistas, o tema APA torna-se relevante pela ausência, já que das 21 pessoas entrevistadas, apenas uma pessoa mencionou espontaneamente a existência e a importância da APA (Fernanda Kurebayashi); enquanto dos outros entrevistados tiveram de ser inquiridos sobre o tema, que resulta polêmico, pois apesar da concordância sobre a legislação ambiental ter limitado de alguma forma à degradação, nem todos compartilham a ideia de que a APA tenha justificado todo o custo de sua criação.

Kurebayashi afirmava em 2002 que a implantação e regulamentação da APA; então em processo; afetaria o município principalmente pela proibição à utilização de biocidas e pelas restrições colocadas ao pastoreio intensivo, de forma que “a agropecuária orgânica e biodinâmica (que restringe o plantio em terrenos com acentuada declividade) se apresentam como alternativas expressivas de cultivo e manejo” (KUREBAYASHI, 2002, p.49).

---

<sup>51</sup> CANEPELI, Maristela. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>52</sup> CANEPELI, Maristela. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

Maria de Lourdes das Neves, prefeita municipal, considera a questão da APA como ambígua, com aspectos positivos e negativos para o município:

*Gonçalves é o único município totalmente dentro da APA Fernão Dias. A APA por um lado engessou a ação da população, mas por outro lado auxiliou a preservação ambiental. Somos muito vigiados em função de APA, principalmente por causa de denúncias. A Polícia Ambiental diz que Gonçalves é o município mais visitado do Sul de Minas (informação verbal<sup>53</sup>).*

Essa questão das denúncias ambientais é um ponto de discórdia entre locais e turistas, pois toda a fiscalização exercida pelas autoridades ambientais do estado e pela polícia ambiental de Minas Gerais baseia-se em denúncias de violação da legislação em vigor. Para Fernanda Kurebayashi, a APA foi a razão principal de preservação do patrimônio ambiental de Gonçalves, “*notadamente em função do volume de denúncias, que cerceia e inibe a ação predatória das pessoas*” (informação verbal<sup>54</sup>). Isabel Lira discorda desse raciocínio, embora considere a APA um fator limitador; ela lembra que a frequência de denúncias, principalmente das pessoas de fora contra os locais, acabou gerando situações desagradáveis, (informação verbal<sup>55</sup>). O ex-prefeito José Francisco Neto, critica a postura de algumas pessoas que vieram de fora e compraram propriedades no município: “*o turista compra uma propriedade aqui e quer receber cinco mil metros limpos, mas não admite que o seu vizinho faça nada com os 20 mil metros que possui*” (informação verbal<sup>56</sup>). Para Maristela Caneppei, o que fez Gonçalves ficar preservada foi a questão econômica, a falta de alternativas agrícolas num município que dependia exclusivamente da agricultura e o surgimento do turismo como alternativa econômica viável: “*houve mais uma estética do que uma consciência, mas isso ajudou a preservar a paisagem*” (informação verbal<sup>57</sup>). Porém uma afirmativa que aparece com frequência nas falas dos moradores há mais de trinta anos em Gonçalves, é que a área coberta por mata é bem maior em Gonçalves hoje do que há trinta ou quarenta anos atrás, inclusive nas cercanias do centro urbano.

---

<sup>53</sup> NEVES, Maria de L. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>54</sup> KUREBAYASHI, Fernanda. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>55</sup> LIRA, Isabel. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>56</sup> NETO, José F. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), fev. 2014.

<sup>57</sup> CANEPELI, Maristela. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

#### 4.2.2.3 O Desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local de Turismo

Ao analisar o processo de expansão e desenvolvimento turístico de Gonçalves pela perspectiva da tipologia de arranjos produtivos locais do Ministério do Turismo apresentada no item 3.2.3, é possível inferir, em um primeiro momento de análise, que Gonçalves possui todas as características de um **Agregado Produtivo Local de Turismo**: presença de todos ou quase todos os subsetores das atividades de Turismo; relevância das atividades de Turismo na economia local; relevância das empresas de pequeno porte no total dos estabelecimentos ligados ao Turismo; definição de uma clara vocação ao turismo, com reconhecimento local, regional, nacional ou internacional.

Em Gonçalves podemos observar a existência de praticamente todos os subsetores do Turismo (conforme descrito em 4.2.1), quais sejam pousadas, restaurantes, agências receptivas, comércio local voltado ao turista e opções de entretenimento e lazer (ligados ao ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura). Esses estabelecimentos possuem portes diferenciados, mas pode-se considerar que a estrutura produtiva de Gonçalves seja formada por empresas de pequeno porte, com a predominância de microempresas de administração familiar.

A quase totalidade dos empreendimentos possui o perfil de micro e pequena empresa; na maior parte dos casos são empresas familiares administradas por pessoas que nasceram em Gonçalves ou que se estabeleceram na cidade há mais de dez anos. As pousadas têm em geral entre oito a dez unidades habitacionais, com uma média de dez funcionários. Outros elementos da cadeia produtiva como bares, restaurantes, lojas e artesanato não fogem a esse perfil de micro e pequena empresa.

Quanto a relevância do turismo para a economia local, demonstrada em grande parte deste capítulo, é importante salientar que de 115 empresas atuantes no ano de 2012; 93 estavam exclusivamente ou em grande parte vinculadas à atividade turística; sendo 32 pousadas, 38 serviços de alimentação; 2 receptivos, 4 serviços de entretenimento, 14 lojas de artesanato e 3 empórios gastronômicos; sem contar a importância do turismo para atividades do setor comercial como: depósitos de material de construção, drogarias, supermercados e lojas de roupas. Isso significa que 80% das empresas instaladas no município tem na atividade turística sua principal razão de existência. Também é passível de destaque o fato de que a área de serviços participa com 68% no PIB do município, conforme mostra a tabela 6 (IBGE,

2013; PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2013b). Nesse sentido é flagrante o contraste com a realidade do município em 2002, conforme descrito por Kurebayashi: “no centro urbano, as atividades econômicas ainda não se dedicam à prestação de serviços ao turista. São na maioria comércio de produtos agrícolas, mercearias e lojas de material de construção, bares e supermercados” (KUREBAYASHI, 2002, p.62).

Quanto ao reconhecimento nacional da vocação turística do município, pode-se citar o destaque dado à Gonçalves no Guia 4 Rodas Brasil 2013 (descrito no item 4.2.1), no qual o texto relativo à cidade ocupa duas páginas, além de reportagens em revistas de turismo de circulação nacional. Embora não existam dados sobre a demanda do turismo no município, há um consenso entre os entrevistados sobre o perfil e a procedência do turista que frequenta Gonçalves; com o reconhecimento de um caráter seletivo do turismo da cidade, majoritariamente elitizado, seja pelo preço das pousadas e restaurantes, seja pelo serviço inexistente de transporte coletivo intermunicipal; mas vêem o fato como positivo, já que teoricamente o turista que frequenta o município seria bem informado e mais consciente de sua responsabilidade. Vera Ribeiro, atual diretora de turismo do município, define dessa forma o perfil do turista que visita Gonçalves: *“o turista que frequenta Gonçalves é majoritariamente da cidade de São Paulo, com perfil de classe média alta. Ótimo público, de bom nível financeiro e cultural, que busca descanso, tranquilidade, hospitalidade, boa gastronomia e contato com a natureza”* (informação verbal<sup>58</sup>).

Essa percepção do turista confirma a caracterização do turista que busca o chamado turismo alternativo, caracterizado na visão de Cavaco (1996), como sendo referente às formas de turismo que respeitam a capacidade de carga do local, com conservação do patrimônio turístico natural e cultura. Segundo a autora, este tipo de turismo atrai uma clientela que é “de alto nível de educação, relativamente abastada, adulta, com permanência quase sempre longa, gastos frequentes, bom comportamento, respeitador do meio, dos seus recursos turísticos e da sua gente” (CAVACO, 1996, p.105).

Pode-se perceber que Gonçalves preenche a totalidade dos atributos de um Agregado Produtivo Local, dada a importância da atividade do Turismo para o local (e o reconhecimento nacional de que lá se encontra uma área de atração turística); o número significativo de empresas e de subsetores presentes na localidade e a sua relevância no

---

<sup>58</sup> RIBEIRO, Vera J. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mai. 2013.

número total de empresas e o perfil de micro e pequenas empresas que caracteriza os negócios no município.

Mas Gonçalves não pode ser classificado apenas nessa tipologia, visto que possui os requisitos suficientes para ser designado como **Arranjo Produtivo Local Incipiente**, como a existência de organizações de apoio e de representação.

O COMTUR foi criado no dia 4 de Dezembro de 2000, pela lei municipal 775, com a finalidade de coordenar, incentivar e promover o turismo no município; com composição prevista de nove membros, quatro representantes do poder público e cinco representantes da comunidade. Neste mesmo ano foi criada a Diretoria de Turismo e Cultura; no último ano da primeira gestão do prefeito José Francisco Neto (1997-2000). O portal da cidade seria construído em 2002. A cidade começava a perceber que a atividade turística estava se expandindo. Mas não houve uma continuidade conforme pode se inferir de depoimento de Danielza Ferreira; proprietária da Pizzaria Porão e da loja de artesanato Armazém de Pano; que dirigiu a Divisão de Turismo entre 2006 e 2008:

*Em junho de 2006 assumi a divisão de turismo. Até assumir o departamento não tinha a noção da dimensão do que estava acontecendo. O departamento não tinha estrutura nenhuma, sequer um funcionário, nem computador. O portal não funcionava, era usado como depósito pela prefeitura. Havia de setecentos a mil mensagens de email não respondidas. Comecei o trabalho pela leitura das mensagens pendentes. Foi então que descobri a nossa filiação ao Circuito Serras Verdes. Sem o apoio do apoio do circuito Serras Verdes não teria conseguido iniciar o trabalho. Nessa época, começava a se falar do ICMS turístico. Fizemos o inventário turístico e levamos a Diretoria de Turismo para o portal. O site da cidade já existia, mas estava desatualizado. Mas não havia dinheiro para o turismo, e o COMTUR não funcionava. Fui exonerada pelo prefeito em dezembro de 2008, sem razão aparente. Entre a minha gestão e a anterior foram sete meses de hiato e depois da minha gestão demorou um ano até entrar a diretora seguinte. O apoio ao turismo só começou com a definição do ICMS turístico, aí correram para reabrir o portal, fazer o COMTUR funcionar e colocar dinheiro no FUMTUR. Antes, o único apoio era do Circuito Serras Verdes. Não, havia material de divulgação, nem apoio das pousadas e nem da Serração (informação verbal<sup>59</sup>).*

O depoimento de Danielza Ferreira é corroborado por Isabel Lira; proprietária da Pousada Bicho do Mato e do Restaurante Sauá; membro efetivo do COMTUR de 2002 a 2012. Isabel conta que em 2002 o COMTUR já existia, mas não funcionava, era só de fachada. Nessa época as o COMTUR funcionava de maneira irregular com apenas 3 pessoas

---

<sup>59</sup> FERREIRA, Danielza. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), jan. 2014.

participando das reuniões; ela (Isabel Lira), a diretora de turismo e um representante da municipalidade, sem apoio ou interesse da prefeitura. Confirma que a mudança começa em 2009, á época das discussões na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre a lei que regulamentava o ICMS Turístico (lei 18.030/2010); embora neste ano (2009) a cidade não tivesse um diretor de turismo nomeado pelo prefeito. Afirma que posteriormente, a situação se alterou positivamente, na gestão da diretora de turismo Marília Ribeiro. Atribui o fato ao interesse da prefeitura em obter o recurso, à personalidade agregadora da nova diretora de turismo e à entrada de novos membros no Conselho de Turismo, com o aumento da frequência das reuniões e da presença dos membros. Lembra que todos os assuntos relativos ao município eram debatidos, e que inclusive se entrou em conflito com decisões da Câmara de Vereadores; porque se procurava informar ao público o que estava acontecendo na cidade. Foi também a época 2009-2010, que o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico começou a ser discutido, servindo como momento de reflexão e debate (informação verbal<sup>60</sup>).

Em função da necessidade de adequação às exigências do ICMS turístico, parte da legislação municipal relativa ao turismo foi modificada, com a criação de um novo Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo (lei municipal 917/2008); e em 2010, com a instituição de uma Política Municipal de Turismo, com o propósito de regulamentar a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável (lei municipal 964/2010). A composição do COMTUR foi alterada para sete membros, invertendo a proporção a favor do setor público, que agora contava com mais membros do que o setor privado.

A importância crescente do turismo nos últimos anos pode ser dimensionada pela análise do orçamento da municipalidade, principalmente após a promulgação da lei que regulamentava a distribuição da cota parte do ICMS Turístico. O orçamento municipal do turismo cresceu percentualmente de 0,34% do orçamento total da Prefeitura no ano de 2009, para 0,74% em 2010; e dobrou de tamanho em 2011, atingindo o percentual de 1,55% do orçamento municipal. O mesmo crescimento se observa em relação aos gastos per capita com o setor de turismo, que passaram de R\$5,42 em 2009, para R\$16,41 em 2010; e para R\$32,74 em 2011. Por conta do cumprimento das exigências relativas à distribuição do ICMS, o

---

<sup>60</sup> LIRA, Isabel. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

município recebeu suas primeiras cotas no ano de 2011, perfazendo o total de R\$95.587,01 recebidos.

Outra instância de governança relevante no município é a Associação Pró-Turismo de Gonçalves – SERRAÇÃO; associação de empresários do setor turístico que reúne donos de pousadas e restaurantes; com a finalidade de discutir, divulgar e auxiliar na condução do processo do turismo na cidade. A SERRAÇÃO surgiu no ano de 2000 pela iniciativa de alguns empreendedores: donos de pousada e comércio. A contribuição é mensal e o principal objetivo é a divulgação da cidade. A associação mantém um sítio de divulgação de Gonçalves desde 2000 (gonçalvestur.com.br), tendo sido este o primeiro instrumento de divulgação do município na internet. As principais ações são a manutenção do site, ações publicitárias na rádio Band Vale e revistas de turismo, e ações pontuais como apoio à Diretoria de Turismo e ao COMTUR na realização de eventos (informação verbal<sup>61</sup>).

Existem ainda no município outras formas de associação, como associações comunitárias de bairro e associação de artesãos, em alguns dos bairros rurais; e uma associação de bananicultores no bairro do Lambari. Dada a presença de instituições formais de apoio e representação, pode-se afirmar que Gonçalves cumpre os requisitos característicos do Arranjo Produtivo Local Incipiente.

Para definir uma Aglomeração Setorial de Turismo são necessárias informações quantitativas relativas ao número de estabelecimentos, emprego, valor adicionado nos subsetores ligados ao Turismo e de todos os demais subsetores, de forma a verificar a participação do setor turístico frente aos demais setores. Para a definição do Arranjo Produtivo Local Incipiente, é necessário detectar a presença de organizações de apoio e representação formais, como organismos municipais de turismo, associações de empresários e associações comunitárias e de trabalhadores.

No entanto, para avaliar se uma localidade é um **Arranjo Produtivo Local de Turismo em Desenvolvimento** torna-se necessário avaliar a qualidade das relações entre empresas do setor e a qualidade da interação entre as empresas e os demais atores da sociedade local. Nesse trabalho, buscou-se proceder a esta avaliação por meio das entrevistas

---

<sup>61</sup> LIRA, Isabel. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

e da análise das atas do COMTUR, visto que as atas da SERRAÇÃO não puderam ser acessadas.

Para que se comprove a existência de um Arranjo Produtivo Local em Desenvolvimento é fundamental a existência de ações conjuntas de caráter cooperativo intra e inter-subsetores de turismo, bem como a existência de cooperação entre os setores público e privado, mesmo que de forma embrionária e localizada.

No município de Gonçalves podem ser observadas algumas práticas de cooperação, não apenas entre empresários de diferentes subsectores do turismo, mas também entre a prefeitura, por intermédio da Diretoria de Turismo, o COMTUR e a associação de empresários. Embora sejam ações pontuais, voltadas principalmente para a divulgação da cidade, para a realização de eventos (como o Festival de Inverno e o Festival de Gastronomia e Cultura de roça), ou em situações eventuais; não se pode negar há existência de tais formas de cooperação dentro dos canais existentes, o que por si só já configuraria o atual estágio de desenvolvimento do município como um Arranjo Produtivo Local em Desenvolvimento.

O protagonismo local na condução do processo seria em tese garantido pela atuação do Conselho Municipal de Turismo, cuja composição prevê a participação dos variados segmentos da comunidade envolvidos com o turismo, com representantes indicados dos setores de: hotelaria, artesanato e comércio; e que se reúnem periodicamente com representantes indicados pelo poder público para discutir sobre a questão do turismo.

Marília Ribeiro, Diretora de Turismo do município entre os anos de 2010 e 2012, conta como o panorama do turismo começava a ser alterado, á medida em que o município toma consciência de sua vocação turística:

*Quando começamos a fazer o plano diretor da cidade, fizemos oficinas nos bairros e o plano foi participativo. A cidade já reconheceu que a vocação do município é turística, a proposta do plano diretor foi pensada em cima disso. No Plano Municipal de Turismo de 2010, os empresários participaram ativamente e demonstraram preocupação quanto ao futuro do município. Porém as metas propostas têm de ser revistas. Na minha gestão, o COMTUR era um conselho dos sonhos, pois era uma equipe que era unida e muito trabalhadora, e mesmo quem não era do conselho participava. Poucos jogaram contra. A criação de eventos era a melhor forma possível de se mobilizar a comunidade com os recursos que tínhamos, visando a atrair turistas em épocas pouco movimentadas, mas também mobilizar e atender os locais (aniversário da cidade, festival gastronômico, festival de inverno). O município conseguiu o ICMS turístico, cujo dinheiro era depositado no FUMTUR, mas sempre pudemos contar com apoio do comércio e dos donos de*

*restaurantes e pousadas. A Serração é mais fechada, mas foi uma grande parceira no último ano de gestão (informação verbal<sup>62</sup>).*

Fernanda Kurebayashi, membro do COMTUR entre 2010 e 2012 têm posição análoga em relação ao funcionamento do órgão como instância de governança capaz de produzir ações de cooperação entre o setor público e o setor privado e de mobilização da comunidade. Em sua opinião a cidade não tem recursos para investir no turismo, o ICMS turístico é muito pequeno e o orçamento do turismo está preso a ele. Então a forma possível é a construção de parcerias que possibilitem unir forças e realizar ações, mesmo que com poucos recursos. Afirma que nestes anos de gestão da diretora Marília Ribeiro (2010-2012) o funcionamento do COMTUR foi de parceiro da prefeitura, participando ativamente da elaboração da política de turismo. Apesar de não ser muito grande o número de pessoas presentes às reuniões do órgão, ela afirma que: *“nós mobilizamos as outras pessoas, que acabam participando, um exemplo é o festival gastronômico, onde você pode ver todos participando, inclusive os produtores rurais e agricultores orgânicos”* (informação verbal<sup>63</sup>).

De fato, a partir de 2010, foram criados dois festivais com o objetivo de movimentar a economia da cidade: o Festival de Inverno, organizado pela Prefeitura Municipal e pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, em sua 3ª edição no ano de 2012; e o Festival de Gastronomia e Cultura de Roça, também organizado pela Prefeitura Municipal e pelo COMTUR no mês de Outubro, e que teve a sua 2ª edição em 2012.

Na análise das atas do ano de 2012, é possível comprovar a existência de intensa atividade organizativa, com a realização de doze reuniões no ano, uma a cada mês, com a presença dos conselheiros e da comunidade variando entre 4 pessoas (reunião do dia 12/11-avaliação do festival gastronômico) a 25 pessoas (reunião do dia 27/09 – preparatória do festival gastronômico); com uma média de doze pessoas por reunião, acima do número de sete membros titulares do COMTUR. Dentre as atividades desenvolvidas ou debatidas pelo COMTUR no ano de 2012, estão: a realização do inventário turístico; a discussão das metas previstas no Plano Diretor do Turismo (2010), a realização da Festa de aniversário da cidade; a discussão sobre o tratamento do lixo e adequação do recolhimento; a sinalização turística; a elaboração do guia institucional (que seria lançado ainda em 2012); o Festival de Inverno; a

---

<sup>62</sup> RIBEIRO, Marília. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), out. 2013.

<sup>63</sup> KUREBAYASHI, Fernanda. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

parceria com o SENAC-MG para a realização de cursos na área de gastronomia; a participação de Gonçalves no Salão Mineiro de Turismo, junto ao Circuito Serras Verdes do Sul de Minas; o pré-lançamento do Festival de Gastronomia na cidade de São Paulo; o Festival de Gastronomia e Cultura de Roça; a reestruturação do site institucional da Prefeitura; a programação do calendário de eventos; o desfile de carros de boi; o aumento de lixeiras na área rural; a atualização das redes sociais de perfil no Facebook e do blog institucional; e a formatação das parcerias com o SEBRAE para realização de cursos (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2012b).

Ao se comparar o rol de atividades realizadas, com as competências previstas na lei municipal 917/2008, que criou o novo COMTUR, observa-se que o órgão cumpriu regularmente suas atribuições, conforme relatado com frequência nas entrevistas em que esta categoria temática aparece. Dentre as competências listadas destacam-se formular o Plano de Desenvolvimento do turismo Sustentável (realizado em 2010); deliberar sobre projetos, e planos da diretoria Municipal de Turismo; estimular a participação e o debate amplo com a comunidade na decisão das políticas públicas para o turismo; definir a estratégia de divulgação para a sociedade, garantindo a circulação de informações; elaborar estratégias de negociação com a administração pública municipal, monitorar e avaliar as ações da administração pública na execução do Plano de Turismo; estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços públicos e privados; colaborar na elaboração do calendário turístico do município; diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico; promover, deliberar ou sugerir a celebração de convênios; propor formas de captação de recursos para o turismo; monitorar o crescimento do turismo no município; contribuir para campanhas de conscientização da comunidade; estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre serviço público municipal e o prestado pela iniciativa privada e sociedade civil; entre outras competências - Lei Municipal 917/2008, artigo 5º - (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2012b).

Outro exemplo de mobilização da comunidade para a discussão de assuntos pertinentes ao setor turístico ocorreu durante a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável. A proposta do plano era a de realizar um inventário turístico do município, uma análise situacional do turismo e uma proposta de metas e linhas de ações para o desenvolvimento do turismo no município, especificando a metodologia, o monitoramento e avaliação das diretrizes formuladas. O plano foi realizado com o apoio da

consultoria Habitus SV Sócio Ambiental, Ed., Administração e Atividades do Turismo Ltda. A diretoria de turismo contou com o apoio direto de nove empresas do setor de turismo, além de associações comunitárias de bairro, com destaque para a do bairro Sertão do Cantagalo. A metodologia prevista era de elaboração participativa, com a realização de oficinas nos diferentes bairros rurais do município entre os dias 14 e 29 de Março de 2010. O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável propunha seis linhas principais de ação, dentro das quais foram estipuladas metas específicas a serem cumpridas, dentro de prazos que variavam de um a vinte e quatro meses a partir da aprovação do plano. As seis principais linhas de ação definidas foram: Infraestrutura básica e de apoio turístico do município; fortalecimento da instância de governança municipal; qualificação empresarial e profissional; sistemas de informação e monitoramento; marketing do destino e oferta de produtos e roteiros turísticos (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2012b).

Nas reuniões realizadas pelo COMTUR em 2012; nas quais foram discutidas algumas questões pertinentes ao plano de turismo; percebe-se pela fala dos conselheiros que grande parte das metas propostas haviam sido cumpridas: foi realizado o diagnóstico turístico e formulado um plano de trabalho, assim como foi feita a adequação do portal para funcionar regularmente como órgão de recepção e informação turística do município (infraestrutura básica e de apoio turístico do município); o COMTUR como instância foi fortalecido e passou a ser sediado no portal turístico (fortalecimento da instância de governança municipal); foram trazidos cursos de qualificação profissional na área de hospedagem e gastronomia em parceria com SENAC e SEBRAE (qualificação empresarial e profissional); foi criado um calendário de eventos (sistemas de informação e monitoramento) e foram contratados os serviços de uma assessoria de comunicação profissional (marketing de destino). Havia ainda problemas com a sinalização turística (oferta de produtos e roteiros turísticos); e ainda não haviam sido feitos nem o projeto de lei de regulamentação turística, nem o plano de ação para o turismo rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES, 2012b).

Por outro lado, pode-se afirmar que tem havido grandes dificuldades de mobilização e cooperação do empresariado do setor turístico, como pode ser notado pelo pequeno número de associados da Associação Pró-turismo de Gonçalves – SERRAÇÃO; problema que permanece desde a fundação em 2000. Kurebayashi analisando o papel da associação dois anos depois de sua fundação afirmava que: “o comércio está relativamente organizado há algum tempo numa associação comercial (SERRAÇÃO), mas que efetivamente não

demonstrou força política nem mobilização evidente, encontrando-se inexpressiva atualmente” (KUREBAYASHI, 2002, p.62). Atualmente a SERRAÇÃO, possui quinze associados, sendo 12 pousadas e três restaurantes (índice percentual de associatividade de 37,5% das pousadas; de 7,8% em relação aos serviços de alimentação; e de 18,75% se considerado o número total de empresas envolvidas exclusivamente ou em grande parte ao setor turístico).

Em seu estatuto a Associação Pró-turismo de Gonçalves afirma ter os seguintes objetivos: desenvolver ideias, projetos e ações para o desenvolvimento do turismo no município, agindo independentemente ou em parceria com outras entidades, atuando também como um facilitador de comunicação entre a iniciativa privada e órgãos como Conselho Municipal de Turismo, SEBRAE e outros; criar clima propício ao debate de ideias e à união dos associados em torno de projetos positivos a fim de executá-los; atuar como força organizadora, representativa e reivindicatória junto a órgãos, empresas e entidades, governamentais ou não; agir dentro de parâmetros que permitam a promoção e preservação dos valores socioculturais e ambientais da região, que são justamente a base sobre a qual o desenvolvimento turístico do município deve ocorrer; manter serviços de utilidade tais como assessorias, cursos, palestras, treinamentos, divulgação de estudos e pesquisas e qualquer outra informação que auxilie no desenvolvimento das atividades de seus associados; promover a aproximação e integração da Associação com a comunidade local e a sociedade em geral, participando, debatendo e interferindo em questões de interesse de seus associados; desenvolver um trabalho permanente de divulgação do município com suas potencialidades turísticas e melhores valores naturais e humanos e, quando necessário, orientar os associados na confecção de material publicitário próprio; buscar através de meios legais e adequados recursos para consecução de projetos e para a manutenção da Associação; e agir com espírito de equipe, rejeitando ações isoladas ou que utilizem a Associação para promoção pessoal, política ou religiosa.

Segundo Isabel Lira; que além de secretária geral da SERRAÇÃO é proprietária da pousada Bicho do Mato e do restaurante Sauá; a associação se reúne quatro vezes por ano, com todo o restante da comunicação realizada por email. Ela informa que a associação tem se limitado à divulgação do município através da manutenção do sítio na internet; à participação nos eventos promovidos pela Diretoria de Turismo do município e a divulgação das empresas dos associados. Revela ainda a existência de um banco informal de vagas entre os associados,

de forma que nos períodos de temporada e feriados, existe uma espécie de intercâmbio de clientes entre as pousadas. Afirma que o diálogo com a prefeitura começou há pouco tempo, mas especificamente na gestão da diretora Marília Ribeiro, não existindo antes qualquer forma contata formal, embora alguns membros da associação participassem individualmente do COMTUR. Relata que apenas quatro ou cinco sócios comparecem regularmente às reuniões trimestrais. Em sua avaliação a maior dificuldade de participação é cultural, pois as pessoas não têm consciência de que tem o direito de participar, de opinar; *“da parte dos empresários não há união, a não ser em ocasiões pontuais de incômodo, que acaba unindo as pessoas”* (informação verbal<sup>64</sup>).

Contudo, as entrevistas mostraram um alto grau de confiança entre os residentes, sejam nativos do local ou pessoas que vieram morar no município nos últimos quinze anos, o que poderia significar a existência de um potencial de desenvolvimento de capital social, indispensável às ações de parceria e cooperação. O fato da maior parte das empresas instaladas ter o perfil de micro e pequena empresa é um fator facilitador, pois este tipo de empresa tende a apresentar maiores vínculos e *“por ter uma relação afetiva com o local (em função da família, das tradições, da cultura – diferentemente de um empresário cosmopolita)”* (Brasil, 2006b, p.7).

Segundo os entrevistados, a maior parte dos empresários que vieram adotou Gonçalves como seu novo lar, como uma nova opção de vida, oposta à que levavam nas grandes cidades onde habitavam: *“os pousadeiros tem preocupação com a cidade, eles adotaram Gonçalves; não há grandes investidores, não é o perfil, as pessoas queriam ficar aqui e montaram um negócio para sobreviver”* (informação verbal<sup>65</sup>); *“as pessoas vieram como opção de vida, pretendendo criar vínculos com o lugar”* (informação verbal<sup>66</sup>); *“as pessoas vieram por opção de vida, pois queriam viver num lugar bonito e tranquilo”* (informação verbal<sup>67</sup>). O termo opção de vida aparece com frequência para se referir aos empresários que vieram para Gonçalves, principalmente no período inicial de expansão do turismo. Essas falas são corroboradas pelos dados estatísticos, pois de 17 pousadas construídas entre 1995 e 2004, apenas 3 pousadas (17%) pertenciam a proprietários que não residiam no município (acrescente-se que das 3 pousadas, duas foram construídas em 2003 e 2004).

---

<sup>64</sup> LIRA, Isabel. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>65</sup> Castro, Benedito C. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>66</sup> LIRA, Isabel. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), set. 2013.

<sup>67</sup> RIBEIRO, Vera J. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), mai. 2013.

Porém esta é uma realidade que começa a se alterar, com um novo perfil de empresário buscando criar negócios no município: entre 2005 (ano da pavimentação do acesso, apontado como ponto representativo do crescimento do turismo) e 2012, foram construídas 14 pousadas, sendo 9 delas de proprietários que não residem em Gonçalves (65%). Alguns moradores começam a perceber esta mudança de perfil: *“hoje principalmente, o empreendedor que vem para cá, vê a cidade como negócio, o que é perigoso, pois o turismo se trata de um negócio sem regras”* (informação verbal<sup>68</sup>). Marília Ribeiro, ex-diretora de turismo do município (2010-2012) alerta para o risco que representa em sua opinião esta mudança de perfil: *“quando o empresário não vem morar na cidade, ele não tem compromisso com a qualidade de vida, já que pensa apenas no lado comercial do investimento, diferente do empresário, que mesmo de fora vem morar na cidade e cria uma afeição pelo local, passando a se preocupar com ele, pois é o lugar onde vive”* (informação verbal<sup>69</sup>).

O que pôde ser percebido é que o período de maior cooperação entre o setor público, a comunidade e o setor privado ocorreu entre os anos de 2010 e 2012, quando por força das exigências legais para a obtenção da cota do ICMS Turístico, a municipalidade teve de realizar um esforço para colocar em funcionamento um sistema municipal de turismo, com o funcionamento regular do COMTUR, a criação do FUMTUR e a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico. A partir destes fatos, foram criados os festivais de Inverno e de Gastronomia, que representaram um ponto importante de mobilização da comunidade e realização de parcerias. Neste aspecto, pode-se observar o papel fundamental das organizações públicas na mobilização e coordenação das diversas atividades e dos diversos agentes dispersos. A interação entre comunidade, empresas e o poder público é crucial para a aglutinação dos diversos atores em torno de um projeto comum de desenvolvimento local baseado no turismo (Brasil, 2006b, p.7). Embora a operação do setor turístico seja realizada pela iniciativa privada, o grau de interdependência da atividade turística e a importância vital que a existência de uma infraestrutura adequada tem para a satisfação do turista e do habitante local exige a participação ativa do setor público na gestão do processo, como demonstrado por Beni:

---

<sup>68</sup> CANEPELLI, Maristela. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), abr. 2014.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Marília. Entrevista concedida a Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), out. 2013.

A participação sempre crescente da iniciativa privada no desenvolvimento turístico diminui o papel do governo no sentido operacional, mas não no controle de gestão. O governo ainda detém a responsabilidade pela aceitação completa do turismo que desenvolve, assim como a responsabilidade total, coletiva, de assegurar que os benefícios auferidos do turismo, até mesmo financeiros, sejam obtidos mediante a satisfação, em primeiro lugar, das necessidades sociais, culturais e ambientais. As parcerias e as privatizações na gestão compartilhada não anulam, portanto, de forma alguma, o papel que o governo desempenha no turismo. (2002, p. 83).

Gomes (2008) analisando as dificuldades e os entraves principais para a consolidação de ações de cooperação e do fortalecimento das instâncias de governança no setor de turismo, aponta uma série de fatores críticos como: baixa frequência dos associados às reuniões, comportamento oportunista dos agentes, sentimento de concorrência entre os empresários, comportamento centralizador da diretoria, assimetria de informação entre os agentes e destes com a administração pública estadual e federal, racionalidade limitada dos agentes locais e dos agentes do ambiente institucional, baixo retorno dos ativos investidos e, em alguns casos, baixo fluxo de turistas nos circuitos.

Aplicando esta análise ao município de Gonçalves, pode-se perceber que o único fator apontado pelos entrevistados como fator crítico é a baixa frequência às reuniões, não sendo mencionada qualquer forma de comportamento oportunista, concorrência acirrada de empresários levando à competição predatória ou outros fatores críticos. Em nossa análise, esse falta de cultura associativa se deve ao fato do turismo ser um fenômeno recente e a algumas razões específicas relacionadas às características do município, tais como: a dispersão geográfica das pousadas e negócios turísticos por toda a extensão do município (acentuada pelo fato de que 74% da população vive em bairros rurais, alguns bastante distantes); à inexistência de objetivos comuns dos empresários (relacionada a pequena experiência no setor, visto que a quase totalidade dos negócios representa a primeira experiência do proprietário no turismo); ao fato da intensidade da demanda turística ter se acentuado há menos de dez anos; à recente organização de um sistema turístico municipal (2010); e à ausência de uma cultura associativa em um município que viveu a maior parte de sua existência dentro de um regime de agricultura de subsistência (com as pessoas vivendo isoladas em suas propriedades agrícolas e nos bairros rurais), onde os poucos momentos de reunião e conagração aconteciam nas festas religiosas.

Analisando as ações de cooperação entre os subsetores de turismo do Circuito, constata-se que a prática mais comum encontrada foi a realização de eventos feitos em

parceria entre as empresas e o poder público local, como acontece por ocasião do Festival de Inverno e do Festival Gastronômico e de Cultura de Roça. Também houve parceria entre empresas e poder público na elaboração do Guia de Turismo de Gonçalves (2012) e nas oficinas preparatórias do plano municipal de turismo (2010). Em relação à cooperação inter-subsetores, foram encontradas ações pontuais como no caso de meios de hospedagem, restaurantes e lojas que oferecem materiais promocionais de equipamentos de alimentação, de pousadas, e de lojas de artesanato; numa espécie de intercâmbio de divulgação entre os vários subsetores. A Diretoria de Turismo distribuiu no Portal do Município material promocional de pousadas, restaurantes, lojas e serviços de entretenimento; além de auxiliar o turista na reserva de vagas nas pousadas.

Assim, com base na aplicação da Tipologia de Arranjos Produtivos Locais de Turismo, pode-se dizer que este Circuito possui um Arranjo Produtivo Local de Turismo em Desenvolvimento. Contudo, e também em consonância com o que foi apurado, pode-se afirmar que as atividades conjuntas de caráter cooperativo são poucas e bem localizadas, o que permite dizer, que o município ainda tem muito que fazer para ser reconhecido como um Arranjo Produtivo Local de Turismo em Consolidação; dada a inexistência de ações coletivas intra-subsetor e inter-subsetores de grande vulto, bem como de instâncias de governança privadas capazes de efetuar a coordenação do processo, em que pese a existência da Associação Pró-Turismo de Gonçalves - SERRAÇÃO.

A literatura sobre arranjos produtivos locais ensina que a justaposição de empresas e instituições economicamente interligadas numa localidade geográfica específica interfere diretamente no seu desenvolvimento. Esta aglomeração e interligação, além de proporcionar ganhos de produtividade, também geram um ambiente propício para as inovações (BRASIL, 2006b). No município de Gonçalves, o nível de cooperação entre os atores locais está em seu processo inicial. Esta realidade verificada impede a configuração de um estágio mais avançado da atividade turística.

O aprimoramento da atividade turística é proporcional à capacidade de melhoramento e envolvimento de todos os atores que compõe esta cadeia, que por definição já nasceu com um caráter multisetorial. O papel de prover o desenvolvimento turístico em uma localidade é compartilhado tanto pelos agentes públicos, quanto pela iniciativa privada, bem como pelas organizações da sociedade civil e a população em geral, que invariavelmente percebe de

alguma forma os impactos do turismo. É evidente que os atores locais têm grande poder de transformação em uma destinação turística, influenciando por muitas vezes as várias instâncias do poder público a tomar medidas e ações que não seriam tomadas ou estavam previstas para períodos posteriores (SÁ, 2011).

A participação e o envolvimento da comunidade nos assuntos relacionados ao turismo têm de ser construída gradativamente, a partir da iniciativa do poder público, com a participação indispensável das associações de empresários, de moradores de bairro e comunidade em geral, aproveitando a existência de capital social efetivo, principalmente por conta do alto grau de relações informais e de laços afetivos que marca um município de pequeno porte. Este ponto merece especial atenção, pois sem um envolvimento real da população, não haverá maior consolidação da atividade turística local. No caso do setor de turismo, assim como em outros setores, esta nova cultura participativa e de comprometimento ainda está longe de ser consolidada (SÁ, 2011).

A literatura apresentada neste trabalho mostra que os destinos que conseguiram desenvolver um elo de participação, cooperação e autogestão, obtiveram o sucesso esperado no turismo de suas localidades. Igualmente importante é a interligação da cadeia produtiva do turismo para com os outros setores da economia local. Assim, quanto maior for o número de conexões internas entre o *trade* turístico e os demais setores da economia, menor a probabilidade de que seja necessário importar materiais de fora da região, estado ou país, fazendo com que os efeitos multiplicadores do turismo sejam mais acentuados na localidade; evitando a existência de “vazamento” de recursos para fora da localidade. Daí a importância da endogenia do processo econômico dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local.

É importante lembrar que o turismo não é uma panaceia que resolva todos os problemas do desenvolvimento, a atividade turística é “apenas ambígua, pois ao mesmo tempo em que promove riquezas, empregos, melhoria de vida [...] também produz pobreza, exclusão social e fragmentação do espaço” Lanzarini (2009, p. 9). Nesse sentido é possível afirmar que apenas ampliando os espaços de participação da comunidade no processo, tanto na implantação, como na gestão dos planos de turismo poderemos ambicionar que o turismo promova emprego, renda, melhoria de vida e outros benefícios para as populações locais. Sem a participação dos principais interessados, será muito difícil qualquer forma de desenvolvimento promovida a partir do turismo. Se apenas os interesses do mercado e do

capital forem atendidos e respeitados, à população local restará a exclusão, a descaracterização e o sentimento de que o turista não é um parceiro e sim um invasor, e que as relações por consequência não são de hospitalidade, mas apenas de conflito.

## 5 CONCLUSÃO

O estudo do processo de expansão do turismo no município de Gonçalves possibilitou um melhor entendimento do grau de envolvimento dos habitantes com essa forma de atividade econômica e do processo de transformação que levou o município ao desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local baseado no Turismo; fazendo com que no intervalo de tempo de menos de duas décadas o turismo despontasse como a principal força econômica do município.

No período entre 2000 e 2012, o município viu modificar-se radicalmente o panorama da zona rural, com a substituição da agricultura convencional pela exploração eco turística e o surgimento de novas alternativas para a agricultura na forma dos produtos orgânicos. Assistiu ao fim do êxodo de população jovem, que marcava a história do município desde a década de 70, e presenciou o novo século com uma economia pujante onde a taxa de desemprego é ínfima e na qual a maior parte da população tem as suas atividades profissionais voltadas para o turismo.

Após muitos anos tendo como base de sustentação econômica o setor agropecuário, principalmente com o cultivo extensivo da batata; o município começa a partir da primeira década do século XX a experimentar uma fase de expansão do setor turístico, com o surgimento de pousadas, restaurantes, locais de entretenimento, lojas de artesanato e outros serviços voltados para o turista.

A extensão da relevância do setor turístico no município pode ser comprovada pelos dados estatísticos que mostram que das 115 empresas existentes em Gonçalves no ano de 2012, 93 estavam exclusivamente ou em grande parte vinculadas à atividade turística. Isso significa que 80% das empresas instaladas no município tem na atividade turística sua principal razão de existência.

Mas foi no meio rural, onde se concentra aproximadamente 74% da população de Gonçalves que as mudanças foram mais significativas. Na zona rural da parte alta do município, em áreas antes voltadas para a agricultura convencional, surgiram pousadas, restaurantes, pequenas indústrias, lojas de artesanato, locais para aluguel de cavalos e outros serviços. Antigas atividades praticadas no meio rural, mas sem importância econômica até então, tais como atividades de fundo de quintal, hobbies pessoais e pequenos negócios

agropecuários foram transformados em importantes fontes de emprego e renda para os moradores. O que era pouco valorizado passou a integrar a cadeia produtiva do setor turístico, fazendo de atividades não agrícolas a principal fonte de emprego e renda na zona rural. Dessa forma, antigas sedes de fazenda se tornaram centros de recepção de pousadas; e sitiantes e agricultores encontraram alternativas não agrícolas que passaram de segunda renda para principal fonte de renda no meio rural, vindo a se empregar como caseiros; enquanto suas esposas e filhos encontravam empregos nas pousadas e serviços de alimentação.

O surgimento e a expansão da atividade turística ocorreram de forma espontânea, sem marcos notáveis; a partir do momento em que alguns turistas que vinham a Gonçalves regularmente começaram a comprar terras e a constituir negócios, o que motivou a vinda de mais turistas e a abertura de negócios por parte dos nativos do município. Apenas em 2010; pela necessidade de se adequar às exigências para recebimento do ICMS Turístico; que a municipalidade começou de fato a se preocupar em regular a atividade turística, com a promulgação de uma lei criando o novo COMTUR, o FUMTUR e com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável.

A expansão da atividade turística gerou uma série de impactos positivos no município. Na área agrícola, a transição de uma agricultura de tipo convencional para agricultura orgânica, ocasionou uma série de benefícios: ambientais, com a redução do uso de biocidas e agrotóxicos; sociais, com a redução de doenças fisiológicas e psíquicas; e econômicos, com a implantação de empresas de alimentos orgânicos e a criação de uma feira de alimentos orgânicos, tornando o município um polo de produção de alimentos orgânicos. Na área gastronômica, a abertura de vários restaurantes de diferentes tipologias tornou o município um polo gastronômico regional, propiciando a criação de um festival gastronômico. Na área institucional, o município estruturou uma política de turismo, possibilitando a criação do conselho municipal de turismo, do fundo municipal de turismo, a recepção da verba do ICMS; além do surgimento de uma associação de empresários (SERRAÇÃO). Na área socioeconômica, a abertura de negócios ligados ao turismo permitiu: aumentar os níveis de renda da população local e a receita da prefeitura; gerar um mercado de trabalho que não só ocupou mão de obra local como levou à importação de mão de obra das cidades vizinhas; diversificar as atividades econômicas; e expandir setores como a construção civil e o artesanato.

Os recursos econômicos provenientes da expansão do turismo permitiram uma melhoria das condições de infraestrutura da cidade, com a pavimentação do acesso ao município e a melhoria das condições de moradia e saneamento.

Gonçalves se encontra no estágio denominado Arranjo Produtivo Local em Desenvolvimento, caracterizado pela relevância do conjunto de empresas do setor em relação ao número total de empresas do local, pela existência de organizações de apoio e representação e de práticas de cooperação entre o setor público e privado, mesmo que embrionária. Esse é exatamente o caso de Gonçalves onde a consciência da necessidade de planejar, monitorar e avaliar as ações públicas e privadas e os impactos do turismo tem origem muito recente; em parte pela ação do poder Público em organizar um sistema turístico local; em parte pelas externalidades negativas que o município começa a sentir. Porém, mesmo com a existência de instituições públicas e privadas capazes de alavancar o processo, a participação dos moradores ainda é baixa, com as poucas ações de mobilização surgindo por ocasião de eventos e festivais. Ficou compreendido que a articulação dos agentes para o desenvolvimento do turismo na região é algo relativamente novo, que precisa ser trabalhado dentro de estratégias específicas para o desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. IN: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (orgs.) **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Brasília-DF: SEBRAE, 2004. 25-69 p.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. Projeto de pesquisa políticas para promoção de sistemas produtivos locais de MPME brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, Redesist, Finep, Sebrae, 2002.
- ALBUQUERQUE, F.; ZAPATA, T. Importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil. In: DOWBOR L.; POCHMANN, M. (orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania, 2010. 211-226p.
- ALMEIDA, M. G. de. Desenvolvimento Turístico ou Desenvolvimento Local? Algumas Reflexões. In: **Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local**. 03 a 06 de Novembro de 2004. Curitiba-PR.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, n. 14, Dez de 1996. 35-74 p.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, n. 23, Jun de 2001. 261-286 p.
- ANDRADE, João Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 2ªed. São Paulo: Ática, 1995.
- ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL FERNÃO DIAS. **APA Fernão Dias**. Disponível em: < <https://sites.google.com/site/apafernaodias/> >. Acesso em: setembro de 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BACAL, Sarah S.; MIRANDA, Sonia M. de A. Impacto do turismo nos núcleos receptores: necessidade de normatização. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BAPTISTA FILHO, Almir C. de Carvalho. **Dinâmica, Determinações e Sistema Mundial no Desenvolvimento do Capitalismo nos termos de Theotonio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo**. Uberlândia, 2009. 98 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.
- BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas: Papyrus, 2000.

BATISTA, Grace M. **Turismo e desenvolvimento local**: uma alternativa para as comunidades brasileiras. 5.º Encontro Nacional de Empreendedorismo, UFC, 2003.

BECKER, Berta K.; EGLER, Claudio A. **Brasil: uma nova potência na economia do mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BEDUSCHI FILHO, L. C. & ABRAMOVAY, R. Desafios para gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)**. 27 a 30 de Julho de 2003. Juiz de Fora - MG, 23p.

BENEVIDES, Ireleno P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia do desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BOISIER, S. Desarrollo regional endógeno en Chile. ¿ Utopía o necesidad? **Ambiente y Desarrollo**, Vol. IX-2, CIPMA, Santiago de Chile, junio 1993, p.42-45

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**. 1999.

BOISIER, S. **Conversaciones Sociales y Desarrollo Regional**. Talca: Editorial de la Universidad de Talca, 2000.

BOISIER, S. Desarrollo (local): de qué estamos hablando? In: BECKER, D.; BANDEIRA, P. (orgs.) **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.151-185, 2002.

BOISIER, S. Desarrollo territorial y descentralización: el desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. **Revista eure**, vol. XXX, nº90, Santiago de Chile, septiembre 2004. p.27-40.

BOISIER, S. Uma (re)visión heterodoxa del desarrollo (territorial): um imperativo categórico. **Estudios Sociales**, vol. XII, nº23, enero-junio, Hermosillo, México, 2004b. p. 09-36

BORON, Atilio. El Estado y las "reformas del Estado, orientadas ao mercado". Los "desempeños" de la democracia en América Latina. In: KRAWCZYK, Nora Rut; WANDERLEY, Luiz Eduardo. (Org.). **América Latina: Estado e reformas numa perspectiva comparada**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOYD, H. D. M.; WESTFALL, R. **Pesquisa Mercadológica e Casos**. Rio de Janeiro: FGV, Serviços de Publicações, 1982.

BRANDÃO, C. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Organização & Sociedade**, v.15, n.45.Abril/Junho, 2008. 145-157 p.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Retratos de uma caminhada: PNMT 8 anos**. Brasília: Gerência de Programas Regionais, 2002.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Como Instrumento de Desenvolvimento Regional: estudo de arranjos produtivos locais (APL`s) no setor de turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006b.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento municipal e local sustentável**. 2ª ed. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

CAMPOMAR, M. **Atividades de marketing no processo de transferência de tecnologia: Um estudo sobre as instituições de pesquisa governamentais**. São Paulo: FEA/USP. 1981.

CANEPELI, Maristela. **Entrevista**. [abr. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3

CAPELA, P.; TAVARES, E. (orgs.) **Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

CARA, Roberto B. El Turismo y los Procesos de Transformacion Territorial. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLEIAL, L. & CRUZ, B. A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo. In: **Texto para Discussão**, n. 1729, IPEA, Rio de Janeiro, abril de 2012, 36p.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luiz H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, Maria L. **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVERI, F. (orgs.) **Arranjos produtivos locais: Uma alternativa para o desenvolvimento. Experiência política.** Volume 02. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008. 376 p.
- CASTRO, C. de M.; CABROL, M. Afinal que país é este? Belíndia ou Corgola? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. especial, p. 39-52, fev. 1998.
- CASTRO, Benedito C. **Entrevista.** [abr. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.
- CASTRO, Eliana de L. **Entrevista.** [fev. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.
- CASTRO, Maria A. **Entrevista.** [mar. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.
- CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAZES, George. Turismo e Subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- CHIAS, Josep. **Turismo, o Negócio da Felicidade:** desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades. São Paulo: Editora SENAC SP, 2007.
- CIVITA, Roberto (editor). **GUIA QUATRO RODAS DO BRASIL.** São Paulo: Abril, 2002.
- CIVITA, Roberto (editor). **GUIA QUATRO RODAS DO BRASIL.** São Paulo: Abril, 2012.
- COELHO, Virginia P. **Entrevista.** [mar. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.
- COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas.** Porto Alegre: Bookman, 2007.
- CORIOLOANO. L. N. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A.P.; SEABRA, G. DE F.; QUEIRÓZ, O. T. M. M. (organizadores). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.
- CORRÊA, R. L. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista Território**, 1(1), 1996. 24-30 p.
- COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional.** Brasília: Ministério da Integração Nacional. 2010. 404
- CROCKER, David. Towards Development Ethics. **World Development**, vol.19, nº5, p. 457-483, 1991.

DAGNINO, Renato. A tecnologia Social e seus desafios. In: LASSANCE Jr., A. et. al. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DALLABRIDA, Valdir R.; ZIMERMANN, Viro J. Descentralização na gestão pública e estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: o papel dos consórcios intermunicipais. **Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.5, nº3, set/dez. 2009. p.3-28.

DE PAULA, J. **Desenvolvimento local: Como fazer?** Brasília: SEBRAE, 2008. 59 p.

DE PAULA, J. **Desenvolvimento Local: Textos Selecionados**. Brasília: SEBRAE, 2008. 80 p.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ªed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 2007.

DOWBOR L.; POCHMANN, M. (orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania, 2010.

DOWBOR, L.; SACHS, I.; LOPES, C. **Riscos e oportunidades em tempo de mudança**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

DURSTON, John. Qué es el capital social comunitario? Santiago de Chile: CEPAL, (Serie Políticas Sociales, 38). Construyendo capital social comunitario. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 69, p. 103-118, jul. 2000.

FEDERAÇÃO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FECITUR. **Revista FECITUR**, nº1, março, 2010. Belo Horizonte: FECITUR, 2010.

FERRARINI, A. V. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, jul/dez, 2012. 233-241 p.

FERREIRA, E. S. & PESSÔA, V. L. S. Capital Social e Desenvolvimento Territorial: uma abordagem teórico-conceitual. **Campo-Terrítório: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, ago, 2012, 1-33 p.

FERREIRA, M. T. da S., et al. Análise do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs): um estudo de caso do município de Paraty (RJ). Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública-FGV**. 45(2), mar/abr, 2011. 517-539 p.

FERREIRA, Danielza. **Entrevista**. [jan. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**. Vol. 12, n. 01, jan/abr, 2012, 113-120 p.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. **Territórios con identidad cultural**. Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial a partir de serviços e produtos com identidade. 2006. 47 p.

FOUILLÉ, David. Desenvolvendo o gosto por alimentos saudáveis. In: SLOAN, Donald (org.). **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Barueri: Manole, 2005.

FRANÇA, C. L. de; GARIBE FILHO, R. N. Políticas institucionais para o fenômeno ao desenvolvimento local. DOWBOR L.; POCHMANN, M. (orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania, 2010. 313-336p.

FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: Dez Consensos. **Revista Proposta**, Brasília. n° 78, Set./Nov. 1998.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: AED, 2002

FRANCO, Augusto de. **O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo no capital social**. Brasília: AED/Projeto DLIS, 2004.

FREITAS, A. F.; FREITAS, F. A.; DIAS, M. M. Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento territorial. **Administração Pública e Gestão Social**. Viçosa-MG, v. 4, n.01, jan/mar, 2012. 76-100 p.

FREY, K. Capital social, comunidade e democracia. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, UFSC, n.º 2, abril de 2003. p. 175-187..

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

FURTADO, Celso. Projeto nacional e desenvolvimento social. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Ano 24, set./Nov.1996.

FUINI, L. L. Desenvolvimento e arranjos produtivos locais: concepções e inter-relações. **Revista Geografia**. Londrina-PR, v.20, n.02, maio/ago, 2011. 151-164 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Lei Robin Hood**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/>>. Acesso em: novembro de 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Versão 2013. Belo Horizonte: FJP, 2013. Software. Disponível em:

<<http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>>. Acesso em: dezembro de 2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GIMENES, M. H. S. G. Sentidos, sabores e cultura: a gastronomia como experiência sensorial e turística. In: GAETA, C.; PANOSSO NETTO A. **Turismo de Experiência**. São Paulo: SENAC, 2010.

GOELDNER, C.; RITCHIE, J.R.B.; McINTOSH, R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Bruno M. A. **Políticas Públicas e as transações em regiões turísticas**. São Paulo: All Print, 2008.

GOMES, Sebastião. **Entrevista**. [fev. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

GOMES SILVA, R. L. **Políticas públicas de turismo e o contexto de Mato Grosso do Sul entre 2003-06**: seus interesses correlatos. Aquidauana: UFMS, 2006, (Dissertação de Mestrado)

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney (org.). **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GUNDER FRANK, Andre. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, UFPR. V. 35, n. 03 (ano 33), dez 2009. 119-165 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**: Gonçalves, MG. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: maio de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Portal IDEB**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>>. Acesso em: maio de 2014.

JULIEN, P. A. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010. 399 p.

KINDLEBERGER, Charles P. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

- KOTLER, Philip; REIN, I. **Marketing Público**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: SENAC SP, 2011.
- KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n° 63, 2007, p. 7-10.
- KUREBAYASHI, Fernanda L. **A Zona Rural Revisitada: novas vocações e seus impactos ambientais** [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: Centro Universitário SENAC SP, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, 2002.
- KUREBAYASHI, Fernanda L. **Entrevista**. [set. 2013]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2013. 1 arquivo .mp3.
- LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (orgs.) **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Brasília-DF: SEBRAE, 2004. 350 p.
- LANZARINI, Ricardo. Turismo e desenvolvimento local: reflexões interdisciplinares a respeito da ilha de Santa Catarina. **VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, ANPTUR, São Paulo, 10 e 11 de setembro de 2009.
- LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- LIRA, Isabel. **Entrevista**. [set. 2013]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2013. 1 arquivo .mp3.
- LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p.
- MACHADO, G.; SOUZA, B. L. M. de. As Potencialidades Turísticas das Cachoeiras e Corredeiras de Ituiutaba - MG como Subsídios ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A.P.; SEABRA, G. DE F.; QUEIRÓZ, O. T. M. M. (organizadores). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.
- MAGALHÃES, Claudia Freitas M. et al. Diagnóstico e diretrizes turísticas de municípios mineiros: o caso de Itabirito. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MANTEGA, Guido. Teoria da Dependência Revisitada - um balanço crítico. **Relatório de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo, n°27/1997, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MANTEGA, Guido. Modelos de crescimento e a teoria do Desenvolvimento econômico. **Relatório de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo, nº3/1998, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MANZINI, E.; MERONI, A.; KRUCKEN, L. Relação entre produto, território e consumidor. Visibilidade e comunicação entre local e global. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BIODIVERSIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO. **Anais...** PBIB, Curitiba, 29 e 30 de junho de 2006.

MARIANI, M. A. P. Economia Solidária, Turismo e Desenvolvimento Local: possibilidades de mediações no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul. In: PORTUGUEZ, A.P.; SEABRA, G. DE F.; QUEIRÓZ, O. T. M. M. (organizadores). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. Rio de Janeiro: Brasil Urgente, 1992.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. de L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e territórios. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública-FGV**. 44(3), mai/jun, 2010. 559-590 p.

MARTINS, Isabel de Figueiredo. **O que Significa Desenvolvimento? Uma Retrospectiva dos Significados do Termo na Teoria Econômica e de Desenvolvimento**. Disponível em: <[http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/eics/dvd/documentos/gt\\_s\\_illeics/gt7/gt7isabel.pdf](http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/eics/dvd/documentos/gt_s_illeics/gt7/gt7isabel.pdf)>. Acesso em: fev. 2014.

MELLO E SILVA, Sylvio B. Geografia, Turismo e Crescimento: o exemplo do estado da Bahia. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENDES, Euclides S. **Mediações Jornalísticas na era da Comunicação de Massa: o ombudsman na imprensa do Brasil e de Portugal**. São Paulo, 2007. 233 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS - SETUR. **Circuitos Turísticos**: informações. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

MINAYO, Maria C. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.5, nº 1, p. 7-18, 2000

MORAES, R. C. C. Nota sobre a economia do desenvolvimento nos "vinte e cinco gloriosos" do pós-guerra. **Relatório de Pesquisa, Reformas econômicas liberalizantes em países em desenvolvimento**. Coord.: CRUZ, S. C. V., FAPESP: São Paulo, julho de 2004.

MOURA, S. A construção de redes públicas na gestão local: algumas tendências. **Revista de Administração Contemporânea**. v.2, nº1, jan/abr, 1998. 67-85 p.

MOYSÉS RODRIGUES, Arlete. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MIGUEL, P.A.C. Estudo de caso na engenharia da produção: estruturação e recomendações para sua condução. **Produção**, v. 17, n. 1, p. 216-229, Jan. /Abr. 2007

MONTANARI, Massimo. **Comida como Cultura**. São Paulo: SENAC SP, 2008.

MOTTA, Vania C. Ideologias do Capital Humano e do Capital Social: da integração à inserção e ao conformismo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. v. 6, n. 3, p.549-571, nov. 2008-fev. 2009.

NETO, José F. **Entrevista**. [fev. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

NEVES, Maria de L. **Entrevista**. [set. 2013]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2013. 1 arquivo .mp3.

OLIVEIRA, Gilson; LIMA, José E. de S. Elementos endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de Desenvolvimento Sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, nº 2, pp. 29-37, maio/dez. 2003.

OLIVEIRA, Cássio G. de Souza. Turismo e desenvolvimento local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 5, 2005, Piracicaba, SP. **Anais... Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural**. Piracicaba: FEALQ, 2005.

PAIVA, C. A. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região**. Porto Alegre, FEE (Documentos FEE, n. 59), 2004. 140 p.

PAIVA, C. A. Aglomerações, arranjos e sistemas produtivos locais: o que são, como se diferenciam e quais as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.10, nº3, 2005.

PANHUYS, H. **Do desenvolvimento global aos sítios locais: uma crítica metodológica à globalização**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2006. 145 p.

PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília. **Turismo de Experiência**. São Paulo: SENAC SP, 2010.

PARKIN, Michael. **Economia**. 8. Ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

PAULA, Glória V. S. de. **Entrevista**. [abr. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

- PETRINI, Carlo. **Slow Food: princípios da nova gastronomia**. São Paulo: SENAC SP, 2009
- PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia: problemas e práticas**. Lisboa: CIES, n. 33, p. 133-158, set. 2000
- PORTER, Michael. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PORTUGUEZ, A.P.; SEABRA, G. DE F.; QUEIRÓZ, O. T. M. M. (organizadores). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES. **Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável**. Gonçalves: Departamento Municipal de Turismo e Cultura, 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES. **Guia Turístico**. 1ªed. Gonçalves: Departamento Municipal de Turismo e Cultura, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES. **Dossiê de Habilitação Municipal – Critério Turismo: Lei Robin Hood**. Ano Base 2012. Gonçalves: Departamento Municipal de Turismo e Cultura, 2012b (impresso).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES. **Gonçalves: A Pérola da Mantiqueira**. Disponível em: <<http://www.goncalves.mg.gov.br/>>. Acesso em: maio de 2013.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES. **Inventário Turístico Municipal 2013**. Gonçalves: Departamento Municipal de Turismo e Cultura, 2013b (impresso).
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_print/goncalves\\_mg](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/goncalves_mg)>. Acesso em: dezembro de 2013.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em: maio de 2014.
- PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RABAHY, Wilson A. **Turismo e Desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. Barueri: Manole, 2003.
- RADEL, Guilherme. **A Cozinha Africana da Bahia**. Salvador, 2006.

REY, Fernando G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: Uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr. 2005.

RIBEIRO, Judith. **Entrevista**. [abr. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

RIBEIRO, Marília. **Entrevista**. [out. 2013]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2013. 1 arquivo .mp3.

RIBEIRO, Pedro P. **Entrevista**. [jun. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

RIBEIRO, Vera J. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2013. 1 arquivo .mp3.

ROCHA, Carlos V.; FARIA, Carlos Aurélio P. Descentralização e Cooperação Intermunicipal no Brasil. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. 16 a 18 de Setembro de 2004. Coimbra – Portugal.

RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROMÃO, Tanea. **Entrevista**. [ago. 2012]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2012. 1 arquivo .mp3.

ROSA, Antonia V. da. **Entrevista**. [abr. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SÁ, Wedson B. C. de. **APL no Setor de Turismo: uma Análise do Circuito Turístico das Pedras Preciosas - Minas Gerais**. Ilhéus, BA, 2011. 143 p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SADER, E. Estado e democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** 4ªed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHLUTER, Regina G. **Gastronomia e Turismo.** São Paulo: Aleph, 2003.

SEABRA, G. F. **Ecos do Turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas.** Campinas/SP: Papirus, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Termo de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais.** Brasília: SEBRAE, 2003.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC SP. **Cartilha de Desenvolvimento Local.** São Paulo: SENAC SP, 2011.

SILVA, S. B. M. O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. CORIOLANO, L. N. M. T., LIMA, L. C. (orgs) **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental.** Fortaleza: EDUECE, 2003. pp.19-25.

SILVA, Jorge A. Santos. **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster.** São Paulo, 2004. 480 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

SILVA, Danilo F. R. da. **A Construção do Objeto Teórico das Teorias do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo, 2005. 96 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

SILVA, J. P. da et al. Desenvolvimento Local, Turismo e Economia Solidária em porto de Galinhas-PE. In: **Anais do VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural.** Porto de Galinhas-PE, 2010.

SILVA, S. C.; BRAGA FILHO, H. Turismo e desenvolvimento local: o turismo de negócios como possibilidade para o desenvolvimento econômico de Franca-SP. **XI Encontro de Pesquisadores,** Franca, São Paulo, 2010.

SILVA, P. S. da. A Teoria e a Prática na Elaboração de Projetos Turísticos: reflexo no desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, A.P.; SEABRA, G. DE F.; QUEIRÓZ, O. T. M.

M. (organizadores). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SILVA, Andrea A. de Souza. **Entrevista**. [mai. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

SILVA, Dorotéia de F. **Entrevista**. [mar. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

SILVA, Maria M. da. **Entrevista**. [fev. 2014]. Entrevistador: Ricardo A. G. Barbosa. Gonçalves (MG), 2014. 1 arquivo .mp3.

SILVA FILHO, G. E. da, CARVALHO, E. B. S. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional: Investigações das convergências em um cenário pós-cepalino. **Revista de Economia do Nordeste**, v.32, n. especial, nov/ 2001. 467-482 p.

SILVEIRA, C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR L.; POCHMANN, M. (orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania, 2010. 41-66p.

SILVEIRA, Marcos Aurélio T. da. Planejamento Territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOARES, Cristiane. **Turismo e Integridade Ambiental: realidades e conflitos na paisagem litorânea**. São Paulo: SENAC RJ, 2011.

SOUZA, A. L. de. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. **Mercado de Trabalho**. IPEA, n. 52, ago / 2012. 63-70 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SMERALDI, Roberto. **O Novo Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo: Publifolha, 2009.

STADLER, Adriano; MAIOLI, Marcos R. **Organizações e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: Ibipex, 2011.

VISCONTI, G. R. Arranjos cooperativos e o novo paradigma tecnoeconômico. Rio de Janeiro: **Revista do BNDES**. v. 08, nº16, dez/2001. 317-344 p.

THEIS, I. M. **Desenvolvimento e Território: Questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

THEOBALD, Willian F. (org.) **Turismo Global**. São Paulo: SENAC SP, 2001.

TENTIN, F. Turismo e Estratégias de Desenvolvimento Local: uma reflexão sobre as políticas difusionistas e territorialistas. In: PORTUGUEZ, A.P.; SEABRA, G. DE F.; QUEIRÓZ, O. T. M. M. (organizadores). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

TOMAZZONI, Edegar L. **Turismo e Desenvolvimento Regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul: Educs, 2009

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo**: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática. 3ªed. São Paulo: Pioneira, 1991.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A Questão Social no Contexto da Globalização: o caso Latino-americano e o Caribenho. In: Robert Castel; Luiz Eduardo Wanderley; Mariângela Belfiore-Wanderley (Orgs.). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997, pp.50-159.

ZUIN, Luís Fernando S.; ZUIN, Poliana B. Produção de alimentos tradicionais: Contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.4, n. 1, p. 109-127, jan-abr/2008, Taubaté, SP.

APÊNDICE A – TABELA DE CARACTERIZAÇÃO DAS POUSADAS DO MUNICÍPIO DE GONÇALVES  
(em Funcionamento no ano de 2012)

Pousada	Ano	Bairro	Origem do dono	Capacidade
Aix Les Bains	1997	Terra Fria	Externa res.	50 pessoas
Ao Nascer do Sol	2006	Terra Fria	Externa	11 pessoas
Ao Som das Águas	2005	São Sebastião	Local	12 pessoas
Arco-Íris	2003	Centro	Local	20 pessoas
Bicho do Mato	2002	Sertão do Cantagalo	Externa	24 pessoas
Campestre	n.d.	Campestre	Externa	18 pessoas
Canto dos Passarinhos	2004	Campestre	Local	10 pessoas
Curiango	2000	Dona Luciana	Local	30 pessoas
Das Flores	2009	Retiro	Local	14 pessoas
Dona Manoela	2008	Atrás da Pedra	Local	16 pessoas
Do Rio	2000	Venâncios	Externa res.	37 pessoas
Do Sol	1999	Centro	Local	20 pessoas
Encontro das Águas	2008	Retiro	Externa	20 pessoas
Espaço Kalevala	2000	Campestre	Externa res.	30 pessoas
Espelho D'água	2009	Retiro	Externa	21 pessoas
Helena	2009	Centro	n.d.	12 pessoas
Morada do Luar	2007	Remédios	Externa	14 pessoas
O Montanhês	1998	Sertão do Cantagalo	Externa res.	50 pessoas
Passaredo	1998	Terra Fria	Externa	45 pessoas
Recanto da Paz	2004	Rio Manso	Local	16 pessoas
Recanto da Vitória	2007	Venâncios	Externa	10 pessoas
Riacho das Pedras	2009	Centro	Local	27 pessoas
Serra Vista	2004	Boa Vista	Externa	42 pessoas
Solar D'Araucária	1997	Retiro	Externa res.	43 pessoas
Terra Fria	2002	Terra Fria	Local	10 pessoas
Trem das Cores	2003	Retiro	Externa	30 pessoas
Três Orelhas	2002	São Sebastião	Externa res.	24 pessoas
Ver o Vento	2011	São Sebastião	Externa	16 pessoas
Vida Verde	1995	Boa Vista	Local	75 pessoas
Vila Khepri	2009	Centro	Externa	10 pessoas
Villa Catarina	2009	Rio Manso	Externa	18 pessoas
Vitória	2006	Remédios	Local	28 pessoas

APÊNDICE B – TABELA DE CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO  
(em Funcionamento no ano de 2012)

Estabelecimento	Ano	Bairro	Tipologia	Capacidade
Ao Pé da Pedra	1998	Terra Fria	Restaurante	60 pessoas
Da Vilma	2000	Venâncios	Restaurante	80 pessoas
Deméter na Roça	2004	Centro	Restaurante	50 pessoas
Do Chiquinho	1990	Centro	Restaurante	38 pessoas
Espigão Redondo	2011	Remédios	Rest. Pizzaria	30 pessoas
Janelas com Tramela	2010	Centro	Restaurante	60 pessoas
Kalevala	2000	Campestre	Restaurante	70 pessoas
Kitanda Brasil	2010	Centro	Restaurante	40 pessoas
Le Gourmet Bistrot	2004	Venâncios	Restaurante	60 pessoas
Mantiqueira	1979	Centro	Restaurante	58 pessoas
Nó de Pinho	2006	Retiro	Restaurante	56 pessoas
Pedra do Forno	1993	Terra Fria	Restaurante	80 pessoas
Porão	2006	Centro	Pizzaria	40 pessoas
Porto do Céu	2000	Centro	Restaurante	85 pessoas
Quero-Quero	2002	Mundo Novo	Restaurante	26 pessoas
Rosa Madeira	2011	Centro	Restaurante	40 pessoas
Sauá	2002	Sertão do Cantagalo	Restaurante	60 pessoas
Vale das Montanhas	n.d.	Terra Fria	Restaurante	32 pessoas
Varandinha	2003	Lambari	Rest. Pizzaria	68 pessoas
Vida Verde	n.d.	Boa Vista	Restaurante	100 pessoas
Zé da Maria	2007	Mundo Novo	Restaurante	40 pessoas
Bar do Marcelo	1949	Centro	Bar e Empório	30 pessoas
Bar do Zezé	2010	Lambari	Bar	52 pessoas
Bar do Zezinho	2010	Centro	Bar	32 pessoas
Café com Verso	2009	Centro	Cafeteria	35 pessoas
Santa Villa	2010	Centro	Cafeteria	15 pessoas
Iskinas	2006	Centro	Bar e Pizzaria	28 pessoas
Libertas, Pão e Circo	2002	Centro	Bar	60 pessoas
Parada Obrigatória	2009	Centro	Conveniência	9 pessoas
Cantinho do Açáí	2010	Centro	Lanchonete	20 pessoas
Sabores da Mantiqueira	2009	São Sebastião	Restaurante	28 pessoas
Sebastian Bar	2010	Retiro	Bar	32 pessoas
Padaria São Francisco	1985	Centro	Padaria	35 pessoas
Padaria Gonçalves	n.d.	Centro	Padaria	25 pessoas
Pastelaria do Mané	1988	Centro	Pastelaria	16 pessoas

## APÊNDICE C – CALENDÁRIO DE FESTAS DO MUNICÍPIO DE GONÇALVES (no ano de 2012)

<b>Festa</b>	<b>Data</b>	<b>Bairro</b>	<b>Tipologia</b>
Festival de Inverno	01 a 31/Julho	Centro	Turística
São Lázaro	05 a 08/Julho	São Lázaro	Religiosa
N.Sra.Aparecida e Divino Esp. Santo	06 a 15/Julho	Pinhalzinho	Religiosa
Inverno Orgânico	07 a 28/Julho	Centro	Turística
N.Sra.Aparecida e Divino Esp. Santo	26 a 28/Julho	Ribeirãozinho	Religiosa
N. Sra. do Bom Sucesso	27/Jul a 06/Ago.	Venâncios	Religiosa
N.Sra. dos Remédios	11 a 15/Agosto	Remédios	Religiosa
N.Sra. dos Remédios	30/Ago a 02/Set.	Juncal	Religiosa
N.Sra. das Dores	06 a 15/Setembro	Venâncios	Religiosa
N.Sra. Aparecida	09 a 12/Outubro	Campestre	Religiosa
Festival Gastronomia e Cultura de Roça	19 a 28/Outubro	Centro	Turística
São Sebastião e São Joaquim	01 a 04/Novembro	Lambari	Religiosa
N.Sra.Aparecida	18 de Novembro	Terra Fria	Religiosa
N.Sra das Graças	22 a 25/Novembro	Onças	Religiosa

## APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS PARA A ELABORAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

<b>Nome</b>	<b>Setor</b>	<b>Função</b>
Alecsandro Menino Borges	Público	Presidente do COMTUR
Andrea Aparecida de Souza e Silva	Público	Diretora do Departamento de Educação
Antonia Vilma da Rosa	Comunidade	Moradora do bairro dos Venâncios
Benedito Carlos Heleno de Castro	Empresariado	Proprietário da Pousada Toca da Onça
Danielza Aparecida Ferreira de Souza	Público	Ex-diretora Departamento de Turismo
Dorotéia de Fátima Silva	Comunidade	Moradora do bairro Lambari
Eliana de Lima Castro	Empresariado	Proprietária da Imobiliária Vale Verde
Fernanda Luiza Kurebayashi	Empresariado	Proprietária Senhora das Especiarias
Glória Vieira da Silva de Paula	Comunidade	Moradora do bairro Terra Fria
Isabel Lira	Empresariado	Proprietária da Pousada Bicho do Mato
José Francisco Neto	Público	Ex-Prefeito de Gonçalves
Judith Ribeiro da Rosa Vieira	Comunidade	Moradora do bairro Boa Vista
Maria Aparecida Barbosa Castro	Comunidade	Líder Comunitária Sertão do Cantagalo
Maria Madalena da Silva	Comunidade	Moradora do bairro Mundo Novo
Maria de Lourdes das Neves	Público	Prefeita Municipal de Gonçalves
Marília Ribeiro Souza	Público	Ex-diretora Departamento de Turismo
Maristela Caneppei	Empresariado	Proprietária: Orgânicos da Mantiqueira
Pedro Paulo Ribeiro	Empresariado	Proprietário do Depósito Campeão
Sebastião Gomes	Empresariado	Proprietário: Orgânicos da Mantiqueira
Tanea Romão	Empresariado	Proprietária do Restaurante Kitanda
Vera Jacinta Ribeiro	Público	Diretora Municipal de Turismo
Virgínia Pinto Coelho	Comunidade	Artesã – Moradora bairro S. Sebastião

## APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA AS ENTREVISTAS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado: Turismo e desenvolvimento local: um estudo de caso no município de Gonçalves-MG desenvolvida por Ricardo Antonio Gomes Barbosa. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Luiz Eugênio Veneziani Pasin, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (35) 36291489 ou do e-mail: luizpasin@unifei.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar o papel do turismo como vetor de desenvolvimento local através do estudo de caso do município de Gonçalves, Minas Gerais, entre os anos de 2000 e 2012.

Autorizo a divulgação do conteúdo da entrevista, com a menção ao meu nome, exclusivamente para os fins propostos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Gonçalves, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) testemunha(a): \_\_\_\_\_

